

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO RURAL**

**JANINE DA SILVA DEMENIGHI**

**MEMÓRIAS E PRÁTICAS RELACIONADAS ÀS MATAS CILIARES ENTRE  
AGRICULTORES FAMILIARES DE CARAÁ/RS**

**Porto Alegre**

**2014**

**JANINE DA SILVA DEMENIGHI**

**MEMÓRIAS E PRÁTICAS RELACIONADAS ÀS MATAS CILIARES ENTRE  
AGRICULTORES FAMILIARES DE CARAÁ/RS**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Rural.

Orientadora: Profa. Dra. Rumi Regina Kubo

**Série PGDR – Dissertação n° 179**

**Porto Alegre**

**2014**

### CIP - Catalogação na Publicação

Demenighi, Janine da Silva  
Memórias e práticas relacionadas às matas ciliares  
entre agricultores familiares de Caraá/RS / Janine  
da Silva Demenighi. -- 2014.  
135 f.

Orientadora: Rumi Regina Kubo.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do  
Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas,  
Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural,  
Porto Alegre, BR-RS, 2014.

1. Agricultores familiares. 2. Matas ciliares. 3.  
Memória. I. Kubo, Rumi Regina, orient. II. Título.

**JANINE DA SILVA DEMENIGHI**

**MEMÓRIAS E PRÁTICAS RELACIONADAS ÀS MATAS CILIARES ENTRE  
AGRICULTORES FAMILIARES DE CARAÁ/RS**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Rural.

Aprovada em: Porto Alegre, 30 de julho de 2014.

BANCA EXAMINADORA:

---

Profa. Dra. Rumi Regina Kubo – Orientadora  
PGDR/UFRGS

---

Profa. Dra. Ana Luiza Carvalho da Rocha  
PPGAS/UFRGS

---

Profa. Dra. Gabriela Coelho de Souza  
PGDR/Departamento de Ciências Econômicas/UFRGS

---

Profa. Dra. Marlise Amália Reinehr Dal Forno  
PGDR/UFRGS

Dedico este trabalho a todos aqueles que, de uma forma ou de outra, participaram dessa trajetória. Em especial, à minha família e às famílias que abriram as portas de suas casas e, cordialmente, me receberam e compartilharam comigo suas vivências.

## AGRADECIMENTOS

A trajetória percorrida durante o mestrado contou com o apoio de pessoas sem as quais esse momento não teria o mesmo sentido. Pessoas que contribuem naquilo que sou e que se fazem presentes, mesmo que em pensamento, motivando esta caminhada de intensas reflexões.

Agradeço aos meus pais, Odete e Alcione, pelo apoio, amor e paciência nos momentos de ausência.

Ao meu noivo Leonardo, com quem pude dividir mais de perto esse período de mudanças enquanto pessoa e profissional, que, com seu amor, carinho, paciência e incentivo, esteve comigo sempre.

Ao meu irmão Jackson e minha cunhada Monaliza, pela amizade, incentivo, e preocupação com o desenrolar dessa trajetória.

À família do meu noivo, Líbera, Elisângela e Hálisson, pelo apoio e torcida para que chegasse logo ao fim. E à minha cunhada Elisângela, a quem também agradeço pelo auxílio com o inglês nos últimos minutos.

À Ivete, pela amizade, paciência e energia positiva que sempre me enviou.

À Nicole, que tantas vezes me ligou querendo saber do que eu precisava, me incentivando sempre a seguir adiante, com sua amizade e presença.

Aos amigos Alexandre, Cláudia, Aline, Carol, Emanuel, Fátima, Caroline, Brites, Tiago Steffen, Miro pela amizade, conversas trocadas e bons momentos compartilhados.

Aos colegas da turma de mestrado, com quem tive a oportunidade de conviver nesse período.

Aos amigos conquistados nessa caminhada, Marcelo, Bianca, Lucas e Ana, com quem dividi bons momentos durante esses dois anos.

À orientadora Rumi Kubo, que, muito além de orientar, contribuiu para o meu crescimento enquanto pessoa e profissional, com seus questionamentos, incentivo, motivação e compreensão.

Aos grupos de pesquisa TEMAS e DESMA, nos quais tive a oportunidade de participar, agregando importantes aprendizados a cada novo encontro.

À equipe do Projeto Agroflorestas, cujas trocas, mesmo que por um curto período de tempo, foram fundamentais nessa minha caminhada.

Aos professores do PGDR, com quem aprendi e fui desafiada a cada nova disciplina.

Aos funcionários do PGDR, pela cordialidade com que sempre fui tratada.

Aos sempre mestres Paulo Fernando de Almeida Saul e Gelson Fiorentin, cujos ensinamentos sobre a profissão que escolhi e, sobretudo, sobre a vida, levo sempre comigo.

Às famílias que aceitaram participar dessa pesquisa, me recebendo em suas casas de forma acolhedora e compartilhando seus aprendizados comigo.

À dona Dolíria e sua família, que me receberam como se eu fosse da família, a quem devo muita gratidão.

À família de Dona Eda, onde também permaneci nos momentos finais do trabalho de campo.

À Claudiane e Beti, pelo carinho e acolhimento durante o tempo que permaneci em Caraá.

À Maria do Amparo, Orquiz e Léo Monticelli, pelas trocas oportunizadas.

À Débora e Viviane, pela atenção com que me receberam e disponibilidade em compartilhar informações.

À CAPES, que possibilitou o desenrolar desse estudo.

Digo: o real não está na saída nem na chegada: ele se dispõe para a gente é no meio da travessia.

João Guimarães Rosa

## RESUMO

A compreensão das relações estabelecidas no meio rural, destacando-se aquelas que envolvem agricultores familiares e matas ciliares, torna-se cada vez mais necessária, considerando a situação crítica das Bacias Hidrográficas do Brasil e o papel das matas ciliares nesse contexto, assim como dos agricultores familiares na relação diferenciada com a terra. O aporte teórico da memória coletiva, nesse sentido, contribui na medida em que se apresenta como uma leitura não apenas do passado, mas também do presente, sendo um resgate do percebido e do vivido pelos diferentes grupos. O presente trabalho tem como objetivo compreender como os agricultores familiares de Caraá/RS percebem e interferem nas matas ciliares como subsídio para refletir sobre o desenvolvimento rural do município. O esforço de campo envolveu três localidades, sendo possível chegar a 25 famílias, com as quais as ferramentas metodológicas conhecidas como Linha do Tempo e Mapa da Área foram aplicadas e os momentos gravados, utilizando-se também o diário de campo. A análise partiu das transcrições das gravações, sendo os relatos agrupados conforme categorias definidas. A leitura dos registros no diário de campo, a sobreposição das linhas do tempo e a observação da presença ou ausência de mata ciliar no Mapa da Área também integraram a análise. Como resultados, a caracterização das famílias e localidades apontou particularidades inerentes a cada uma das localidades (idade dos casais, presença de filhos adultos, fisionomia, distância da sede municipal, produção, relações de parentesco e vizinhança). No que se refere aos significados atribuídos às matas ciliares, durante os relatos espontâneos apareceram percepções diferentes daquelas registradas após a intervenção da pesquisadora, sendo que, nesse último caso, os aspectos ecológicos se destacaram. As famílias, na sua maioria, incluíram o desenho das matas ciliares no Mapa da área e com relação ao uso, uma faixa estreita de vegetação em torno dos arroios foi observada em grande parte das áreas visitadas, sendo que, nos relatos, a mata era citada como “preservada”. As lembranças associadas à fiscalização ambiental na Localidade Fraga apresentaram aspectos mais punitivos, enquanto que no Caraá Central observou-se uma concordância com a aplicação da lei. A perspectiva teórica da memória coletiva, nesse caso, com sua capacidade de identificar, a partir das lembranças do passado, mas inserido no presente, diferentes percepções, se mostrou relevante em estudos do meio rural que visam abarcar as relações entre ser humano e natureza.

**Palavras-chave:** Agricultores Familiares. Matas Ciliares. Memória.

## ABSTRACT

The comprehension of relationships established in rural areas, highlighting those involving family farmers and riparian forests, it becomes increasingly necessary, considering the plight of the Watershed of Brazil and the role of riparian forests in this context, as well as the farmers in different relationship with the land. The theoretical contribution of collective memory, in this sense, it collaborates presenting not only a past reading, but also the present, being a rescue of perceived and lived by different groups. This study aims to understand how family farmers of Caraá/RS perceive and interfere with the riparian forests as subsidy to reflect on the rural development of the township. The effort of sample involved three locations, and was possible reaches 25 families, with whom the methodological tools known as Timeline and Map of the Area were applied and the times recorded, also using the Field Diary. The analysis started from the transcripts of the recordings, and the reports was unified according as defined categories. The reading of records on Field Diary, the overlap of Timelines and observation of the presence or absence of riparian forests in Area Map also included the analysis. As a result, the characterization of families and localities pointed peculiar to each of the locations (age couples, the presence of grown-up children, physiognomy, away from the downtown, production, kinship and neighborhood). Regarding to the meanings attributed to riparian forests, during spontaneous reports appeared different perceptions from those observed after the intervention of the researcher, and in this last case, ecological aspects are highlighted. The most part of families, included the design of riparian forests on the Map of the Area and regarding to uses, a narrow strip of vegetation around the streams was observed in most of the areas visited, and in the reports, the forest was cited as “preserved”. The memories associated with environmental monitoring in Town Fraga had more punitive aspects, while in Central Caraá there was an agreement with law enforcement. The theoretical perspective of collective memory, in this case, with its ability to identify, from the memories of the past, but inserted in the present, different perceptions, proved relevant in studies of rural areas seeking to engage the relationship between human and nature.

**Keywords:** Family Farmers. Riparian Forests. Memory.

## LISTA DE FIGURAS

|  |    |
|--|----|
| Figura 1 – Localização do Município de Caraá, Rio Grande do Sul.....   | 36 |
| Figura 2 – Festas locais (1 - Festcana; 2 - Festa e Romaria em Louvor à Nossa Senhora das Lágrimas; 3 - Festa do Feijão e do Imigrante Italiano) e 5º Encontro Municipal de Agricultores Familiares de Caraá (4).....  | 38 |
| Figura 3 – Mapa de caracterização de Caraá.....  | 39 |
| Figura 4 – Encontros de Grupos (1 - Alto Caraá; 2 - Sertão do Rio dos Sinos; 3 – Fraga; e 4 - Alto Lageadinho).....  | 40 |
| Figura 5 – Mapa do Município de Caraá, com as três localidades enfocadas no trabalho destacadas em vermelho.....   | 42 |
| Figura 6 – Ilustração da localização das famílias visitadas na localidade Fraga.....   | 43 |
| Figura 7 – Ilustração da localização das famílias visitadas na localidade Caraá Central.....   | 44 |
| Figura 8 – Ilustração da localização das famílias visitadas na localidade Linha Padre Vieira.....  | 44 |
| Figura 9 – Localidade Fraga, Caraá, RS.....  | 53 |
| Figura 10 – Relações de parentesco identificadas na localidade Fraga.....  | 55 |
| Figura 11 – Localidade Caraá Central, Caraá, RS.....   | 55 |
| Figura 12 – Relações de parentesco identificadas na localidade Caraá Central.....  | 57 |
| Figura 13 – Localidade Linha Padre Vieira, Caraá, RS.....  | 57 |
| Figura 14 – Relações de parentesco identificadas na localidade Linha Padre Vieira.....   | 58 |
| Figura 15 – Uricana ( <i>Geonoma gamiova</i> ) jovem (à esquerda) e adulta (à direita).....  | 61 |
| Figura 16 – Mapa da área, construído pela família 6 da localidade Fraga.....   | 82 |
| Figura 17 – Mapa da área, construído pela família 7 da localidade Caraá Central.....   | 83 |
| Figura 18 – Mapa da área, construído pela família 2 da localidade Linha Padre Vieira.....  | 86 |
| Figura 19 – Área da família 1 (à esquerda), com estreita faixa de mata ciliar entorno do arroio. À direita, moradia presente na margem do arroio, com estreita faixa de vegetação, observada na área da família 3..... | 90 |
| Figura 20 – Arroio presente na área das famílias 4 e 6 (à esquerda) e área arrendada pela família 8 (à direita).....   | 92 |
| Figura 21 – Área da família 3 (à esquerda) e área da família 4 (à direita).....  | 95 |
| Figura 22 – Cerca colocada na área da família 1 (à esquerda) e mata ciliar, ao fundo, da área da família 6 (à direita).....  | 96 |

|   |     |
|---|-----|
| Figura 23 – Área da família 9, com a presença do gado acessando a margem do arroio.....   | 96  |
| Figura 24 – Mata ao redor da nascente presente na área da família 1 (à esquerda) e estreita faixa de vegetação entorno do arroio localizado na área da família 4 (à direita)..... | 99  |
| Figura 25 – Mata ciliar presente na área da família 6.....  | 100 |

## LISTA DE GRÁFICOS

|   |     |
|---|-----|
| Gráfico 1 – Significados atribuídos às matas ciliares nas três localidades, conforme o número de famílias.....  | 71  |
| Gráfico 2 – Significados atribuídos às matas ciliares na localidade Fraga, conforme o número de famílias e o momento do relato.....                   | 74  |
| Gráfico 3 – Significados atribuídos às matas ciliares na localidade Caraá Central, conforme o número de famílias e o momento do relato.....           | 78  |
| Gráfico 4 – Significados atribuídos às matas ciliares na localidade Linha Padre Vieira, conforme o número de famílias e o momento do relato.....      | 79  |
| Gráfico 5 – Significados atribuídos às matas ciliares nas três localidades, conforme o número de famílias e o momento do relato.....                  | 80  |
| Gráfico 6 – Meios de informação pelos quais as famílias relataram obter conhecimentos sobre o Código Florestal Brasileiro, conforme a localidade..... | 107 |

## LISTA DE QUADROS

|   |     |
|---|-----|
| Quadro 1 – Composição familiar das famílias entrevistadas, conforme a localidade.....   | 50  |
| Quadro 2 – Tamanho das áreas das famílias visitadas.....  | 51  |
| Quadro 3 – Atividades responsáveis pela renda principal das famílias visitadas.....   | 52  |
| Quadro 4 – Linha do Tempo referente aos usos da mata ciliar, construída a partir da sobreposição de todas as linhas do tempo das famílias visitadas na localidade Fraga .....             | 88  |
| Quadro 5 – Linha do Tempo referente aos usos da mata ciliar, construída a partir da sobreposição de todas as linhas do tempo das famílias visitadas na localidade Caraá Central.....      | 94  |
| Quadro 6 – Linha do Tempo referente aos usos da mata ciliar, construída a partir da sobreposição de todas as linhas do tempo das famílias visitadas na localidade Linha Padre Vieira..... | 98  |
| Quadro 7 – Relatos relacionados ao Código Florestal, enfatizando a largura de mato exigida por lei entorno dos recursos hídricos.....   | 108 |
| Quadro 8 – Relatos relacionados à legislação ambiental, registrados nas reuniões organizadas pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais, EMATER e Secretarias Municipais.....                | 112 |
| Quadro 9 – Medidas exigidas pelo Novo Código Florestal para as APPs de arroios e vertentes, conforme o tamanho das áreas das famílias entrevistadas.....                                  | 115 |

## LISTA DE TABELAS

|  |    |
|--|----|
| Tabela 1 – Resumo dos significados atribuídos às matas ciliares na localidade Fraga, relatados espontaneamente durante a construção da linha do tempo.....                                     | 63 |
| Tabela 2 – Resumo dos significados atribuídos às matas ciliares na localidade Caraá Central, relatados espontaneamente durante a construção da linha do tempo.....                             | 68 |
| Tabela 3 – Resumo dos significados atribuídos às matas ciliares na localidade Linha Padre Vieira, relatados espontaneamente durante a construção da linha do tempo.....                        | 71 |
| Tabela 4 – Resumo dos significados atribuídos às matas ciliares na localidade Fraga, relatados a partir do questionamento da pesquisadora sobre a importância desses espaços.....              | 74 |
| Tabela 5 – Resumo dos significados atribuídos às matas ciliares na localidade Caraá Central, relatados a partir do questionamento da pesquisadora sobre a importância desses espaços....       | 77 |
| Tabela 6 – Resumo dos significados atribuídos às matas ciliares na localidade Linha Padre Vieira, relatados a partir do questionamento da pesquisadora sobre a importância desses espaços..... | 79 |
| Tabela 7 – Resumo, por localidade, das famílias que incluíram as matas ciliares no mapa da área e das famílias que não incluíram esse aspecto no desenho.....                                  | 80 |
| Tabela 8 – Resumo, por família, dos usos das matas ciliares na localidade Fraga, no presente.....  | 89 |
| Tabela 9 – Resumo, por família, dos usos das matas ciliares na localidade Caraá Central, no presente.....  | 94 |
| Tabela 10 – Resumo, por família, dos usos das matas ciliares na localidade Linha Padre Vieira, no presente.....  | 98 |

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

|             |  |
|-------------|--|
| ANA         | – Agência Nacional das Águas   |
| APA         | – Área de Proteção Ambiental   |
| APP         | – Área de Preservação Permanente   |
| CAR         | – Cadastro Ambiental Rural   |
| CEASA/RS    | – Centrais de Abastecimento do Rio Grande do Sul                                     |
| COMITESINOS | – Comitê de Gerenciamento da Bacia Hidrográfica do Rio dos Sinos                     |
| EMATER      | – Associação Riograndense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural |
| FEE         | – Fundação de Economia e Estatística   |
| IBAMA       | – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis           |
| IBDF        | – Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal                                  |
| IBGE        | – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística                                    |
| IDESE       | – Índice de Desenvolvimento Socioeconômico   |
| IRGA        | – Instituto Rio Grandense do Arroz   |
| PASC        | – Projeto de Atenção à Saúde na Comunidade   |
| PATRAN      | – Patrulha Ambiental da Brigada Militar  |
| PRÓ-SINOS   | – Consórcio Público de Saneamento Básico da Bacia Hidrográfica do Rio dos Sinos      |
| SEMMAM      | – Secretaria Municipal do Meio Ambiente  |
| SNUC        | – Sistema Nacional de Unidades de Conservação  |
| UNISINOS    | – Universidade do Vale do Rio dos Sinos  |

## SUMÁRIO

|              |  |            |
|--------------|--|------------|
| <b>1</b>     | <b>INTRODUÇÃO.....</b>   | <b>16</b>  |
| <b>2</b>     | <b>REFERENCIAL TEÓRICO .....</b>   | <b>25</b>  |
| 2.1          | MEMÓRIA COLETIVA .....   | 25         |
| 2.2          | RELAÇÃO SER HUMANO E NATUREZA .....  | 29         |
| 2.3          | AGRICULTURA FAMILIAR .....   | 32         |
| <b>3</b>     | <b>CAMINHOS TRILHADOS.....</b>   | <b>35</b>  |
| 3.1          | APROXIMAÇÕES COM O CAMPO.....  | 35         |
| <b>3.1.1</b> | <b>Acompanhamento dos encontros de grupos.....</b>                                       | <b>40</b>  |
| 3.2          | RECORTE DAS LOCALIDADES E FAMÍLIAS.....  | 41         |
| 3.3          | MOMENTO COM AS FAMÍLIAS.....   | 45         |
| 3.4          | ANÁLISE DOS DADOS .....  | 47         |
| <b>4</b>     | <b>AS FAMÍLIAS, OS LUGARES E AS MATAS CILIARES.....</b>                                  | <b>49</b>  |
| 4.1          | AS FAMÍLIAS .....  | 49         |
| 4.2          | OS LUGARES.....  | 53         |
| <b>4.2.1</b> | <b>Fraga.....</b>  | <b>53</b>  |
| <b>4.2.2</b> | <b>Caraá Central.....</b>  | <b>55</b>  |
| <b>4.2.3</b> | <b>Linha Padre Vieira .....</b>  | <b>57</b>  |
| 4.3          | AS MATAS CILIARES NESSE CONTEXTO .....   | 58         |
| <b>4.3.1</b> | <b>Matas ciliares na Linha do tempo .....</b>  | <b>58</b>  |
| <b>4.3.2</b> | <b>Matas ciliares no Mapa da área .....</b>  | <b>80</b>  |
| <b>5</b>     | <b>O VAI E VEM DA MEMÓRIA .....</b>  | <b>87</b>  |
| 5.1          | USOS NO FRAGA.....   | 87         |
| 5.2          | USOS NO CARAÁ CENTRAL.....   | 93         |
| 5.3          | USOS NA LINHA PADRE VIEIRA .....   | 97         |
| 5.4          | AS MARCAS DA FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL.....   | 100        |
| <b>5.4.1</b> | <b>O Código Florestal.....</b>   | <b>107</b> |
| <b>6</b>     | <b>DISCUSSÃO .....</b>   | <b>111</b> |
| <b>7</b>     | <b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>   | <b>120</b> |
|              | <b>REFERÊNCIAS.....</b>  | <b>123</b> |
|              | <b>APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO ASSINADO PELOS PARTICIPANTES DA PESQUISA.....</b> | <b>131</b> |
|              | <b>APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTA .....</b>  | <b>132</b> |

|   |            |
|---|------------|
| <b>ANEXO A – MAPA DE SITUAÇÃO DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO<br/>DOS SINOS.....</b> | <b>135</b> |
|---|------------|

## 1 INTRODUÇÃO

Diante do uso intensivo da terra, espaços necessários à manutenção das diferentes formas de vida têm sido prejudicados. Vida que durante a trajetória acadêmica de graduanda em Ciências Biológicas foi enfatizada a cada nova disciplina, estágio, saída a campo, projeto desenvolvido, cujo foco sempre presente foi sua manutenção. No entanto, algumas experiências foram decisivas no sentido de ampliar o olhar para o ser humano e seus saberes, muitas vezes esquecidos nesse ramo da ciência. As vivências possibilitadas pelo Laboratório de Educação Ambiental e pelo Projeto de Atenção à Saúde na Comunidade (PASC), ambos da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), se configuraram como desafios de trabalhar com variadas percepções, permitindo unir os fragmentos apreendidos em cada área específica da biologia à realidade propriamente dita. Além disso, a experiência como educadora social em uma localidade tratada como uma das mais violentas de São Leopoldo “recheou” essa trajetória com a necessidade cada vez maior de interagir com outras áreas do conhecimento, para melhor entender e atuar nos diferentes contextos.

A visão de escassez dos elementos da natureza, evidenciada ainda mais nos estágios junto ao Departamento de Recursos Hídricos da Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SEMMAM) de São Leopoldo e ao Laboratório de Herpetologia<sup>1</sup>, aliada à percepção da importância de se reconhecer os saberes de cada ser humano, culminou na busca de um Curso de Pós-Graduação que auxiliasse na reflexão dessa complexidade. Paralelo a isso, o contato com o rural, inicialmente possibilitado por residir nesse meio por alguns anos e, posteriormente por participar de projetos desenvolvidos nesse contexto, chamou a atenção para a riqueza das relações ali presentes. Como afirma Martins (2000, p. 9) “As populações rurais, mais do que instrumentos da produção agrícola, são autoras e consumidoras de um modo de vida que é também um poderoso referencial de compreensão das irracionalidades e contradições que há fora do mundo rural”.

Nesse sentido, o Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, com seu caráter interdisciplinar, se mostrou pertinente diante das reflexões realizadas até então e dos questionamentos formulados em meio às experiências vivenciadas.

A aproximação com o tema da mata ciliar, por sua vez, foi propiciada pelo estágio na SEMMAM de São Leopoldo, onde as constantes vistorias nessas áreas, os decorrentes relatórios de seus usos, assim como os programas de educação ambiental promovidos pelo

---

<sup>1</sup> A Herpetologia estuda o grupo dos anfíbios e répteis, cuja perda de habitat tem levado muitas espécies à extinção.

setor fizeram com que esse assunto passasse a compor cada vez mais o percurso acadêmico que se iniciava. Programas de revitalização de nascentes, mapeamento a partir das escolas, plantio de mudas com a comunidade, oficinas sobre Áreas de Preservação Permanente, foram intensificando o estudo nesse caminho. O próprio Trabalho de Conclusão de Curso<sup>2</sup> foi resultado de interesses já presentes sobre a peculiaridade das matas ciliares, e incluiu a participação dos moradores da área em algumas coletas, demonstrando o quão necessário é atentar para o que pensam, conhecem e lembram aqueles que estão em contato direto com a natureza, e que relações ali se estabelecem. Halbwachs (2006, p. 51) ressalta, nesse sentido, a relevância das relações de proximidade quando aborda as dimensões da memória, afirmando que “No primeiro plano da memória de um grupo se destacam as lembranças dos eventos e das experiências [...] que resultam de sua própria vida ou de suas relações com os grupos mais próximos, os que estiveram mais frequentemente em contato com ele”.

A perspectiva teórica da memória coletiva, nesse sentido, vem contribuir quando se está diante das relações entre ser humano e natureza, visto que “[...] a memória de um ser vivo parece medir antes de tudo a capacidade de sua ação sobre as coisas [...]” (BERGSON, 1990, p. 187). Como um ambiente em constante transformação, cujas pressões oriundas da expansão urbana, industrial e do uso intensivo do solo têm comprometido sua qualidade e quantidade, as matas ciliares aparecem como a natureza aqui analisada, juntamente com os agricultores familiares que se relacionam com ela.

As matas ciliares, “[...] tipos de formações florestais ocorrentes às margens dos cursos d’água” (MARTINS, 2011, p. 28), integram um dos exemplos de Área de Preservação Permanente (APP), definição normativa instituída através da Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, a qual revogou o Código Florestal Brasileiro de 1965. Tal lei define APP como

Área protegida, coberta ou não por vegetação nativa, com a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica e a biodiversidade, facilitar o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem-estar das populações humanas. (BRASIL, 2012c).

Dessa forma, esses espaços estão diretamente associados à manutenção da água, além de cumprir outros papéis como o fornecimento de frutos, conforto térmico, proteção dos solos, da biodiversidade, contribuir para uma produção de qualidade, dentre outros aspectos.

Primeiramente denominadas “Florestas Protetoras” (BRASIL, 1934), essas áreas foram definidas como “Florestas de Preservação Permanente” em 1965 (BRASIL, 1965) e,

---

<sup>2</sup> Um levantamento florístico qualitativo de uma Mata Ciliar de Triunfo/RS.

em 2001, receberam a denominação de “Área de Preservação Permanente” (BRASIL, 2001). Assim, há 80 anos, no Brasil, as chamadas “beiras” de rios, arroios, vertentes, são consideradas legalmente como protegidas, mesmo que, na prática, essa proteção tenha sido comprometida.

O espaço rural contempla parte significativa das APPs, visto sua característica de apresentar “[...] maior presença de superfícies verdes ou naturais (em oposição às superfícies edificadas das áreas urbanas) ou maior relação com a natureza [...]” (KAGEYAMA, 2008, p. 53). Nesse sentido, chama-se a atenção para o papel dos agricultores familiares na relação com esses locais, já que, segundo Ehlers (1996, p. 150)

A agricultura de base familiar apresenta uma série de vantagens na transição para sistemas sustentáveis, seja pela sua escala menor, pela maior capacidade gerencial, por sua flexibilidade e por sua maior aptidão à diversificação de culturas e à preservação dos recursos naturais.

Woortmann (1990, p. 17) relaciona ainda o fato de manter-se como produtor familiar com o apego à tradição, e aponta os pontos positivos disso na construção de possibilidades, destacando que “A tradição, então, não é o passado que sobrevive no presente, mas o passado que, no presente, constrói as possibilidades do futuro”.

Nas unidades produtivas familiares, as relações estabelecidas entre si e com a natureza tendem a apresentar um caráter diferenciado, pelo simples fato do contato ser mais direto e poder envolver lógicas de reciprocidade. Sabourin (2011, p. 167), nesse sentido, chama a atenção para os “diferentes tipos do modo camponês de produzir (*peasant mode of farming*), construídos em torno de características comuns: uma relação íntima com os recursos naturais vivos, porém limitados (capital ecológico) [...]”. Assim, considerando essa proximidade, buscar a memória a respeito desses espaços e compreender como se dão as práticas pelos agricultores familiares se apresenta como uma importante agenda de pesquisa no que se refere ao desenvolvimento rural, “[...] um processo que envolve múltiplas dimensões: dimensão econômica, dimensão sociocultural, dimensão político-institucional e dimensão ambiental.” (KAGEYAMA, 2008, p. 56).

Vale destacar ainda que as alterações ocorridas no Código Florestal Brasileiro em 2012 tornaram o mesmo mais permissivo com relação ao manejo das APPs, principalmente quando apontam como possibilidades de supressão as atividades de utilidade pública, interesse social e baixo impacto ambiental. Dessa forma, a conservação dessas áreas torna-se cada vez mais dependente da maneira como são significativas e conseqüentemente tratadas por aqueles que estão em contato direto com esses espaços. Woortmann (2009, p. 128)

contribui nesse sentido quando afirma que “Nossa tarefa é levantar o cabedal de conhecimentos camponeses e de suas práticas. Quanto mais nos inteirarmos de seus contextos, mais respeitaremos – e faremos respeitar por outros – sua relação com a natureza. E entenderemos as estratégias inteligentes desenvolvidas”. Assim, ressalta-se a necessidade de estudos no espaço rural que abordem o ponto de vista daqueles diretamente envolvidos nesse meio, já que, conforme Schneider (2010b, p. 528) “[...] acredita-se que existem possibilidades e lacunas inexploradas pelos estudos sobre desenvolvimento rural no Brasil que se encontram na necessidade de analisar mais profundamente o papel dos agricultores e demais atores do meio rural nos processos de mudança social”. Diante disso, nada melhor do que partir das experiências vivenciadas e relatadas pelos próprios agricultores, principalmente quando se trata de sua relação com áreas responsáveis pela manutenção de um dos elementos da natureza mais importantes, a água.

No Brasil, estudos abrangendo diferentes Bacias Hidrográficas<sup>3</sup> apontam condições preocupantes com relação à quantidade e qualidade das águas. Destaca-se, nesse sentido, no que se refere ao Rio Grande do Sul (RS), o levantamento realizado pela Agência Nacional das Águas (ANA) (BRASIL, 2012a), que aponta a Bacia Hidrográfica do Rio dos Sinos (Anexo A) como de criticidade quali-quantitativa, sendo considerada muito crítica quantitativamente e péssima ou ruim qualitativamente. Ressalta-se que no documento gerado em 2013 pela mesma instituição, a Bacia do Rio dos Sinos permanece entre as mais críticas do Brasil no que se refere à qualidade da água e, juntamente com as Bacias Hidrográficas do Rio Caí e do Rio Gravataí, mantém a classificação como de criticidade quali-quantitativa (BRASIL, 2013). “Além dos baixos valores de oxigênio dissolvido, outra indicação da degradação na Bacia do Rio dos Sinos é a recorrente ocorrência de mortandade de peixes.” (BRASIL, 2012b). Diante desse quadro, vale destacar que as matas ciliares desempenham um papel fundamental, devido às suas funções já citadas anteriormente, destacando-se seu funcionamento como “[...] filtros que amortecem os impactos” (BARRELLA *et al.*, 2009, p. 200) e sua contribuição na “[...] estabilidade dos ciclos hidrológicos e biogeoquímicos das Bacias Hidrográficas.” (BORGES *et al.*, 2011, p. 1205). O Relatório Técnico da situação atual da Bacia Hidrográfica do Rio dos Sinos aponta também que “É imprescindível reconhecer que são nas zonas rurais que estão estabelecidos os estoques remanescentes significativos de mata ciliar, compensando os danos praticamente irreparáveis provocados nas cidades.” (CONSÓRCIO PÚBLICO DE

---

<sup>3</sup> Segundo Pires, Santos e Del Prette (2008, p. 17) “Na perspectiva de um estudo hidrológico, o conceito de Bacia Hidrográfica envolve explicitamente o conjunto de terras drenadas por um corpo d’água principal e seus afluentes e representa a unidade mais apropriada para o estudo qualitativo e quantitativo do recurso água e dos fluxos de sedimentos e nutrientes”.

SANEAMENTO BÁSICO DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO DOS SINOS – PRÓ-SINOS, 2009, p. 224). Nesse sentido, ressalta-se que “As áreas mais conservadas encontram-se a montante da bacia” (RIO GRANDE DO SUL, 2012), o que requer um “olhar” atento ao trecho superior do rio (Alto Sinos<sup>4</sup>) por ainda manter uma vegetação que nos demais trechos encontra-se comprometida.

A Bacia Hidrográfica do Rio dos Sinos compreende 32 municípios, ocupa uma área de 3.696 Km<sup>2</sup> (equivalente a 1,3% da área do RS) e apresenta uma população estimada para 2008 de 1.346.151 habitantes (12,7% da população do RS), sendo que 64.531 habitantes (4,8%) residem em área rural (a qual predomina no trecho “Alto Sinos”) (PRÓ-SINOS, 2009). Um dos municípios pertencentes a esse trecho e que comporta a nascente do rio é Caraá, o qual, por sua vez, possui 85,53% de sua população caracterizada como rural (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE, 2010), com predomínio de estabelecimentos da agricultura familiar, que correspondem a 1.397 (90% do total) e ocupam uma área de 13.297 hectares (IBGE, 2006). Segundo o Plano Ambiental de Caraá,

O município é eminentemente agrícola, tendo como produção primária a cana-de-açúcar, típica da região, e a conseqüente fabricação artesanal do açúcar mascavo e da cachaça. Produz também hortigranjeiros, especialmente repolho, beterraba, aipim, batata-doce e as pequenas lavouras de subsistência, características da região tipicamente de minifúndio. Há também expressivo rebanho bovino e produção de suínos, que completam a base econômica do município. (CARAÁ, 2009, p. 8).

Ao mesmo tempo, vale chamar a atenção para o fato de o município apresentar o terceiro menor Índice de Desenvolvimento Socioeconômico (IDESE) do Estado (de 0,556 em 2010, ocupando a 494<sup>a</sup> posição), o qual abrange 12 indicadores divididos em três blocos temáticos: educação, renda e saúde (FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA – FEE, 2010). Contrapondo essa visão de pobreza, o Plano Ambiental Municipal (CARAÁ, 2009, p. 11) aponta que “Caraá possui uma riqueza muito grande em relação à existência de corpos hídricos, devido ao seu relevo dobrado, com variação de altitudes elevadas e importantes remanescentes de vegetação no trecho superior dos morros”. Soma-se a esses aspectos o fato do município abrigar remanescentes da Mata Atlântica (BRASIL, 2008), possuir duas Reservas Indígenas em seu território – Terra Indígena da Barra do Ouro (Campo Molhado) e Terra Indígena da Varzinha, ambas da etnia Mbya-guarani (GEOLINKS, 2007) e

<sup>4</sup> O Relatório Técnico da Situação atual da Bacia Hidrográfica do Rio dos Sinos, elaborado em 2009, divide a bacia em três compartimentos, baseado em condições de relevo e uso do solo: Alto Sinos, Médio Sinos e Baixo Sinos. O Alto Sinos, “em que são notadas as maiores altitudes (acima de 1000 metros do nível do mar) pode ser delimitado desde as nascentes, a montante da sede urbana de Caraá, até o rio da Ilha. Nesse trecho toda a ocupação é rarefeita e o uso do solo é predominantemente rural. Corresponde a cerca de 47,5% da Bacia.” (PRÓ-SINOS, 2009).

a Área de Proteção Ambiental Municipal de Caraá<sup>5</sup>, com 8.932 hectares (CARAÁ, 1998), reforçando a relevância de compreender como os agricultores familiares estão se relacionando com esse contexto. Schneider (2010b, p. 529) contribui nesse sentido quando afirma que falta conhecer “de que modo, afinal, os próprios agricultores reagem e quais são os recursos e estratégias que utilizam”. Esse autor destaca ainda que

Fica, portanto, como desafio aos estudos sobre desenvolvimento rural no Brasil, ir além da análise e interpretação das transformações que ocorrem nas formas de produção, nas tecnologias, nas instituições e na crescente interação com os mercados. Este esforço é importante, mas será parcial e incompleto se os estudos e pesquisas não forem capazes de mostrar em que medida estas dimensões afetam as relações com o espaço e o meio ambiente, se contribuem ou não para melhoria das condições de vida da população rural fazendo, enfim, com que o desenvolvimento seja, efetivamente, um processo de mudança social. (SCHNEIDER, 2010b, p 529).

Ressalta-se também que em um primeiro contato estabelecido com instituições que prestam assistência aos agricultores de Caraá, foi constatado que há oito anos a EMATER, Sindicato dos Trabalhados Rurais e Prefeitura Municipal realizam reuniões junto a 14 comunidades locais, sendo o meio ambiente um dos temas tratados, visto a ocorrência de algumas autuações de agricultores em função de ações consideradas crimes ambientais<sup>6</sup>. Portanto, diante deste contexto, emergem os seguintes questionamentos: De que forma os agricultores familiares de Caraá se relacionam com as matas ciliares? Quais as interferências dessas relações no desenvolvimento rural do município? De que maneira a memória coletiva pode auxiliar na compreensão dessas relações?

O processo de compreensão das relações estabelecidas no meio rural, destacando-se nesse estudo aquelas que envolvem agricultores familiares e as matas ciliares, possibilita identificar demandas e potencialidades inerentes a esse contexto. Aprender as lembranças, significados, que determinado espaço confere aos agricultores é necessário porque são eles que estão no local, diariamente, observando e analisando os aspectos de sua área, e é a partir deles que partem as escolhas que são decisivas para a manutenção de sua unidade produtiva. Desconsiderar o seu saber significa não reconhecer seu papel diante desses espaços, visto que, conforme Schneider (2010a, p. 121) “[...] o que faz com que as unidades produtivas se

---

<sup>5</sup> Área de Proteção Ambiental (APA) é uma categoria de Unidade de Conservação de Uso Sustentável. Segundo o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), a APA “é uma área em geral extensa, com um certo grau de ocupação humana, dotada de atributos abióticos, bióticos, estéticos ou culturais especialmente importantes para a qualidade de vida e o bem estar das populações humanas, e tem como objetivos básicos proteger a diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais.” (BRASIL, 2000).

<sup>6</sup> Informação verbal fornecida em 30 de outubro de 2012, pela engenheira agrônoma da EMATER de Caraá.

transformem em um ou outro modo ou direção é o conjunto de estratégias, ações e reações que os membros que as integram forem capazes de articular e colocar em prática”.

Ressalta-se também que compreender como as matas ciliares são utilizadas pelos agricultores permite revelar práticas consideradas sustentáveis, as quais podem servir de inspiração para os demais agricultores da Bacia do Rio dos Sinos, bem como para políticas de incentivo a esses agricultores. Em contrapartida, podem ser identificadas experiências que necessitam ser repensadas, sendo o seu reconhecimento fundamental para o início de qualquer reflexão a respeito. Considerando que Caraá é uma região cujos atributos ambientais são representativos na paisagem e, ao mesmo tempo, apresenta forte indício da presença da agricultura familiar, estudos que apontem as fragilidades e potencialidades da relação entre esses dois aspectos apresentam-se como relevantes no sentido que, como contribui Almeida (1999, p. 52)

[...] o grande desafio, talvez, resida na capacidade das forças sociais envolvidas na busca de outras formas para o desenvolvimento de imprimir sua marca nas políticas públicas, para que estas venham a afirmar política, econômica e socialmente a opção pela agricultura familiar, forma social de uso da terra que melhor responde a noção de sustentabilidade e as necessidades locais, regionais e do país.

Vale chamar a atenção ainda que, por mais que as matas ciliares permitam esse contato direto com o ser humano, a forma como a legislação tem sido tratada junto aos agricultores por vezes tem resultado em uma “relação onde o que predomina é o medo e a desinformação”<sup>7</sup>. Em contraposição à informação sobre o que é ou não permitido, predomina, em alguns casos, a cobrança, única e exclusivamente, desconsiderando a importância desses atores no processo de conservação. Assim, o resultado é o medo constante da fiscalização, fazendo com que essas áreas acabem sendo vistas como “problema”. Esse aspecto tende a afastar ainda mais as pessoas desses locais, já que, diante da falha na comunicação, prevalece a noção de que tudo é proibido e resultará em multas, cujo valor não diferencia os diferentes contextos. Silva Junior (2006, p. 43) ressalta, nesse sentido, que

O ato decisório sobre os métodos de conservação deve deixar de ser monopolizado pelos agentes técnicos, organizações ambientalistas e órgãos governamentais, devendo seu ponto de partida emergir dos interesses da comunidade local envolvida, a partir de um deslocamento de poder para a constituição de processos de gestão compartilhada.

---

<sup>7</sup> Informação fornecida em 30 de outubro de 2012, pela engenheira agrônoma da EMATER.

Destaca-se, dessa forma, a importância do sentimento de pertencimento a um processo e lugar que faz com que esse lugar seja respeitado e valorizado. Sabourin (2011, p. 132) contribui, nesse sentido, ao afirmar que “O sentimento de pertencer a um todo é muito forte e aparece de forma espontânea na maioria dos depoimentos de camponeses, associado a uma noção de unidade, de solidariedade, de força e de vida do ser coletivo ou comunitário”. Enquanto as decisões, assim com a gestão, não integram o principal agente de conservação, os conflitos e/ou “medos” permanecem. Diegues (2000, p. 13) salienta ainda que “Sob o ponto de vista social e político, o modelo preservacionista apresenta alto custo, pois adota um enfoque autoritário, de cima para baixo [...]”, do tipo comando e controle. Dessa forma, quando a comunidade é aliada no processo de conservação, o resultado, para ambos os lados, tende a ser bem mais promissor, até mesmo em aspectos econômicos. Como destaca Diegues (2000, p. 19) “[...] é preciso, antes de tudo, reconhecer a existência de outras formas igualmente racionais de perceber a biodiversidade, além daquelas oferecidas pela ciência moderna”. É preciso identificar, junto às comunidades, a forma mais sustentável de se desenvolver, e para isso a compreensão das relações dos agricultores familiares com as áreas protegidas pode contribuir nesse sentido. Woortmann e Woortmann (1997, p.175) corroboram com isso ao afirmar que “A maneira de o camponês perceber o mundo, as relações sociais e a hierarquia nem sempre é compreendida pelos agentes externos a essa cultura, os quais procuram estender suas boas intenções ao campesinato”. Assim, a realização de estudos que apontem a percepção<sup>8</sup> e as experiências dos agricultores é cada vez mais necessária, principalmente em locais onde há carência de informações oriundas daqueles que vivem e transformam o espaço rural.

No que se refere à Bacia do Rio dos Sinos, vale ressaltar a carência de pesquisas que envolvam as pessoas e os seus respectivos saberes<sup>9</sup>. Pires, Santos e Del Prette (2008, p. 27) destacam, com relação a isso que

Além da visão espacial e temporal adequada da unidade de gerenciamento, o principal desafio para a gestão da Bacia Hidrográfica é englobar todas as questões biofísicas e humanas que estão contidas na unidade ou são exteriores a ela e têm implicações significativas para a sua dinâmica, integrando as dimensões humanas, culturais, socioeconômicas, estéticas e outras que não são espacialmente definidas.

<sup>8</sup> No que se refere à percepção, vale destacar a contribuição de Merleau-Ponty (1996, p. 13) quando afirma que “Não é preciso perguntar-se se nós percebemos verdadeiramente um mundo, é preciso dizer, ao contrário: o mundo é aquilo que nós percebemos”.

<sup>9</sup> Em uma busca em três bases de dados (Portal da CAPES, Scielo e Web Of Science), por exemplo, dos 124 trabalhos encontrados a partir do título “Rio dos Sinos”, nenhum envolvia o conhecimento das comunidades/moradores da área de estudo na pesquisa.

Além disso, diante do quadro crítico relacionado à qualidade da água da Bacia, o foco das pesquisas científicas, bem como da intervenção da mídia, tem ocorrido no Médio e Baixo Sinos, o que aponta a necessidade de um olhar mais atento ao Alto Sinos, que comporta vegetação mais adensada, um potencial significativo de agricultura familiar e água de qualidade. Ressalta-se, nesse ponto, a contribuição de Buttel (2000, p. 29) quando afirma que “[...] qualidade ambiental está obviamente integrada à qualidade da vida humana”.

Assim, adotou-se como objetivo geral compreender como os agricultores familiares de Caraá/RS percebem e interferem nas matas ciliares como subsídio para refletir sobre o desenvolvimento rural do município. Como objetivos específicos, são propostos os seguintes: apresentar o perfil socioeconômico das famílias pesquisadas; descrever os significados e as formas de intervenção dos agricultores familiares de três localidades de Caraá sobre as matas ciliares; apreender as lembranças referentes ao contexto das matas ciliares, visando à constituição de uma memória coletiva; e analisar como as práticas de intervenção e manejo da mata ciliar se articulam a esta memória coletiva.

Para atender a essas questões, a dissertação está organizada em seis capítulos, sendo o primeiro esta introdução, contextualizando a problemática da pesquisa e os objetivos propostos. Na sequência, o capítulo dois traz o referencial teórico, subdividido nas seções Memória Coletiva, Relação Ser Humano e Natureza, e Agricultura Familiar. O terceiro capítulo aponta o caminho percorrido, abordando as aproximações com o campo, o acompanhamento de encontros realizados com grupos em cada localidade, a definição das localidades e famílias com as quais o trabalho se debruçou, os instrumentos metodológicos utilizados em cada momento e a forma com que a análise foi conduzida. Iniciando a exposição dos resultados, o capítulo quatro traz uma breve caracterização das famílias visitadas, bem como das três localidades em que o estudo se direcionou. Na sequência, os significados atribuídos às matas ciliares pelos agricultores familiares, relatados espontaneamente e após a intervenção da pesquisadora são descritos, considerando-se as observações obtidas a partir da construção da linha do tempo e do mapa da área. O capítulo cinco traz o vai e vem da memória no que se refere aos usos das matas ciliares em cada uma das localidades, bem como às marcas impressas pela ação da fiscalização ambiental na lembrança dos agricultores e à maneira como o Código Florestal Brasileiro tem sido interpretado pelos participantes. Finalizando, porém sem encerrar as reflexões que seguem com o intuito de gerar novas reflexões, o capítulo seis discute os resultados obtidos a partir de cada um dos instrumentos metodológicos utilizados, relacionando as percepções oriundas do trabalho da memória com o meio rural e sua complexidade.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

Para o desenvolvimento da presente pesquisa, o referencial teórico utilizado parte dos estudos relacionados à memória coletiva, cujas principais contribuições aqui abordadas são de autores como Maurice Halbwachs e Ecléa Bosi. Para a análise das experiências apreendidas através da memória, contou-se com trabalhos de Ellen Woortmann, Klass Woortmann e Eric Sabourin, que tratam das relações entre ser humano e natureza, terra e trabalho, práticas e simbolismos e reciprocidade no meio rural. No que se refere à agricultura familiar, apoiou-se em estudos de Sérgio Schneider, resgatando-se também algumas reflexões de Alexander V. Chayanov.

### 2.1 MEMÓRIA COLETIVA

Partindo de reflexões iniciais a cerca das percepções dos indivíduos, o percurso teórico foi sendo definido após a aproximação com estudos sobre memória coletiva, que tem como um dos principais precursores Maurice Halbwachs. O autor traz apontamentos quanto ao papel do coletivo no indivíduo, bem como a relação da memória com história, espaço, tempo, onde o presente é tão relevante quanto o passado. Halbwachs (2006, p. 192) afirma que a memória coletiva “é uma corrente de pensamento contínuo, de uma continuidade que nada tem de artificial, pois não retém do passado senão o que ainda está vivo ou é capaz de viver na consciência do grupo que a mantém”. Apresenta-se, dessa forma, como uma leitura não apenas do passado, mas também do presente, sendo um resgate do percebido e do vivido pelos diferentes grupos.

O fato de ter vivenciado determinados acontecimentos é um dos pontos que diferencia memória de história, conforme aponta Halbwachs (2006, p. 109) ao afirmar que “A história examina os grupos de fora e abrange um período bastante longo. A memória coletiva, ao contrário, é o grupo visto de dentro e durante um período que não ultrapassa a duração média da vida humana [...]”. Dessa forma, destaca-se o papel da memória em trazer à tona as experiências, já que “[...] os quadros coletivos da memória não conduzem a datas, a nomes e a fórmulas – eles representam correntes de pensamento e de experiência em que reencontramos nosso passado apenas porque ele foi atravessado por tudo isso.” (HALBWACHS, 2006, p. 86).

Nesse percurso de reencontro do passado chama-se a atenção para o elemento tempo, visto que “É no tempo, no tempo que é de um determinado grupo que ele procura encontrar

ou reconstituir a lembrança, e é no tempo que se apoia.” (HALBWACHS, 2006, p. 146). Considerando o tema de pesquisa em questão, o tempo cumpre um papel particular, visto que o ambiente não é estático, mudando constantemente seja por fenômenos “naturais”<sup>10</sup> ou devido às diferentes relações estabelecidas entre ser humano e natureza, ou seja, os aspectos socioantropológicos. No que se refere às matas ciliares, essas mudanças são ainda mais evidentes, visto que os recursos hídricos, em determinadas épocas do ano, aumentam significativamente seu volume, deixando essas áreas e as moradias próximas sujeitas à inundação, por exemplo. Dessa forma, retroceder no tempo, entendendo que “Não há um tempo universal e único, mas a sociedade se decompõe em uma multiplicidade de grupos, cada um com sua própria duração” (HALBWACHS, 2006, p. 153), permite acompanhar esses eventos e auxilia no entendimento da configuração atual dos espaços. Halbwachs (2006, p. 155), nesse sentido, faz o seguinte questionamento:

Como uma sociedade, qualquer que seja ela, poderia existir, subsistir, tomar consciência de si mesma, se não abrangesse com um olhar um conjunto de acontecimentos presentes e passados, se não tivesse a faculdade de retroceder no fluxo do tempo e repassar ininterruptamente os vestígios que deixou de si mesma?

O dinamismo das lembranças que entrelaçam passado, presente e futuro pode, dessa forma, demonstrar como o ambiente foi transformado, como ocorrem as interferências e de que maneira o indivíduo se coloca nesse meio, apontando, paralelamente, aspectos relevantes de um determinado espaço. Halbwachs (2006, p. 170) destaca que

Não há memória coletiva que não aconteça em um contexto espacial. Ora, o espaço é uma realidade que dura: nossas impressões se sucedem umas às outras, nada permanece em nosso espírito e não compreenderíamos que seja possível retomar o passado se ele não estivesse conservado no ambiente material que nos circunda. É ao espaço, ao nosso espaço – o espaço que ocupamos, por onde passamos muitas vezes, a que sempre temos acesso e que, de qualquer maneira, nossa imaginação ou nosso pensamento tem de se fixar para que essa ou aquela categoria de lembranças reapareça.

Essa concepção de espaço tratada pelo autor não inclui apenas os aspectos físicos, mas também as relações estabelecidas pelos diferentes grupos. Um espaço marcado pelas experiências daqueles que ali estiveram, que é evocado pela memória justamente por não estar dissociado de uma experiência de um grupo ou comunidade. Como chama a atenção Bosi

---

<sup>10</sup> Como salientam Dias e Santos (2012, p. 188), integram os sistemas naturais “as variáveis climáticas, as diferentes formas de relevo, de tipos de solo, de formações vegetais”. Mas entende-se que, como afirma Raynaut (2004, p. 29), “A visão de uma natureza virgem e intocada não passa de um mito e quase todos os meios ‘naturais’ no mundo não podem ser analisados sem levar em conta o papel da intervenção humana na sua dinâmica”.

(1994, p. 443) “O espaço que encerrou os membros de uma família durante anos comuns, há de contar-nos algo do que foram essas pessoas. Porque as coisas que modelamos durante anos resistiram a nós com sua alteridade e tomaram algo do que fomos”. Quando se trata de agricultores familiares, foco da presente pesquisa, o elemento espaço tende a ser ainda mais evidente no que se refere à memória, visto que se pressupõe uma relação de proximidade diferenciada com a terra e seus diferentes “recursos”, bem como com o coletivo que forma esse espaço.

Em se tratando de coletivo, Halbwachs trouxe em sua obra um olhar atento a esse aspecto, fundamental em sua teoria relacionada à memória, destacando que “Nossos sentimentos e nossos pensamentos mais pessoais têm sua origem em meios e circunstâncias sociais definidos [...]” (HALBWACHS, 2006, p. 41). Não se desconsidera, nesse caso, o papel do indivíduo, mas se reforça que ele se encontra conectado a um contexto social mais amplo, já que “[...] seus pensamentos e seus atos se explicam por sua natureza de ser social e porque ele não deixou sequer por um instante de estar encerrado em alguma sociedade.” (HALBWACHS, 2006, p. 42). Bosi (1994, p. 407) corrobora com isso quando afirma que há um “lastro comunitário de que nos servimos para constituir o que é mais individual”, lastro por vezes não considerado com a devida relevância, principalmente em trabalhos estritamente biológicos.

Nesse coletivo, a escuta do indivíduo pode revelar experiências diversificadas, bem como percepções distintas de um mesmo espaço, já que, como afirma Halbwachs (2006, p. 69)

[...] se a memória coletiva tira sua força e sua duração por ter como base um conjunto de pessoas, são os indivíduos que se lembram, enquanto integrantes do grupo. Dessa massa de lembranças comuns, umas apoiadas nas outras, não são as mesmas que aparecerão com maior intensidade a cada um deles. De bom grado, diríamos que cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva, que este ponto de vista muda segundo o lugar que ali ocupo e que esse mesmo lugar muda segundo as relações que mantenho com outros ambientes.

Relações que estão no foco deste trabalho, cuja perspectiva da memória coletiva vem auxiliar na sua compreensão, atentando tanto para o coletivo quanto para o indivíduo, já que “Há fatos que não tiveram ressonância coletiva e se imprimiram apenas em nossa subjetividade. E há fatos que, embora testemunhados por outros, só repercutiram profundamente em nós [...]” (BOSI, 1994, p. 408). Essa repercussão no indivíduo, que de alguma forma remete à percepção, pode vir à tona quando a memória é evocada, de acordo

com o que já afirmava Bergson (1990, p. 200) ao destacar que “Toda percepção ocupa uma certa espessura de duração, prolonga o passado no presente, e participa por isso da memória”.

Esse paralelo entre memória e percepção, presente no contexto dessa pesquisa, cujo olhar está direcionado aos agricultores familiares e às matas ciliares com as quais têm contato, permite identificar os significados e usos dessas áreas a partir das lembranças narradas, já que, como afirmava Bergson (1990, p. 22) “Na verdade, não há percepção que não esteja impregnada de lembranças. Aos dados imediatos e presentes de nossos sentidos misturamos milhares de detalhes de nossa experiência passada”. Dessa forma, através da memória, experiências vividas no passado e presente podem ser apreendidas considerando que ao olhar para trás parte-se do ponto de vista e momento vivido hoje.

A lembrança é uma imagem construída pelos materiais que estão, agora, à nossa disposição, no conjunto de representações que povoam nossa consciência atual. Por mais nítida que nos pareça a lembrança de um fato antigo, ela não é a mesma que experimentamos na infância, porque nós não somos os mesmos de então e porque nossa percepção alterou-se e, com ela, nossas ideias, nossos juízos de realidade e de valor. O simples fato de lembrar o passado, no presente, exclui a identidade entre as imagens de um e de outro, e propõe a sua diferença em termos de ponto de vista (BOSI, 1994, p. 55).

Assim, olhar para as matas ciliares de Caraá a partir das noções analíticas da memória coletiva revela-se como um desafio de buscar as diferentes percepções dos agricultores familiares que fazem desse espaço o que ele é hoje, assim como o que foi um dia, já que parte de acontecimentos vividos, num determinado tempo e espaço, afetando a coletividade e o indivíduo. Pollak (1992, p. 202) contribui, nesse sentido, quando questiona:

Quais são, portanto, os elementos constitutivos da memória, individual ou coletiva? Em primeiro lugar, são os *acontecimentos* vividos pessoalmente. Em segundo lugar, são os acontecimentos que eu chamaria de ‘vividos por tabela’, ou seja, acontecimentos vividos pelo grupo ou pela coletividade à qual a pessoa se sente pertencer. [...] Além desses acontecimentos, a memória é constituída por *pessoas*, *personagens*. [...] Além dos acontecimentos e das personagens, podemos finalmente arrolar os *lugares*. Existem lugares da memória, lugares particularmente ligados a uma lembrança, que pode ser uma lembrança pessoal, mas também pode não ter apoio no tempo cronológico.

Dentre esses lugares da memória, ligados às mais diversas lembranças, cabe entender como os diferentes elementos da paisagem, como é o caso das matas ciliares que protegem os mais distintos cursos d’água, e hoje são foco de ações de fiscalização ambiental, imprimem sua marca naqueles cuja trajetória de vida se deu em contato mais próximo com esse meio. Assim como Rechenberg (2007), que desenvolveu seu trabalho no Bairro Lami de Porto Alegre, no qual relatou que “[...] os informantes eram levados a refletir sobre suas

experiências passadas e seu lugar no mundo hoje” (RECHENBERG, 2007, p. 82), o vai e vem da memória na presente pesquisa não deixa de ter pretensão semelhante, visto que esse aporte teórico-metodológico possibilita este tipo de reflexão. Como contribuiu PIETRAFESA DE GODOI (1999, p. 146) “Poderíamos ousar dizer que a função social da memória – lembrar e advertir – é unir o começo ao fim, ligando o que foi e o porvir”, sendo o exercício de escuta dos agricultores e agricultoras tarefa importante ao entendimento das relações que se estabelecem, perduram, sofrem rupturas, enfim, permeiam o meio rural.

## 2.2 RELAÇÃO SER HUMANO E NATUREZA

A compreensão das relações estabelecidas entre agricultores familiares e as matas ciliares, possíveis de serem elucidadas a partir do estudo da memória coletiva, requer o aporte de autores cujos trabalhos envolvam discussões sobre as relações entre ser humano e natureza. Nesse sentido, ressalta-se a contribuição de Woortmann (2009, p. 120) quando sugere que “O homem deve saber que a terra ‘precisa ser bem tratada’, do que resulta uma forma de reciprocidade positiva”. A ideia de reciprocidade, também abordada por Sabourin<sup>11</sup> (2011, p. 24) “opõe dialeticamente um princípio de reciprocidade ao princípio de troca”. O autor destaca que

A reciprocidade como relação humana reversível entre sujeitos privilegia o ato sobre o objeto e o interesse privado, enquanto a troca visa principalmente a permuta de bens e serviços para a acumulação (geralmente individual) do lucro, mediante uma lógica de concorrência entre os interesses privados. (SABOURIN, 2011, p. 24).

Nesse sentido, as relações que se estabelecem são mais significativas que o produto que resulta dessas, já que através dos vínculos criados as ações possuem sentido e, assim, se perpetuam. Mesmo que o foco dos estudos sobre reciprocidade esteja direcionado às relações humanas, Sabourin (2011, p. 241) enfatiza que

No plano simbólico ou naquele do imaginário, poderiam também ser mencionadas as relações de reciprocidade entre o camponês e a natureza. A particularidade da agricultura reside no trabalho agrícola que corresponde a uma relação íntima entre o agricultor e outros seres vivos [...].

Dessa forma, a reciprocidade aparece como um ponto relevante quando se trata de analisar as práticas dos agricultores e sua relação com a natureza, já que, conforme Sabourin

---

<sup>11</sup> Este autor busca uma aproximação entre problemáticas específicas do campo do desenvolvimento rural a luz da teoria da reciprocidade (Marcel Mauss, Claude Levi-Strauss, Dominique Temple).

(2011, p. 113) ela “define uma parte importante da produção, da sua transmissão, mas também da gestão dos recursos e dos fatores de produção”. Woortmann e Woortmann (1997, p. 158) enfatizam ainda que “A relação com a terra é, pois, uma relação de reciprocidade”.

Esse contato direto com a terra, seja como agricultor, pecuarista, extrativista, mesmo com as constantes transformações pelas quais o espaço rural está sujeito, possibilita “diferentes formas de interação e de apropriação [...]” (DIAS; SANTOS, 2012, p. 177). Isso reforça a afirmação de Sabourin (2011, p. 241) de que “Ainda existe um vasto campo de pesquisa na frente para identificar e analisar como se manifesta hoje a relação dos agricultores com o meio vivo [...]”.

Woortmann (2009, p. 122) destaca o valor simbólico do ambiente quando afirma que

A lógica simbólica da lavoura camponesa expressa, destarte, uma ética de equilíbrio, na medida em que cria condições para o sustento da família e em que é feita segundo uma perspectiva etnoecológica que envolve o cuidado com a natureza – ‘a natureza de Deus’ – desde a mata e as nascentes de água até a terra cultivada. Respeitando a natureza, o camponês estará respeitando Deus.

Nesse sentido, a cultura aparece como um fator fundamental, já que, segundo Woortmann e Woortmann (1997, p. 10) “Nem os recursos, nem os instrumentos e os homens existem socialmente sem a cultura. É o saber que permite usá-los e é a cultura que lhes dá significado, inclusive para mais além da materialidade ou da instrumentalidade prática do trabalho”. Entre lógica simbólica, práticas e interações, a agricultura familiar segue imprimindo sua marca no meio rural e, conseqüentemente na natureza ali presente. Os autores ressaltam ainda que

Para entendermos a construção do roçado, precisamos conhecer tanto o modelo cultural quanto o processo histórico da sociedade, pois não existe uma natureza independente dos homens: ao longo do tempo a natureza é transformada, inclusive pelo próprio processo de trabalho. (WOORTMANN; WOORTMANN, 1997, p. 10).

Essa transformação, cujo tempo e intensidade variam conforme os diferentes interesses e percepções de mundo, merece ser acompanhada considerando as particularidades de cada grupo/comunidade/sociedade. Diegues (2000, p. 9), nesse sentido, chama a atenção para o fato do modelo preservacionista “não fazer distinções entre as várias formas de sociedade (a urbano-industrial, a tradicional, a indígena, etc.)”, invisibilizando os danos sociais e ambientais oriundos em grande parte da sociedade urbano-industrial, além de tratar como iguais os saberes das sociedades a respeito do ambiente que a cerca. Woortmann e Woortmann (1997, p. 13) com relação a isso ressaltam que

Na maioria dos estudos sobre o campesinato, pouca ou nenhuma atenção foi dada ao saber camponês sobre os solos e as plantas, visto como sistema cognitivo, parte de um modelo mais abrangente. Ou ele é apresentado como uma prática fragmentada, ou é implicitamente negado como saber autônomo, ou é visto apenas como um saber degenerado, remanescente anacrônico de uma tradição civilizatória que se transformou [...].

Muito mais do que um saber descontextualizado, pois “parte de um modelo mais amplo de percepção da natureza e dos homens” (WOORTMANN; WOORTMANN, 1997, p. 27), as interpretações feitas por esses grupos refletem “[...] no conteúdo das relações que os seres humanos estabelecem com a natureza, que influenciam nos processos de adaptação e na definição das formas como vão decidir explorá-la com vistas a garantir sua reprodução social.” (OLIVEIRA, 2009, p. 72). Dessa forma, a valorização dos saberes dos agricultores se apresenta como fundamental na compreensão de sua relação com o ambiente, e quando se trata das “beiras” de rios, por exemplo, fica evidente a ausência de estudos que envolvam mais diretamente aqueles que estão próximos a essas áreas, visto que em uma busca por trabalhos contendo no título as “matas ciliares”, dos 89 encontrados<sup>12</sup>, apenas um<sup>13</sup> envolveu o conhecimento dos moradores que convivem com esses espaços. Esse dado demonstra como “é imperativo rever as relações socioambientais no rural, [...] investir no conhecimento ambiental dos agricultores, valorar as práticas que contribuem para a conservação e a biodiversidade, privilegiar formas de ação coletiva e de cooperação.” (DIAS; SANTOS, 2012, p. 247).

Em um momento em que a legislação ambiental acaba de passar por mudanças significativas, como a alteração do Código Florestal Brasileiro, que de uma forma ou de outra chega àqueles que manejam a terra no cotidiano, Souza (2012, p. 326) sugere que “[...] o enfrentamento das exigências ambientais pelos agricultores, seja de caráter conflituoso ou não, engendra necessariamente novas relações sociais e territoriais tanto aquelas em que os preceitos ambientais estão contemplados quanto as que se distanciam deles”. Nesse sentido, seja como um saber que “se expressa na relação com a terra, em que esta é um parceiro de trocas, e a própria relação por eles percebida entre as plantas (de cooperação e não de competição) expressam o princípio do contrato, central em sua visão de mundo”

<sup>12</sup> Nesse exemplo, consultou-se três bases de dados (Portal da CAPES, Scielo e Web Of Science). Além da procura pelo título “mata ciliar”, buscou-se também por “área de preservação permanente” (dos 144 trabalhos encontrados para esse título, apenas dois (ULLER-GÓMEZ; SCHEIBE; REIS, 2009; KLUCK *et al.*, 2011) envolveram o saber dos produtores). Quando a procura associou as palavras agricultor/agricultura familiar a matas ciliares/áreas de preservação permanente, nenhum trabalho foi encontrado.

<sup>13</sup> Nesse trabalho, intitulado “Percepção dos ribeirinhos sobre a erosão marginal e a retirada da mata ciliar do rio São Francisco no seu baixo curso”, os autores realizaram 260 entrevistas com pescadores de cinco municípios de Sergipe para identificar a sua compreensão sobre o processo de degradação ambiental no Baixo São Francisco, com ênfase na retirada da vegetação ciliar e nos processos erosivos (HOLANDA *et al.*, 2011).

(WOORTMANN; WOORTMANN, 1997, p. 180), ou como “[...] a construção de uma concepção fragmentada de meio ambiente, que contrapõe o meio de vida ao recurso natural” (SOUZA, 2012, p. 338), a análise dessas relações, sob um recorte mais aproximado, pode apontar alguns dos caminhos que as interações sociedade e natureza estão seguindo. De qualquer forma, como contribui Raynaut (2004, p. 28)

Na medida em que, falando de meio ambiente, são colocadas no centro das preocupações as relações entre as sociedades humanas e o meio físico-natural que elas ocupam e exploram, o ser humano não pode mais ser considerado como ‘hóspede’ do meio que habita. Ele apresenta-se necessariamente como parte integrante desse meio, do qual é, ao mesmo tempo, sujeito e objeto, ator e produto.

Enquanto parte de um meio no qual habita e com o qual interage, reforça-se “o ponto de vista do camponês: como ele pensa e vive sua relação com a terra [...]” (PIETRAFESA DE GODOI, 1999, p. 16), no percurso do tempo, já que “A memória tem este poder de reprodução do passado e de transformação do presente, um pouco espelho do passado, um pouco idealização de um devir coletivo.” (ECKERT, 2012, p. 122).

### 2.3 AGRICULTURA FAMILIAR

A definição de “agricultura familiar” assumida nesta pesquisa tem como base a contribuição de autores como Sérgio Schneider, para o qual “A agricultura familiar abarca uma diversidade de formas de fazer agricultura que se diferencia segundo tipos diferentes de famílias, o contexto social, a interação com os diferentes ecossistemas, sua origem histórica, entre outras.” (SCHNEIDER, 2010a, p. 109). Em meio a essa diversidade, alguns elementos são fundamentais na compreensão desse grupo. Como apontou Schneider (2010a, p. 110)

A força de trabalho da família é seu principal fator produtivo abundante, mas enquanto um núcleo familiar, trabalho e produção fazem parte de um todo indivisível em que as relações de consanguinidade e parentesco funcionam como cimento e fator de coesão do grupo social. Embora produzam excedentes destinados aos consumidores dos núcleos urbanos mais próximos ou mesmo aos mercados mais longínquos, essas famílias de agricultores raramente abandonam a produção para o autoabastecimento ou autoconsumo, o que lhes permite um jogo permanente entre vender, trocar ou consumir, que é o fator preponderante de sua autonomia cultural, social e econômica em relação à sociedade capitalista em que estão inseridos.

Dessa forma, o trabalho da família (bem como as relações ali estabelecidas), assim como a produção para o autoconsumo e a interação com os mercados são destacados como

características inerentes à agricultura familiar. Chayanov (1974, p. 47, tradução nossa), em seu estudo sobre o campesinato, já abordava o papel da família ao afirmar que

Na unidade econômica familiar que não utiliza trabalho assalariado, a composição e o tamanho da família determinam integralmente a quantidade de força de trabalho e o grau de atividade, devendo-se aceitar que o caráter da família é um dos fatores principais na organização da unidade econômica campesina.

A relação entre trabalho e consumo, nesse mesmo sentido, é apontada pelo autor quando cita que “[...] o estímulo básico da família trabalhadora para a atividade econômica é a necessidade de satisfazer as demandas de seus consumidores” (CHAYANOV, 1974, p. 56, tradução nossa), ficando evidente que o consumo da família é o que direciona a intensidade do trabalho a ser desempenhado. Chayanov (1974, tradução nossa) afirma ainda que todos da família são consumidores, mas define como trabalhadores apenas aqueles com idade suficiente para colaborar nas atividades (a partir de 15 anos). Ressalta-se aqui a diferenciação demográfica das unidades camponesas, abordada pelo autor, onde cada unidade possui um ciclo demográfico que inicia com um sujeito que estabelece o casamento, tem filhos, os quais ao atingirem a idade adequada passam a ser trabalhadores e, assim, as famílias se reproduzem ao longo do tempo. Enquanto ocorre de algumas famílias terem muitos filhos, outras estão em declínio, e essa variação é decisiva para entender o processo de diferenciação do campesinato.

Outro ponto de destaque tratado por Chayanov (1974, p. 81, tradução nossa) se refere à relação entre condições de trabalho, produção e bem estar, visto que “Com o aumento das condições mais favoráveis para o trabalho aumenta-se a produção, a qual, com uma relação consumidor/trabalhador invariável, produz inevitavelmente um melhoramento do bem-estar do consumidor e da família”.

Apesar desses apontamentos relacionados ao campesinato estarem na base do que se entende por agricultura familiar, algumas considerações são necessárias. Retomando-se a contribuição de Chayanov sobre o papel da família, destaca-se que esse autor chama a atenção para a não utilização de trabalho assalariado na unidade familiar, sendo que, como citou Schneider (2003, p. 114):

A contratação eventual ou regular de assalariados pelas unidades familiares ou sua inserção em circuitos mercantis, seja pela venda da força de trabalho (via atividades não agrícolas), seja pela venda de produtos agrícolas, não autoriza a categorização compulsória como capitalistas.

Dessa forma, “[...] nem a contratação ou não de assalariados, nem tampouco as relações com o mercado servem, isoladamente, como critérios para definir a natureza de uma

determinada forma social” (SCHNEIDER, 2003, p. 114), sendo necessário atentar para o conjunto de aspectos que conferem aos grupos sua identidade. Nesse sentido,

Embora mantenham semelhanças entre si, como a propriedade de um pequeno lote de terra, o uso predominante do trabalho da família na execução das tarefas produtivas, o acesso à terra mediante a herança, a manutenção dos vínculos sociais assentadas em relações de parentesco, entre outras, o traço fundamental que distingue os agricultores familiares dos camponeses assenta-se no caráter dos vínculos mercantis e das relações sociais que estabelecem à medida que se intensifica e se torna mais complexa a sua inserção na divisão social do trabalho, ou seja, é o maior envolvimento social, econômico e mercantil que torna o agricultor familiar, ao mesmo tempo, mais integrado e mais dependente em relação à sociedade que lhe engloba. (SCHNEIDER, 2010a, p. 111).

No entanto, nesse processo de mercantilização, vale salientar que “[...] cada indivíduo, ou, nesse caso, cada agricultor, tende a estabelecer distintas formas de relação com os mercados [...]” (SCHNEIDER, 2010a, p. 112), reforçando o que foi abordado no início desta seção sobre a característica da agricultura familiar de abarcar uma diversidade de formas de fazer agricultura. Diante disso, depara-se com

[...] diferentes estilos de agricultura, que podem ser entendidos a partir das necessidades ou possibilidades de os agricultores organizarem suas relações sociais e produtivas a partir de diferentes lógicas, intensificando ou extensificando o uso dos recursos produtivos já que, por exemplo, a disponibilidade de trabalho/mão de obra qualificada é uma característica estratégica e indispensável da necessária base de recursos, que tanto pode se fortalecer como se debilitar face à intensidade e, fundamentalmente, à qualidade dos vínculos mercantis. (CONTERATO *et al.*, 2011, p. 81).

Assim, a agricultura familiar compreende formas diversificadas de fazer agricultura, sendo que “[...] a dinâmica da própria agricultura no espaço rural vem sendo condicionada e determinada por outras atividades, passando a ser cada vez mais percebida como *uma* das dimensões estabelecidas entre a sociedade e o espaço ou entre o homem e a natureza.” (SCHNEIDER, 2003, p. 100).

### 3 CAMINHOS TRILHADOS

De caráter qualitativo, que “trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes [...] que dificilmente pode ser traduzido em números e indicadores quantitativos” (MINAYO, 2011, p. 21), a pesquisa se valeu de diferentes instrumentos metodológicos para atingir seus objetivos. O caminho percorrido é descrito a seguir, envolvendo a aproximação com o local de estudo, chegada às famílias, ferramentas utilizadas e formas de análise escolhidas.

#### 3.1 APROXIMAÇÕES COM O CAMPO

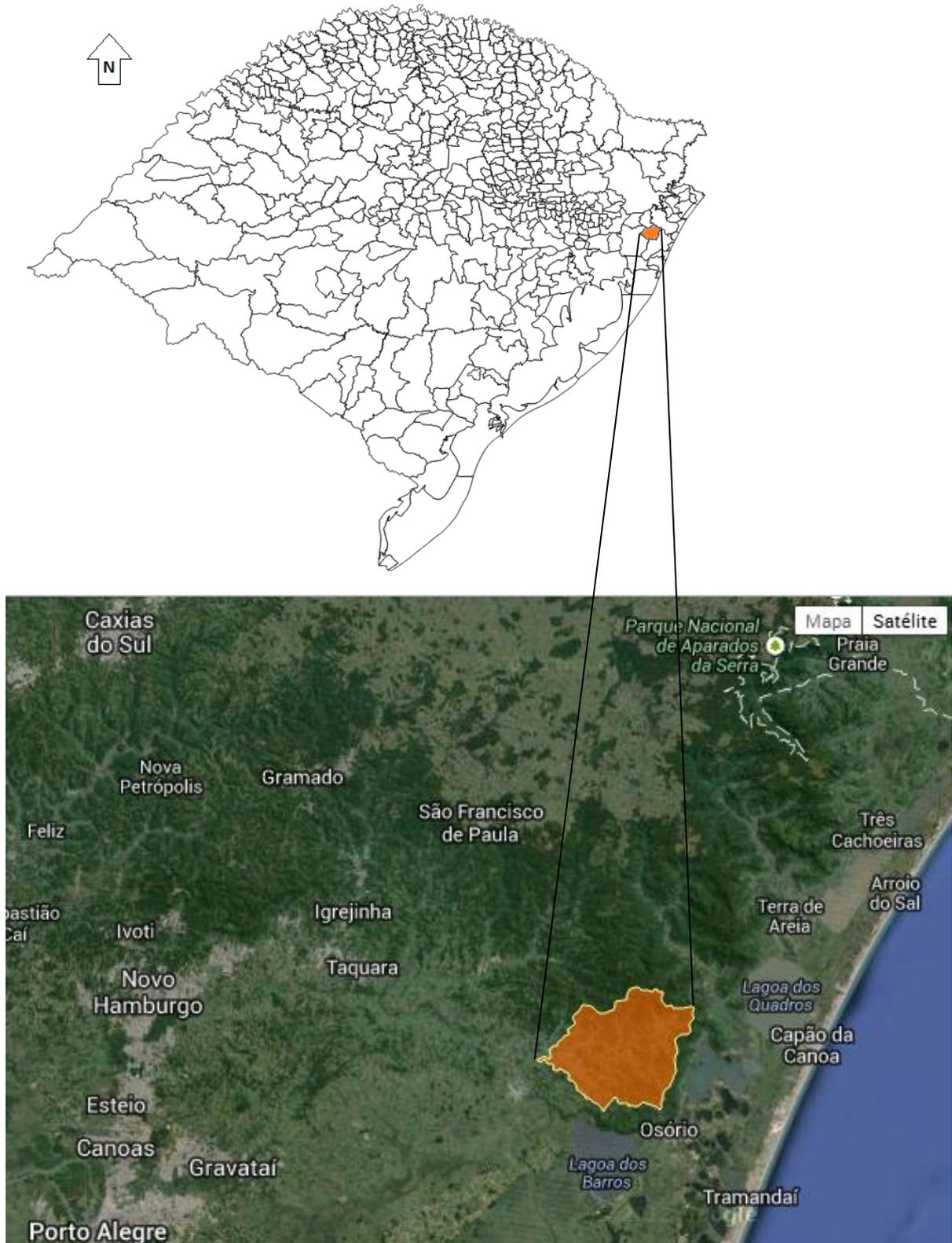
O primeiro contato com o município de Caraá (Figura 1) ocorreu ainda durante a graduação, a partir de uma saída a campo na área da nascente do Rio dos Sinos. Passados alguns anos, retorna-se a esse espaço, porém com um olhar mais abrangente do rural ali presente, representativo no que se refere à presença da agricultura familiar e, ao mesmo tempo, carente de estudos. Com 7.312 habitantes, Caraá ocupa uma área de 294 km<sup>2</sup>, faz parte dos Biomas Mata Atlântica e Pampa (IBGE, 2010) e tem como municípios vizinhos Santo Antônio da Patrulha (do qual se emancipou em 1995) ao sul, Maquiné a norte, Osório a leste e Riozinho a oeste. No que se refere à vegetação, encontra-se em uma “zona de contato entre a Floresta Ombrófila Mista, cujo elemento principal é a presença da araucária (*Araucaria angustifolia*), a Floresta Estacional Semidecidual, com a presença de espécies caducas<sup>14</sup> e a Floresta Ombrófila Densa, com um dossel superior denso e contínuo.” (CARAÁ, 2009, p. 22).

Em meio a esse contexto predominantemente florestal, encontram-se 22 distritos (CARAÁ, 2006), dos quais cinco integram a área delimitada como APA, onde os usos da terra estão sujeitos a determinadas limitações, já que, como apontado pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação, “respeitados os limites constitucionais, podem ser estabelecidas normas e restrições para a utilização de uma propriedade privada localizada em uma APA.” (BRASIL, 2000). Com relação aos usos da terra, o Plano Ambiental aponta que “A base da economia do município é a agricultura e a pecuária, além das atividades extra-agrícolas como o extrativismo vegetal (samambaia) e a apicultura, sendo a renda extra-agrícola oriunda da aposentadoria uma soma considerável no sustento das famílias.” (CARAÁ, 2009, p. 38).

---

<sup>14</sup> Espécies caducas ou caducifólias são aquelas que perdem as folhas no período frio. No caso da Floresta Estacional Semidecidual, a porcentagem de árvores com essa característica situa-se entre 20 e 50%.

Figura 1 – Localização do Município de Caraá, Rio Grande do Sul.



Fonte: modificado de IBGE (2014).

Vale ressaltar que a aproximação com a realidade dessas famílias ocorreu de diferentes formas. Inicialmente, a busca bibliográfica por trabalhos ali realizados apontou referências

que ajudaram a compor uma prévia caracterização local, dentre os quais se destacam Monticelli (2011), Reis Junior (2011), Fofonka (2006), Fischborn (2011) e Bemfica *et al.* (2000). O contato com o COMITESINOS, ainda em 2012, também trouxe informações a respeito das ações desenvolvidas em Caraá pelo Projeto VerdeSinos<sup>15</sup>, o qual envolveu recomposição e manutenção das matas ciliares com a participação dos agricultores, que receberam mudas, mourões, arame para cercas e assistência técnica para o plantio (abrangendo as localidades Caraá Central, Alto Caraá, Pedra Branca, Rio dos Sinos e Linha Padre Vieira). Após essa sondagem de forma indireta, ocorreu a primeira inserção em campo, em setembro de 2012, onde o município foi percorrido observando-se a paisagem local, instituições presentes, movimentação da população, dentre outros aspectos.

Desse momento em diante, as idas à Caraá passaram a ser mais frequentes, envolvendo a participação em eventos como o 5º Encontro Municipal de Agricultores Familiares de Caraá e o Encerramento Anual dos Clubes de Mães, além de algumas festas locais (Festcana - Festival de Cana-de-açúcar e comemoração do aniversário do município, Festa e Romaria em Louvor a Nossa Senhora das Lágrimas e Festa do Feijão e do Imigrante Italiano) (Figura 2). No que se refere aos clubes de mães, chama-se atenção para o fato do município contar com 17 espaços como esse, cujos encontros ocorrem uma vez a cada mês e mobilizam em torno de 300 mulheres<sup>16</sup>. Em relação às festas, ressalta-se a contribuição de Candido (2001, p. 99) quando aponta que esses espaços “[...] mobilizam em geral toda a população do bairro e revelam a sua unidade”, sendo considerados importantes espaços de sociabilidade.

---

<sup>15</sup> Segundo Becker Junior (2013), o Projeto VerdeSinos se originou de resultados obtidos a partir de um projeto anterior (Projeto Identificação dos Pontos de Impacto da Bacia Hidrográfica do Rio dos Sinos/Retirada e Devolução de Água – Monalisa, realizado entre 2004 e 2006), o qual apontou a falta de mata ciliar nos cursos d’água como o segundo principal impacto identificado na Bacia. O autor descreve que a partir do diálogo do COMITESINOS, em 2006, com entidades como EMATER, IRGA (Instituto Rio Grandense do Arroz), sindicatos e prefeituras, surgiu a ideia de um projeto piloto para recomposição das matas ciliares. Além disso, em 2008, o Ministério Público do Estado criou a Rede Ambiental do Rio dos Sinos, a qual se debruçou sobre o problema da ausência da vegetação ribeirinha. Assim, em 2008, COMITESINOS e Ministério Público assinaram um convênio oficializando uma parceria, incluindo o Projeto Piloto de Recomposição de Mata Ciliar, apostando na adesão voluntária de proprietários de áreas a serem recuperadas e prevendo, inicialmente, o reflorestamento de uma faixa de 15 metros de largura junto às margens dos cursos d’água. Com o patrocínio da Petrobrás, através do Programa Petrobrás Ambiental (2009 a 2012) e de outras parcerias firmadas, o VerdeSinos envolveu 21 municípios, onde 177 propriedades aderiram a ações de replantio da mata.

<sup>16</sup> Essa informação foi relatada por representantes da Prefeitura Municipal, durante o encontro do Encerramento Anual dos Clubes de Mães de 2012.

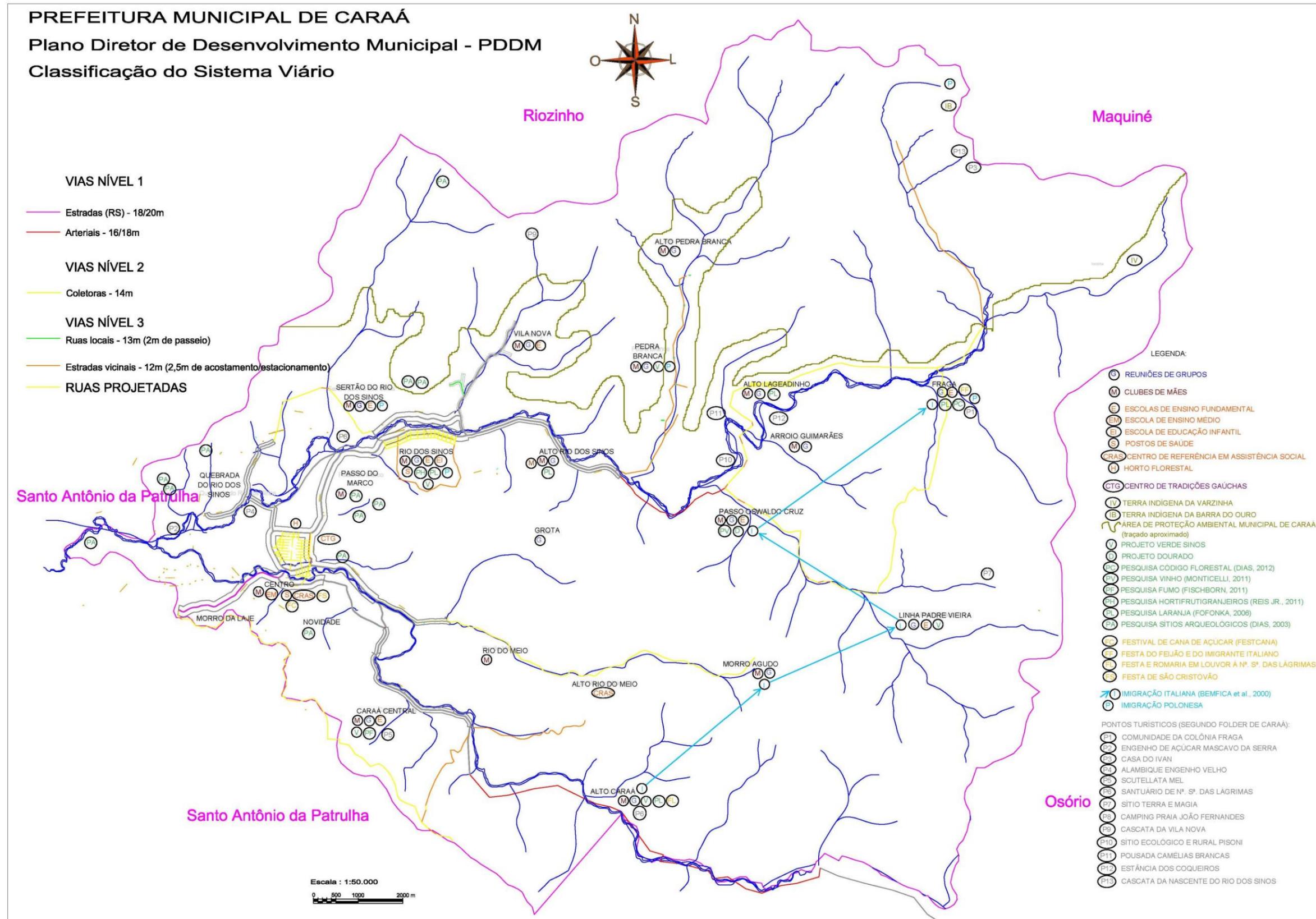
**Figura 2 – Festas locais (1 - Festicana; 2 - Festa e Romaria em Louvor a Nossa Senhora das Lágrimas; 3 - Festa do Feijão e do Imigrante Italiano) e 5º Encontro Municipal de Agricultores Familiares de Caraá (4).**



Fonte: fotografias da autora (2013).

Nesse processo de aproximação com o município, participou-se também de reuniões com instituições como Departamento Municipal de Meio Ambiente, EMATER e Sindicato dos Trabalhadores Rurais, os quais apontaram características, demandas e ações realizadas junto aos agricultores. Em algumas visitas realizadas pela EMATER também foi possível estar presente, o que permitiu se localizar melhor nas diferentes localidades e ampliar o olhar sobre o contexto que, aos poucos, passou a fazer parte das reflexões que se seguiram, tomando-se o cuidado de enfatizar a inexistência de qualquer tipo de vínculo com essa instituição, reforçando que as caronas, nesse momento inicial, tinham como objetivo se localizar melhor no espaço. Essa inserção em campo possibilitou, assim, conhecer um pouco de Caraá, e os dados obtidos foram agrupados em um mapa (Figura 3), a fim de fornecer um breve panorama do local estudado e auxiliar nos posteriores recortes.

Figura 3 – Mapa de caracterização de Carará.



Fonte: modificado de CARARÁ (2006).

### 3.1.1 Acompanhamento dos encontros de grupos

A partir das reuniões com EMATER e Sindicato dos Trabalhadores Rurais, tomou-se conhecimento de um espaço de discussão que há oito anos está presente no município. Trata-se de um conjunto de encontros realizados anualmente nas localidades consideradas como “mais agrícolas”, envolvendo a participação dos trabalhadores/trabalhadoras rurais e representantes do setor público, Sindicato dos Trabalhadores Rurais e EMATER. O acompanhamento desses encontros (Figura 4) também fez parte da metodologia, onde foi possível se apresentar às diferentes comunidades e utilizar a observação e os registros no diário de campo como instrumentos de pesquisa. O diário de campo permite registrar “as informações que não fazem parte do material formal de entrevistas em suas várias modalidades” (MINAYO, 2011, p. 71), mas que ajudam a compor de forma mais ampla o campo em que se está inserido. Esse instrumento foi utilizado durante toda a pesquisa, desde o deslocamento de uma localidade a outra, os momentos de espera nas paradas de ônibus, as reuniões em si e as percepções de cada visita feita.

**Figura 4 – Encontros de Grupos (1 - Alto Caraá; 2 - Sertão do Rio dos Sinos; 3 - Fraga; e 4 - Alto Lageadinho).**



Fonte: fotografias da autora (2013).

Inicialmente, a inserção nesses espaços foi pensada como uma forma de se chegar às famílias que seriam entrevistadas, mas no decorrer das reuniões, que como aponta Comerford (1999, p. 49) se distinguem de “formas de interação e sociabilidade mais ‘informais’ e cotidianas [...]”, se percebeu esse momento como complementar, mantendo-se então a participação como forma de aproximação das localidades e das discussões ali presentes. Ao todo ocorreram 11 encontros, de abril a junho de 2013, sendo um em cada localidade e compreendendo, em sua maioria, o período de um turno. Havia mais quatro reuniões marcadas, das quais três foram desmarcadas e uma não ocorreu por falta de participantes. A escuta e olhar atentos, presentes no ato de observar, permitiram o registro de falas que auxiliaram no decorrer da análise.

Durante a participação nas reuniões, permanecia-se no município durante toda a semana, em uma casa de família alugada pelo período do campo. Entre uma reunião e outra, novos contatos eram feitos, tanto com moradores locais quanto com representantes de entidades sediadas ali.

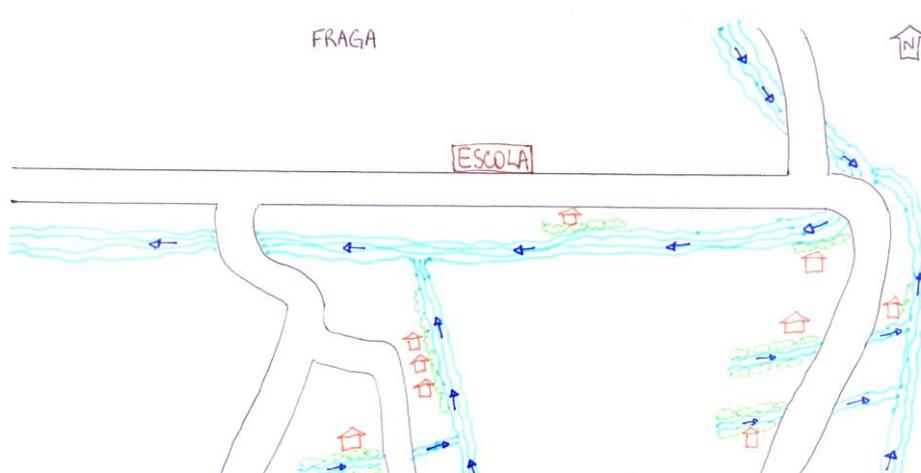
### 3.2 RECORTE DAS LOCALIDADES E FAMÍLIAS

Estando mais presente em campo, já que desde abril de 2013 passou-se a residir durante a semana no município, foi possível identificar outros espaços que poderiam auxiliar no “recorte” das famílias a serem pesquisadas. Dessa forma, além dos contatos já feitos com EMATER, Sindicato dos Trabalhadores Rurais e Departamento Municipal do Meio Ambiente, conversou-se com funcionários de duas agropecuárias localizadas no centro de Caraá (considerando o fluxo de trabalhadores rurais que chegavam e saíam dali, o que pôde ser observado nos momentos em que se esperava ônibus, ou entre uma reunião e outra) e com os atuais Secretários de Agricultura e de Desenvolvimento Social. A partir desses contatos, buscava-se saber onde seria possível encontrar as famílias que: ainda dependem principalmente da renda oriunda da terra (visto que no município há algumas fábricas de calçado que têm absorvido parte dos trabalhadores antes dedicados às atividades agrícolas); cujo trabalho envolve os membros da família; cuja área, pequena propriedade, possua algum tipo de recurso hídrico (considerando a relação da pesquisa com a mata ciliar); e que vivem há algum tempo em Caraá. Esse conjunto de questionamentos, respondido pelos representantes dos sete espaços citados anteriormente, apontou as localidades Fraga, Linha Padre Vieira e Caraá Central (Figura 5) como as mais lembradas durante as conversas.



Após esse primeiro recorte, partiu-se para as respectivas localidades, onde as escolas foram identificadas como principais pontos de referência, visto sua atuação junto à comunidade. Os questionamentos citados no parágrafo anterior também foram feitos junto a esses espaços, de forma a tentar garantir a participação de agricultores familiares que estão em maior contato com as matas ciliares. Dessa forma, iniciou-se o diálogo com a diretora da escola do Fraga (Escola Estadual de Ensino Fundamental Elizabeth Grégis), cujo primeiro contato foi possibilitado a partir de uma visita com a EMATER. Através das conversas com a diretora, foi possível chegar a oito famílias, que indicaram mais uma (a qual também havia sido citada no encontro de grupo dessa localidade). A figura 6 ilustra a localização das famílias visitadas, bem como os recursos hídricos presentes em suas áreas.

**Figura 6 – Ilustração da localização das famílias visitadas na localidade Fraga.**



Fonte: elaborado pela autora (2013).

Na escola do Caraá Central (Escola Municipal de Ensino Fundamental Pedro José de Borba - uma escola polo que recebe alunos de outras localidades também), o contato ocorreu com a vice-diretora, a qual indicou três famílias para visitar. O encontro do grupo realizado nessa localidade também apontou mais três famílias, e a partir dessas seis, chegou-se a outras quatro (Figura 7).

**Figura 7 – Ilustração da localização das famílias visitadas na localidade Carará Central.**



Fonte: elaborado pela autora (2013).

Com a escola da Linha Padre Vieira (Escola Estadual de Ensino Fundamental Pedro Álvares Cabral), o primeiro contato ocorreu no dia agendado para o encontro do grupo (essa foi a localidade onde não houve reunião porque ninguém compareceu). Como a escola se localiza em frente ao espaço em que se realizaria a reunião, aproveitou-se o momento para conversar com a diretora sobre a pesquisa (ocasião em que o representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais estava junto, visto que foi através dele que se chegou ao local da reunião). Após esse primeiro contato, o que se seguiu propiciou uma integração muito positiva na localidade, já que ocorreu no momento em que as famílias organizavam o salão para a festa junina, o que facilitou o acolhimento pela comunidade. Em meio a essa organização, já foram agendadas visitas a quatro famílias, as quais indicaram mais duas (Figura 8).

**Figura 8 – Ilustração da localização das famílias visitadas na localidade Linha Padre Vieira.**



Fonte: elaborado pela autora (2013).

Dessa forma, a partir daqueles que vivem ali e conhecem as respectivas localidades, foi possível chegar a 25 famílias, já que, assim como apontou Eckert (2012, p. 101), “Segui os contornos das redes que eles mesmos traçavam [...]”. Vale destacar que para acessar as propriedades de cada família contou-se com ônibus de linha, ônibus escolar, caronas e muitos percursos a pé (considerando que determinados locais não eram cobertos pelas linhas de ônibus). Esses tantos trajetos, que por vezes ultrapassaram horas de caminhada, ampliaram ainda mais o olhar sobre cada canto de Caraá, e foi justamente a possibilidade de chegar a tais cantos, depois de observar cada percurso, que proporcionou refletir ainda mais sobre tal contexto.

### 3.3 MOMENTO COM AS FAMÍLIAS

Chegando a cada família, após agendar a visita previamente, buscou-se a participação do casal na pesquisa, o que foi possível em 16 entrevistas<sup>17</sup>. Como destaca Woortmann (2009, p. 128) “[...] é preciso também não ignorar as relações de gênero. O universo camponês feminino é tão importante quanto o masculino. A mulher conduz seus próprios espaços, e sua atividade é tão fundamental para a reprodução social da família quanto a do homem [...]”. Assim, partindo de uma apresentação inicial e da leitura e explicação do termo de consentimento (Apêndice A), o roteiro de entrevista previamente elaborado (Apêndice B) foi o suporte para as etapas seguintes. Minayo (2011, p. 64) ressalta que “A entrevista semiestruturada combina perguntas fechadas e abertas, em que o entrevistado tem a possibilidade de discorrer sobre o tema em questão sem se prender à indagação formulada”. Quando se faz uso de ferramentas participativas, como foi o caso, a tendência é o participante se prender menos ainda nas indagações, já que essas vão surgindo de forma mais natural, e o roteiro cumpre a função de auxiliar na discussão que segue. Além dos relatos de campo, a maioria dos momentos com as famílias foram gravados e transcritos, processo longo e intenso, no qual foi possível, de certa forma, reviver o campo a cada nova escuta. Como afirma Silverman (2009, p. 193), “Escutas cuidadosas e repetidas dos registros, com frequência, revelam características recorrentes e previamente não anotadas da organização da conversa”.

Quanto às ferramentas de metodologias participativas, o trabalho de campo contou com duas delas para dinamizar os momentos junto aos agricultores e agricultoras e facilitar a comunicação: linha do tempo e mapa da área. A linha do tempo “utiliza o conhecimento dos

---

<sup>17</sup> Nas demais, houve a participação somente da esposa (cinco entrevistas) ou do marido (quatro entrevistas).

participantes sobre as mudanças ao longo do tempo que são significativas à comunidade e a influência de um aspecto específico sendo trabalhado.” (LUDEMANN; BOEF, 2007, p. 123). Foi dessa forma que as entrevistas tiveram início, com uma cartolina colocada sobre a mesa, onde com a canetinha se traçava uma linha no centro e aquilo que as famílias iam relatando era registrado. “O ato de rememorar configura uma ação inteligente do homem sobre o mundo, na qual este se encontra diante do desafio de povoar sua vida de sentido, reunindo, costurando, tecendo os episódios de modo que se crie a continuidade temporal necessária para seguir vivendo.” (RECHENBERG, 2007, p. 81). Dessa forma, rememorar acaba representando um processo reflexivo da vida de cada indivíduo, o que contribui para uma melhor compreensão das transformações ocorridas ao longo do tempo e da situação configurada no presente, entendendo que “[...] a memória não obedece a uma ordem cronológica; corresponde, antes, às maneiras de ativar uma ordem com significado dos traços mnésicos nos seus esforços de acomodar o jogo de lembrar e esquecer.” (ECKERT, 2012, p. 27).

A proposta era que contassem sobre a área onde vivem, a quem pertenceu, desde quando estão ali, como era antes e hoje, o que foi acontecendo ao longo do tempo, como usavam as áreas da beira do rio, enfim, relatassem sobre os pontos relevantes de sua trajetória, área e localidade, “com suas lacunas, seus silêncios, suas retomadas, suas digressões [...]” (PIETRAFESA DE GODOI, 1999, p. 31). A linha do tempo propicia situar as diferentes lembranças, às vezes associadas ao nascimento dos filhos, momento em que entraram na escola, saíram do município, enfim, como afirma Halbwachs (2006, p. 124)

Quando nos lembramos de uma viagem, mesmo quando não lembramos a data exata, há um contexto de dados temporais a que esta lembrança está ligada de alguma forma: foi antes da guerra, quando eu era pequeno, jovem, homem feito, em plena maturidade, eu estava com tal amigo que era mais ou menos idoso, foi em tal estação do ano, quando eu preparava um trabalho, na época de tal acontecimento... Graças a uma série de reflexões desse tipo, muitas vezes uma lembrança toma corpo e se completa.

Após a construção da linha do tempo, foi proposto às famílias que desenhassem sua área, como a observam. Esses mapas “ajudam a visualizar territórios em diferentes escalas, focalizando recursos e informações específicas” (LUDEMANN; BOEF, 2007, p. 123), além de representar como os espaços são percebidos. Como destaca Halbwachs (2006, p. 188), “[...] há tantas maneiras de representar e espaço quanto grupos”, e nesse sentido essa ferramenta foi pensada metodologicamente. Em uma cartolina e com o uso de canetas

coloridas, as famílias desenharam suas áreas, momento em que relatos de seus diferentes usos e significados puderam ser ouvidos.

Com a finalização do desenho, geralmente o momento seguinte incluía uma pausa para um café, chimarrão e uma boa prosa, possibilitada pelo acolhimento das famílias e pelo fato de que, decorrido certo tempo desde o início da entrevista, ambos os participantes estavam mais a vontade. Como destaca Bosi (1994, p. 39) “A memória é um cabedal infinito do qual só registramos um fragmento. Frequentemente, as mais vivas recordações afloravam depois da entrevista, na hora do cafezinho, na escada, no jardim, ou na despedida no portão”.

Por fim, o próximo passo consistiu em caminhar pela área para observá-la, juntamente com a família, que fazia diferentes apontamentos enquanto se dirigia aos variados cantos de sua terra, e onde foi possível a realização de registros fotográficos que ajudaram a compor a caracterização do local. Como contribui Pietrafesa de Godoi (1999, p. 113) “[...] ler uma paisagem é ler o tempo”.

Vale destacar que, ao final de cada visita, recorria-se ao diário de campo para relatar as impressões e observações feitas, o que foi essencial para as análises que se seguiram.

### 3.4 ANÁLISE DOS DADOS

A análise dos dados, realizada à luz da teoria, buscou interpretar os registros obtidos através das transcrições das gravações, das observações presentes no diário de campo e no roteiro de entrevista, das linhas do tempo e mapas de cada área. Como um percurso atento às falas dos indivíduos, a leitura e releitura das transcrições foram essenciais nessa etapa, sendo as informações organizadas em planilhas eletrônicas (Excel) e agrupadas conforme algumas categorias (trajetória das famílias, atividades principais, relações com vizinhos, usos da terra, significados das matas ciliares, usos das matas ciliares, contatos com a lei/fiscalização ambiental).

Os registros do diário de campo, da mesma forma, foram lidos e inseridos ao longo do trabalho, visto suas observações de momentos diversos da pesquisa, que incluíram até mesmo o campo exploratório. As linhas do tempo, por sua vez, retomadas em cada etapa da análise, geraram ainda três novas linhas, baseadas nos usos das matas ciliares em cada localidade (capítulo cinco), partindo da sobreposição das informações.

No que se refere à análise dos mapas de cada área (capítulo quatro), considerou-se a presença ou não de mata ciliar nos desenhos, bem como os aspectos apontados por cada família (presentes nas gravações referentes a esse momento). Com relação aos relatos das

caminhadas com a família pela propriedade, estes foram utilizados como complementares aos demais instrumentos metodológicos, sendo que situações pontuais foram tratadas durante as seções referentes aos significados e uso das matas ciliares.

Os dados de identificação contidos no início do roteiro de entrevista auxiliaram na caracterização das famílias, que foi complementada por informações relatadas durante a construção da linha do tempo, integrando o início do capítulo quatro. Esse capítulo apresenta ainda alguns aspectos relacionados a cada uma das localidades estudadas, cujos registros do diário de campo auxiliaram na sua elaboração.

Considerando a utilização de mais de uma ferramenta metodológica e a escolha pela perspectiva teórica da memória coletiva nesse estudo, a análise exigiu um esforço em interpretar os achados oriundos de cada método com o cuidado necessário de incluir as experiências compartilhadas em cada um dos momentos, entendendo que “Não há uma memória mais legítima que a outra [...]” (ECKERT, 2012, p. 105) e que “Nem sempre encontramos as lembranças que procuramos, porque temos que esperar que as circunstâncias, sobre as quais nossa vontade não tem muita influência, as despertem e as representem para nós.” (HALBWACHS, 2006, p. 53).

Dessa forma, a análise dos dados é apresentada nos capítulos quatro e cinco, sendo que o capítulo seis, a partir da retomada das questões que motivaram a pesquisa e da correlação com o que foi obtido nos resultados, abarca a discussão, levando ao fechamento do percurso realizado, sem encerrar, no entanto, a necessidade de reflexões posteriores.

## 4 AS FAMÍLIAS, OS LUGARES E AS MATAS CILIARES

Antes de adentrar no conteúdo obtido a partir das entrevistas, uma breve caracterização das famílias participantes da pesquisa aparece na sequência, de forma a situar o leitor sobre a realidade ali encontrada. Além disso, apresenta-se uma contextualização das diferentes localidades nas quais o estudo se dirigiu, entendendo que o espaço intervém nas atitudes individuais e que é fundamental atentar para os aspectos que o caracterizam.

### 4.1 AS FAMÍLIAS

O período do campo possibilitou a visita a 25 famílias que, cordialmente, abriram as portas de suas casas e compartilharam suas experiências e saberes. Além de contar com a participação do casal durante a pesquisa, em alguns momentos (sete visitas) houve a presença dos filhos, que ficaram um tanto surpresos com o fato de “alguém da universidade” se interessar pelo município. Destaca-se também que, no Fraga, em duas entrevistas teve-se a oportunidade de estar diante de três gerações (avós, pais e filhos), agregando diferentes olhares a esse trabalho.

Com relação à faixa etária dos adultos participantes<sup>18</sup>, esta variou entre 33 e 78 anos, apresentando diferenças conforme as localidades (entre 33 e 61 anos no Fraga, enquanto que no Caraá Central concentrou-se entre 40 e 78 anos e na Linha Padre Vieira entre 34 e 57 anos). No que se refere à escolaridade, dentre os entrevistados predominou o Ensino Fundamental Incompleto, com exceção de quatro participantes (uma do Caraá Central com Ensino Fundamental Completo e três no Fraga - uma com Ensino Fundamental Completo e Curso de Marcenaria e duas com Ensino Médio Completo, uma delas com formação técnica em Contabilidade).

O número de integrantes<sup>19</sup> em cada família variou de dois a cinco, sendo que Fraga e Linha Padre Vieira concentraram famílias mais extensas (entre quatro e cinco integrantes) e filhos, em sua maioria, menores de 18 anos, enquanto que no Caraá Central predominaram as famílias com dois a três integrantes e filhos em idade adulta, conforme Quadro 1.

---

<sup>18</sup> Para essa análise, consideraram-se os casais, ou apenas a esposa ou marido, no caso de apenas um deles ter participado. Vale destacar, no entanto, que além desses adultos, em três entrevistas houve a participação de outros familiares adultos. No Fraga, uma das entrevistas contou com a participação da mãe do marido, de 70 anos, e em outra visita o filho do casal, de 35 e a nora de 36 estiveram presentes. Na Linha Padre Vieira, em uma visita a mãe do marido, de 69 anos, acompanhou a pesquisa.

<sup>19</sup> Considerou-se como integrante, nesse caso, as pessoas que residem em cada uma das áreas visitadas.

**Quadro 1 – Composição familiar das famílias entrevistadas, conforme a localidade.**

| FRAGA  | CARAÁ CENTRAL  | LINHA PADRE VIEIRA   |
|--|--|--|
| Casal (36 e 52 anos) e filhas (4 e 8 anos)                             | Casal (52 e 61 anos) e filho (26 anos)                             | Casal (35 e 48 anos), filho (10 anos) e sogra (87 anos)                  |
| Casal (39 e 49 anos), filho (9 anos) e filha (14 anos)                 | Casal (55 e 61 anos) e filho (22 anos)                             | Casal (34 e 39 anos), filha (9 anos) e filho (5 anos)                    |
| Casal (44 e 50 anos), filha (13 anos) e filho (16 anos)                | Casal (74 e 78 anos) e filho (35 anos)                             | Casal (36 e 42 anos), filha (12 anos) e filho (2 anos)                   |
| Casal (33 e 40 anos), filha (9 anos) e sogra (70 anos)                 | Casal (56 e 57 anos) e cunhada (61 anos)                           | Casal (48 e 48 anos) e filhos (10 e 24 anos)                             |
| Casal (37 e 40 anos), filhos (2 e 14) e filha (6 anos)                 | Casal (62 e 67 anos)   | Casal (45 e 50 anos), filho (24 anos), filha (19 anos) e sogra (69 anos) |
| Casal (41 e 48 anos), filha (5 anos), filho (8 anos) e sogro (88 anos) | Casal (63 e 69 anos)   | Casal (57 e 62 anos)   |
| Casal (58 e 61 anos), filho (35 anos), nora (36 anos) e neto (6 anos)  | Casal (66 e 70 anos)   |  |
| Casal (40 e 41 anos) e filha (10 anos)                                 | Casal (42 e 47 anos), filho (22 anos) e filha (17 anos)            |  |
| Casal (41 e 43 anos) e filho (7 anos)                                  | Casal (43 e 49) e filhos (9 e 17 anos)                             |  |
|  | Casal (40 e 48 anos), filhos (3 meses e 22 anos) e filha (15 anos) |  |

Fonte: elaborado pela autora (2013).

Dentre os filhos e filhas maiores de 18 anos, ressalta-se que quatro (sendo um no Fraga, dois no Caraá Central e um na Linha Padre Vieira) trabalham como agricultores familiares juntamente com os pais, enquanto que os demais desenvolvem outras atividades, fora da área da família. No que se refere aos casais, prevaleceu o relato de que ambos trabalham na própria área, com exceção de três pessoas que desenvolvem atividades em outro local (duas delas do Caraá Central – funcionária de fábrica de calçados e cuidadora de idosos - e uma na Linha Padre Vieira – cuidadora de idosos). A presença de aposentados também chamou a atenção durante as entrevistas, visto que em 13 famílias eles fazem parte da composição familiar, sendo a localidade Caraá Central a que concentrou o maior número (sete famílias com essa característica). O fato de estar aposentado, no entanto, aparece como uma situação complementar, considerando que as famílias permanecem trabalhando.

No que se refere à área das famílias, vale destacar que em todos os casos identificou-se o acesso à terra a partir de relações de parentesco, prevalecendo a transmissão através de herança de bisavós, avós ou pais e havendo situações em que a área foi comprada de familiares. Nas suas trajetórias, observou-se que, de uma forma geral, os casais nasceram e cresceram em Caraá, residindo no município durante toda a vida (com algumas exceções – pessoas que saíram para estudar e/ou trabalhar e retornaram e mulheres que não nasceram em Caraá, passando a residir no local após o casamento).

Com relação ao tamanho das áreas, este variou entre 4 e 69 hectares (em módulos fiscais, equivalente a áreas com até quatro módulos<sup>20</sup>), sendo importante ressaltar que alguns estabelecimentos são divididos entre irmãos, o que foi relatado no Fraga e na Linha Padre Vieira (Quadro 2).

**Quadro 2 – Tamanho das áreas das famílias visitadas.**

| FRAGA   |  | CARAÁ CENTRAL |                       | LINHA PADRE VIEIRA |                            |
|---------|--|---------------|-----------------------|--------------------|----------------------------|
| Família | Tamanho (em hectares)                                      | Família       | Tamanho (em hectares) | Família            | Tamanho (em hectares)      |
| 1       | 36 (dividida com dois irmãos)                              | 1             | 15                    | 1                  | 34                         |
| 2       | 40 (dividida com irmão e pai)                              | 2             | 8                     | 2                  | 7                          |
| 3       | 25   | 3             | 20                    | 3                  | 19                         |
| 4       | 12 (dividida com um irmão)                                 | 4             | 9,5                   | 4                  | 25                         |
| 5       | 38,28 (uma parte (23 hectares) é dividida com dois irmãos) | 5             | 4                     | 5                  | 27                         |
| 6       | 18 (dividida com um irmão)                                 | 6             | 34,5                  | 6                  | 69 (dividida com um irmão) |
| 7       | 30 (dividida com dois irmãos)                              | 7             | 25                    |                    |                            |
| 8       | 17   | 8             | 10,8                  |                    |                            |
| 9       | 54 (uma parte (18 hectares) é dividida com um irmão)       | 9             | 18                    |                    |                            |
|         |  | 10            | 21                    |                    |                            |

Fonte: elaborado pela autora (2013).

Além de relações estabelecidas pela divisão de uma mesma terra, formas de cooperação no trabalho entre irmãos, cunhados, primos e/ou tios foram citadas por sete famílias do Fraga, como exemplificado nas falas das famílias 2: “*É difícil um deixar o outro na mão*”<sup>21</sup> e 4: “*Aqui é tudo parente. Irmão, cunhado, primo, tio*”. A colheita de uva, feijão e milho para silagem apareceram como momentos em que essa ajuda se faz presente nessa localidade. Já no Caraá Central, o auxílio entre familiares foi apontado por apenas dois participantes, enquanto que a interação com os vizinhos, independente de laços de parentesco, apareceu em quatro dos relatos, sendo citada como exemplo a colheita do feijão, fumo e milho para silagem, além da prática de vacinação do gado. Nessa localidade, destaca-se que quatro famílias relataram que não há momentos de ajuda entre os vizinhos, como acontecia “antigamente”.

<sup>20</sup> O módulo fiscal, citado na Lei Federal 11.326, de 24 de julho de 2006 (BRASIL, 2006) como um dos requisitos que define, normativamente o que se considera agricultor familiar, também aparece no novo Código Florestal como referência para a medida de vegetação a ser recomposta em torno dos recursos hídricos de áreas rurais consolidadas, descritas como “área de imóvel com ocupação antrópica preexistente a 22 de julho de 2008, com edificações, benfeitorias ou atividades agrossilvipastoris, admitida, neste último caso, a adoção do regime de pousio.” (BRASIL, 2012c). Em Caraá, o módulo fiscal equivale a 18 hectares.

<sup>21</sup> No decorrer da dissertação, as citações oriundas das famílias visitadas são citadas dessa forma, em itálico e entre aspas, mantendo a fala original. Além disso, conforme combinado com os participantes, o nome não foi citado, sendo que no decorrer do texto as famílias são identificadas pelos números 1, 2, 3 e assim sucessivamente.

*Naquele tempo era melhor, formava os grupos e as amizades eram mais, assim parece que as amizades eram mais. Hoje não se visitam mais. Ia lá colher fumo no vizinho e ficava uns almoçando outros na roça, e contava uma história, contava outra, era bom. Hoje em dia não, cada um na sua, tu vai nas casas aí não encontra o proprietário, a esposa tá na fábrica, não se encontra mais aquela família ali dentro de casa (família 6, Caraá Central).*

Na Linha Padre Vieira, por sua vez, quatro das famílias relataram haver ajuda entre cunhados, sobrinhos e/ou irmãos, aproximando-se do que foi encontrado na localidade Fraga. No entanto, duas famílias apontaram que não ocorrem mais trocas de trabalho como era frequente.

No que se refere à renda principal de cada uma das famílias visitadas, destaca-se que esta provém de variadas fontes, que se complementam (Quadro 3). No caso do Fraga, predomina a venda de feijão e gado e o extrativismo de samambaia-preta (*Rhumora adiantiformis*), “uma pteridófito utilizada para ornamentação de arranjos florais” (KUBO, 2005, p. 217), enquanto que no Caraá Central destaca-se a venda de gado e aipim e o benefício da aposentadoria. Já na Linha Padre Vieira, predomina a produção de verduras, sendo que a batata-doce e o repolho são os mais comercializados.

**Quadro 3 – Atividades responsáveis pela renda principal das famílias visitadas.**

| FRAGA   | CARAÁ CENTRAL   | LINHA PADRE VIEIRA   |
|---|---|--|
| Família 1: Produção de suco de uva, vinho, feijão e criação de gado   | Família 1: Produção de fumo e criação de gado**                             | Família 1: Produção de batata-doce, repolho, aipim, beterraba e pepino               |
| Família 2: Produção de feijão, criação de gado, extrativismo de samambaia-preta*  | Família 2: Produção de feijão e aipim**                                     | Família 2: Produção de batata-doce, repolho, aipim, beterraba, brócolis e couve-flor |
| Família 3: Criação de gado e extrativismo de samambaia-preta  | Família 3: Produção de feijão e aipim e criação de gado**                   | Família 3: Produção de batata-doce, repolho, aipim e brócolis                        |
| Família 4: Extrativismo de samambaia-preta e produção de conservas e compotas   | Família 4: Criação de gado e trabalho fora da área**                        | Família 4: Produção de batata-doce, repolho, brócolis e beterraba*                   |
| Família 5: Produção de feijão e criação de gado**   | Família 5: Produção de alfafa, criação de gado e trabalho fora da área      | Família 5: Produção de batata-doce, repolho e aipim                                  |
| Família 6: Produção de vinho, extrativismo de samambaia-preta e areca e produção de mudas de plantas ornamentais (tuia e eucalipto) | Família 6: Produção de aipim, criação de gado e trabalho em mercado próprio | Família 6: Criação de gado e trabalho fora da área**                                 |
| Família 7: Produção de feijão, mel e criação de gado e porcos   | Família 7: Criação de gado**  |  |
| Família 8: Produção de aipim, batata-doce, rabanete, tempero verde, repolho, brócolis, alface, rúcula e beterraba                   | Família 8: Produção de fumo   |  |
| Família 9: Produção de feijão e milho, criação de gado e extrativismo de samambaia-preta  | Família 9: Produção de aipim e batata-doce e criação de gado**              |  |
|   | Família 10: Criação de gado e arrendamento de terra para plantio de fumo**  |  |

\*Famílias que recebem o benefício da bolsa-família. \*\*Famílias que recebem o benefício da aposentadoria.

Fonte: elaborado pela autora (2013).

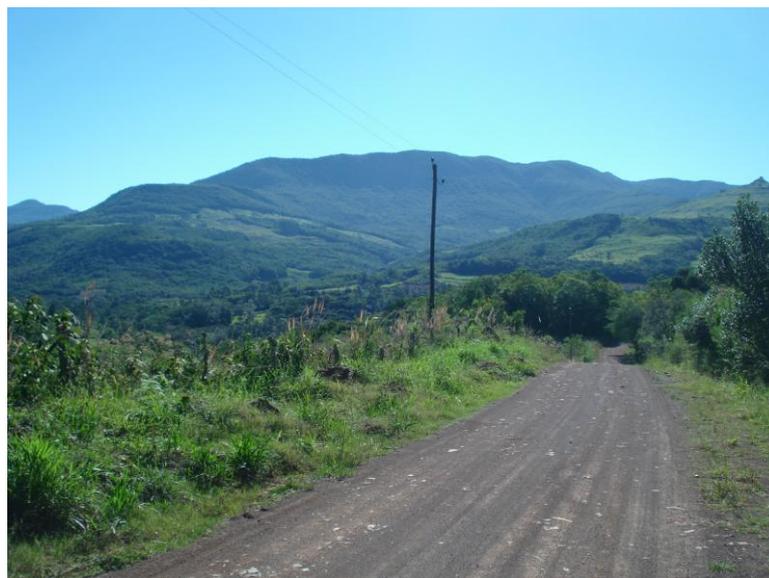
Dessa forma, durante a pesquisa esteve-se diante de produtores de alimentos, criadores de animais, extrativistas, fumicultores, produtores de mudas ornamentais, e famílias em que alguns dos integrantes trabalham fora de sua área (em fábrica de calçados, casas de família, prefeitura municipal, cooperativa de arroz, oficina de motos), ou são aposentados e continuam desenvolvendo suas atividades. Incluem, assim, o que se entende como agricultores familiares, residindo em pequenas áreas que, na sua maioria, pertenceram às gerações anteriores, onde se produz para a comercialização e para o consumo, e cujas relações de vizinhança e parentesco foram observadas de forma particular em cada localidade.

## 4.2 OS LUGARES

### 4.2.1 Fraga

Distante há aproximadamente 20 quilômetros da sede de Caraá, entre vales, vertentes e vegetação florestal, está a localidade Fraga (Figura 9), na qual as visitas a cada família tiveram início. Nela se encontra a nascente do Rio dos Sinos, uma cascata com queda d'água de mais de 120 metros, onde a boa qualidade das águas contrasta com a situação dos demais trechos do rio (CARAÁ, 2009). A Terra Indígena da Varzinha, com 17 famílias<sup>22</sup>, e parte da APA Municipal, “área de maior ocorrência de cobertura vegetal nativa da Mata Atlântica do município” (CARAÁ, 2009, p. 50), também compõem essa localidade.

**Figura 9 – Localidade Fraga, Caraá, RS.**



Fonte: fotografia da autora (2013).

---

<sup>22</sup> Informação verbal fornecida em 16 de abril de 2013, pela engenheira agrônoma da EMATER de Caraá.

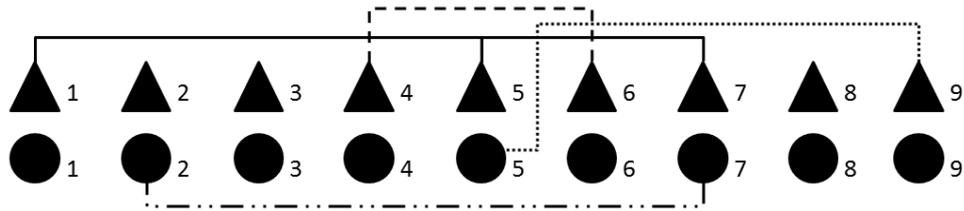
Sedia, anualmente, no mês de março, a Festa do Feijão e do Imigrante Italiano (CARAÁ, 2009), no espaço conhecido como o centro do Fraga, que tem como referência a Igreja local. O Museu Espaço Cultural Vale da Nascente, que “armazena relíquias da imigração italiana na região, acervo de objetos da cultura local e de antepassados, utensílios utilizados na agricultura e na fabricação de casas e ferramentas” (GEOLINKS, 2007, p. 94) também integra esta localidade.

Durante a permanência no Fraga, o contato com os moradores apontou que, de uma forma geral, ali se produz feijão, milho, uva, plantas ornamentais, verduras, cria-se gado de corte e pratica-se o extrativismo de samambaia, sendo que uma agroindústria de vinho e suco de uva também está presente no local, integrando o Programa Nacional de Alimentação Escolar com o fornecimento de sucos para escolas da região. No que se refere aos recursos hídricos, os principais afluentes do Rio dos Sinos encontrados ali são Arroio Varzinha, Arroio das Domingas e Arroio dos 3 Morros.

Nas idas e vindas ao Fraga, foi visível um certo receio dos moradores com a presença de uma “bióloga” circulando pelos diferentes cantos desta localidade, o que foi relatado tanto pelos participantes da pesquisa quanto nos momentos de espera de ônibus. Na primeira visita, em que a inserção junto à família foi intermediada por um senhor que conhecia bem o local, a fala inicial quando se chegou à casa foi: *trouxe a bióloga aí pra te multar!* Aos poucos, o receio inicial parece ter diminuído, e a imagem de uma simples estudante que queria saber mais sobre Caraá foi surgindo nas novas falas dos moradores. Essa situação de tensão inicial, mais presente nesta localidade do que nas demais estudadas, pode estar relacionada ao fato do Fraga sediar a nascente principal do Rio dos Sinos e caracterizar-se por uma área onde é possível encontrar resquícios significativos de mata nativa, e com isso as cobranças da legislação serem mais frequentes.

As visitas se distribuíram em três partes do Fraga, conhecidas como Varzinha, Três Morros e Centro, sendo relevante destacar o grau de parentesco identificado entre as famílias que participaram da pesquisa, conforme ilustrado no esquema a seguir (Figura 10). Como destaca Woortmann (1995, p. 39), “[...] em muitos casos, a comunidade é um entrelaçamento de relações de parentesco”.

**Figura 10 – Relações de parentesco identificadas na localidade Fraga.**



Fonte: elaborado pela autora (2013).

Nota da figura 10: As formas geométricas ilustradas na figura representam o casal de cada família visitada, sendo o triângulo correspondente ao sexo masculino e o círculo ao sexo feminino. As linhas indicam que as pessoas unidas pela mesma são irmãs.

#### 4.2.2 Caraá Central

A segunda localidade estudada foi Caraá Central (Figura 11), distante aproximadamente seis quilômetros da sede do município e com fisionomia bem distinta da anteriormente visitada. Apresenta um relevo plano, solo propício para ocupação agrícola e maior proximidade da “cidade”, o que possibilita acessar o local até mesmo a pé.

**Figura 11 – Localidade Caraá Central, Caraá, RS.**



Fonte: fotografia da autora (2013).

O arroio que perpassa a localidade é o Caraá, “principal afluente do Rio dos Sinos no território do município” (CARAÁ, 2009, p. 11), no qual as ações do Projeto VerdeSinos tiveram o maior número de agricultores envolvidos<sup>23</sup>. Assim, essa região recebeu visita de técnicos que orientaram sobre a necessidade de manter e cercar as áreas da beira do arroio,

<sup>23</sup> Informação verbal fornecida em 12 de abril de 2013, pela engenheira agrônoma da EMATER de Caraá.

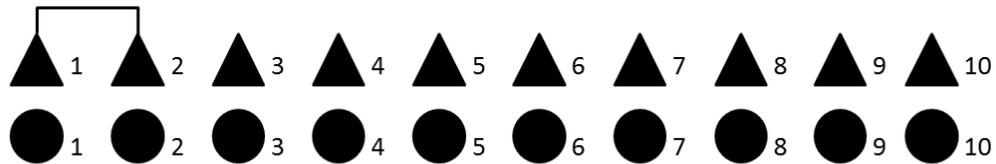
sendo este tema tratado em reuniões na comunidade e diretamente nas áreas que integraram a ação. Como apontado no Plano Ambiental Municipal, o Arroio Caraá está entre os arroios com situação mais crítica, conforme segue:

Devido ao fato de estarem localizados em vales de encostas com menores altitudes, o que favorece a exploração agrícola, são os corpos hídricos em situação de maior fragilidade ambiental, com escassos remanescentes de mata ciliar, áreas de lavouras próximas às margens, com constantes frações de solo exposto, o que favorece o assoreamento dos arroios, contaminação da água por agrotóxicos. (CARAÁ, 2009, p. 11).

Dentre os cultivos citados para essa região pela EMATER, Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Prefeitura Municipal e moradores, destaca-se o fumo, sendo que os relatos apontam que o número de produtores envolvidos nessa atividade vem diminuindo. Produz-se também, aipim, batata-doce, alfafa, cana, feijão e cria-se gado de corte, sendo que uma agroindústria de aipim descascado integra essa localidade, participando do Programa Nacional de Alimentação Escolar.

O acesso ao Caraá Central foi facilitado pela proximidade com a sede, e a recepção dos participantes ocorreu de forma mais tranquila, não abarcando tanto receio como percebido, inicialmente, na localidade Fraga. A indicação de outras famílias pelos participantes também foi frequente, o que resultou em um número maior de visitas nessa região. Ao contrário do que foi visto no Fraga, o grau de parentesco entre as famílias visitadas praticamente não foi identificado (Figura 12), o que não significa que não exista, mas não se destacou como na localidade anteriormente descrita. No entanto, vale citar uma situação que ocorreu durante uma das visitas, em que a presença da pesquisadora nas estradas do Caraá Central fez com que um morador procurasse uma família antiga do local para relatar a preocupação com o fato de alguém “de fora” estar circulando por ali. O curioso foi que, enquanto o morador relatava o fato a um dos integrantes da família, em outro cômodo a esposa construía a linha do tempo, participava da pesquisa, ou seja, pode-se presenciar essa comunicação que, de certa forma, reforça a noção de comunidade. Como destaca Woortmann (1995, p. 56), “A comunidade fechada possui limites claramente demarcados, tanto com relação aos de fora como aos de dentro, e possui uma identidade que se mantém ao longo do tempo”.

**Figura 12 – Relações de parentesco identificadas na localidade Caraá Central.**



Fonte: elaborado pela autora (2013).

Nota da figura 12: As formas geométricas ilustradas na figura representam o casal de cada família visitada, sendo o triângulo correspondente ao sexo masculino e o círculo ao sexo feminino. A linha indica uma relação de parentesco entre irmãos.

### 4.2.3 Linha Padre Vieira

A aproximação com essa localidade foi a que envolveu o maior número de caminhadas, visto que, com ônibus de linha, é possível chegar a uma parada que fica em média a cinco quilômetros do local. Algumas caronas auxiliaram muito nesse percurso, mas o andar a pé fez a diferença, considerando as reflexões possibilitadas a partir dessa vivência.

A Linha Padre Vieira (Figura 13) é conhecida como Bocó, que também é o nome do arroio que cruza o local, o qual deságua no Rio dos Sinos. Assemelha-se com o Fraga pela presença de vales e distância considerável da sede de Caraá (aproximadamente 25 km), estando mais próximo de Osório (12 km), caminho realizado com maior frequência pelos moradores.

**Figura 13 – Localidade Linha Padre Vieira, Caraá, RS.**



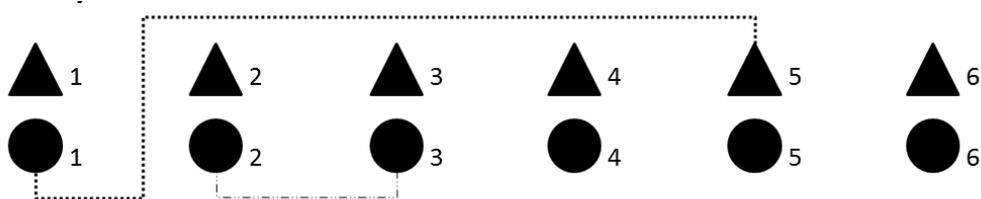
Fonte: fotografia da autora (2013).

Dentre os cultivos, prevalecem batata-doce, aipim e verduras, os quais são comercializados na CEASA/RS (Centrais de Abastecimento do Rio Grande do Sul) de Porto

Alegre, sendo essa localidade citada pelos órgãos municipais como uma das mais produtivas de Caraá. Essa característica influenciou na disponibilidade das famílias para as entrevistas, resultando em tempo de entrevista reduzido, considerando a dificuldade de encontrar os produtores em casa.

Assim como no Fraga, observam-se relações de parentesco entre quatro das seis famílias visitadas (Figura 14), bem como um receio em indicar novos participantes para serem incluídos na pesquisa.

**Figura 14 – Relações de parentesco identificadas na localidade Linha Padre Vieira.**



Fonte: elaborado pela autora (2013).

Nota da figura 14: As formas geométricas ilustradas na figura representam o casal de cada família visitada, sendo o triângulo correspondente ao sexo masculino e o círculo ao sexo feminino. A linha pontilhada entre as famílias 1 e 5 indica uma relação de parentesco entre irmãos. A linha tracejada entre as famílias 2 e 3 indica que ambas as mulheres são primas.

### 4.3 AS MATAS CILIARES NESSE CONTEXTO

Aproximando-se de cada localidade e, posteriormente, dialogando com as famílias que participaram da pesquisa, os diferentes significados atribuídos às matas ciliares foram apontados através das ferramentas metodológicas utilizadas. Como afirma Oliveira (2009, p. 68), “O significado (ou significados) que cada grupo social atribui à natureza, juntamente com os objetivos que traçam para si, determina as maneiras como este sistema vai se relacionar com o meio natural e como vai decidir explorá-lo”. Destaca-se, nesse sentido, a complementação dos métodos na identificação desses significados, já que além das narrativas feitas a partir da linha do tempo, pôde-se contar também com as representações dos desenhos e as observações diretas durante as caminhadas.

#### 4.3.1 Matas ciliares na Linha do tempo

Durante a construção da linha do tempo, entre um acontecimento e outro relatado pelos agricultores, os significados atribuídos à mata ciliar apareceram espontaneamente em algumas situações, enquanto que em outras foram citados a partir da intervenção da pesquisadora, quando perguntou a respeito. Bosi (1994, p. 67) trata dessa relação entre os

relatos e o silêncio, destacando que “[...] os fatos que não foram testemunhados ‘perdem-se’, ‘omitem-se’, porque não costumam ser objeto de conversa e de narração, a não ser excepcionalmente”. Pollak (1989, p. 5), por sua vez, afirma que “O longo silêncio sobre o passado, longe de conduzir ao esquecimento, é a resistência que uma sociedade civil impotente opõe ao excesso de discursos oficiais”. Nesse sentido, diante das diferentes formas de expor os significados das matas ciliares, a análise da linha do tempo auxiliou na compreensão dos silêncios por vezes identificados.

Nos casos onde as narrativas não traziam os significados atribuídos às matas ciliares, o participante era questionado sobre o porquê a vegetação da beira do rio, arroio, vertente, foi mantida, relacionando tanto o que pensam a respeito disso atualmente, quanto o que seus familiares relatavam antigamente. Como afirma Bosi (1994, p. 425)

Muitas lembranças, que relatamos como nossas, mergulham num passado anterior a nosso nascimento e nos foram contadas tantas vezes que as incorporamos ao nosso cabedal. Entre elas, contam-se feitos dos avós, mas também nossos, de que acabamos ‘nos lembrando’. Na verdade, nossas primeiras lembranças não são nossas, estão ao alcance de nossa mão no relicário transparente da família.

Assim, os relatos foram surgindo sem estarem distanciados do fator tempo e do papel da família, já que se recorria ao que era dito pelas gerações anteriores, bem como ao que hoje esses espaços expressam.

#### 4.3.1.1 Relatos espontâneos

Dentre os significados da mata ciliar apontados espontaneamente na construção da linha do tempo na localidade Fraga, a manutenção da área devido à dificuldade de produzir no local ficou evidente nas falas da família 4, quando afirmaram que *“Desde 1990, mais ou menos, voltou a ter mato, capoeirão, porque o pessoal foi indo embora e ficou mais os aposentados. E começaram a ver que não valia a pena derrubar todo o mato, até porque perto do rio a terra é ruim pra plantar, não ia adiantar”*. Destaca-se, nesse caso, o valor econômico associado à conservação, já que se manteve a área porque sua retirada não compensaria, como relatou, nesse mesmo sentido, a família 9: *“onde era mato não tinha como mexer, porque era difícil”*. A família 6 também citou que *“pelo fato de ser muita... assim muito barranco, muita pedra, ela era mais preservada, no caso abandonada, né, vamos dizer assim”*. Essas falas contrastam-se com a ideia de valor simbólico apontada por Woortmann (2009), que associa natureza à natureza de Deus, a qual por esse aspecto, precisa ser

respeitada. Souza (2012, p. 342), em seu trabalho com comunidades rurais de Curitiba, chegou a relatos semelhantes, onde “o espaço de mata natural revelava-se como espaço improdutivo ou, no limite, como um bloqueio à produção [...]”. Em sua análise, a autora relacionou essa forma de olhar e se relacionar com o espaço decorrente da mudança geral no modo como as relações passaram a se dar, destacando que “não foram apenas as relações dos agricultores com o seu entorno que se alteraram, antes delas suas próprias relações foram deterioradas pelas perspectivas privatísticas do mundo”.

A ideia da mata como pertencente ao rio foi citada pela família 5:

*Eu só fiz a escritura só de uma área que ficou. A área que é preservada eu deixei fora da escritura, nem escrevi. É 2800 metros, dava quase 5 mil metro quadrado. Ai eu peguei só 2800 metros quadrado. Não, porque eu sabia que não adiantava eu escrever porque não é minha. É do rio. Não, porque eu antes de construir a casa aqui eu tive lá na EMATER em Santo Antônio se informando direitinho. Me deram um rascunho, reserva de tantos metro assim assim e tudo. Esse lado de cá nós preservemos, os outro pra lá vão preservar.*

Destaca-se nessa fala tanto a atenção ao valor econômico, já que a família foi informada de que teria restrições de uso, quanto a ideia de proibição, já que a mata ciliar é assumida como espaço protegido normatizado, conforme técnicos do órgão extensionista do município vizinho. O fato de ser considerada como “do rio” também pode remeter a uma compreensão complementar de uma relação ecológica, onde rio e mata são interdependentes, necessitando de preservação, como enfatizado no final da fala da família, “*esse lado de cá nós preservemos*”.

O valor econômico também foi visível nas falas da família 6, que associou esses espaços com o fornecimento de produtos que revertem em renda. A participante relatou a possibilidade do uso de uma planta conhecida como areca/palha uricana<sup>24</sup> (Figura 15), afirmando que “*essa é uma coisa que dá na beira do rio, nesses lugares de preservação permanente, que é um produto que eu li pelo menos, não sei se eu entendi, que pode ser usado né, que a beira do rio pode ser usada pra essas... pra coletar produtos*”. A participante enfatizou ainda que “*é uma coisa que a gente tira da floresta, que ela pode ser usada sem destruir no caso né, sem destruir, e que pra nós aqui pra nossa região, nossa! É mais que plantar feijão ou qualquer coisa assim*”. Oposto aos relatos anteriores, onde as matas ciliares

<sup>24</sup> Coradin, Siminski e Reis (2011) apresentam a uricana, também conhecida como guaricana-de-folha-larga, palheira (*Geonoma gamiova* Barb. Rodr.) como uma das espécies fibrosas prioritárias da região sul. Os autores a descrevem como uma palmeira de 3 a 4 metros de altura, cuja ocorrência foi relatada para o litoral norte do Rio Grande do Sul.

significam locais não viáveis ao uso, nesse caso vislumbra-se a conservação associada a um manejo sustentável, “*sem destruir*”, como enfatizou a participante.

**Figura 15 – Uricana (*Geonoma gamiova*) jovem (à esquerda) e adulta (à direita).**



Fonte: Coradin; Siminski; Reis (2011).

Coradin, Siminski e Reis (2011, p. 263), ao discorrerem sobre a uricana (*Geonoma gamiova*), destacam que

A exploração das folhas da *G. gamiova* poderia ser feita em manejo sustentável de florestas onde ela ocorra ou ainda pode ser feito o plantio em áreas onde ela não ocorra ou ocorra em pequena quantidade. Um grande entrave para o uso desta espécie como fonte de fibras é a legislação ambiental, a exemplo da Lei da Mata Atlântica (Lei 11.428/2006) e seu instrumento regulador (Decreto 6.660/2008) que, apesar de considerar livre a coleta de subprodutos florestais, tais como frutos, folhas ou sementes, restringe a sua comercialização.

Além disso, a espécie integra a Lista da Flora Ameaçada de Extinção do Rio Grande do Sul (RIO GRANDE DO SUL, 2002b), na categoria criticamente ameaçada. Dessa forma, há um impasse legal que limita a comercialização das folhas, dificultando uma atividade que, sendo realizada de forma controlada, possibilitaria renda e conservação desses espaços essenciais, considerando que “O extrativismo caracteriza-se por baixos investimentos de capital e uso de tecnologias simplificadas onde a mão de obra é o principal instrumento de extração, transporte e transformação do produto.” (COELHO-DE-SOUZA, 2003, p. 19).

A ideia de proibição também apareceu no relato da família 2, que afirmou: “*meu marido não abre roça de medo da multa, a gente sabe que tem que escolher uma área que não tem água. Desde que o município emancipou o pessoal cuida mais porque dá como área ecológica*”. Nessa mesma linha, a família 6 trouxe a percepção de uma área onde não se pode mexer, quando citou que “*quando pensa que vai abrir uma lavoura, aí já sabe que não pode porque tem uma beira de um arroio*”. A conservação em função da cobrança da legislação

fica evidente nesses relatos, reforçando a influência dessa instância nas decisões sobre o uso das matas. No entanto, como destaca Souza (2012, p. 338), que traz as falas de famílias de Curitiba que participaram de sua pesquisa, essa perspectiva normativa

[...] gera nos agricultores um sentimento de que seu território não lhes pertence, o que se torna evidente no relato dos agricultores. ‘A pessoa plantou o pinheiro então ela tem direito’. Outro agricultor completava: ‘Eu não sou contra a restrição, mas os legisladores tinham que ver as questões de emergência das pessoas ter direito de tirar para fazer um paiol, uma casinha (...) eu mesmo plantei pinheiro e hoje não planto mais porque sei que não vou poder usar’. Aquilo que para o agricultor seria o meio de vida passa a ser o espaço de preservação, concebido, por eles, como espaços das instituições de fiscalização, referindo-se a elas como ‘espaços do IBAMA, do IAP e da florestal’.

A relação das matas ciliares com a manutenção da quantidade da água, por sua vez, ficou visível na fala da família 2: *“estavam cortando mato, mato. Se tu for lá tu vai ver ali, assim as sangas fortes, que eu me lembro de nunca secar simplesmente tão desertas sabe”*. Na sequência, ela aponta a presença da mata ciliar como associada à qualidade da água, quando cita que *“lá é morro e a gente chama de mato virgem que é aquele mato que ninguém entrou pra mexer sabe. No máximo tiraram uns palmitos, mas, assim, que o pessoal não entrou e não derrubou, daí é uma água que a gente sabe da onde que vem”*. Nesse caso, aparece um valor ecológico, expresso pela relação de interação entre a mata e o recurso físico, também focado na narrativa da família 5, que ao invés da água, trouxe o papel da mata na manutenção da terra, ao citar que plantaram algumas mudas na beira do rio, pois *“se não plantar árvore em recosta vai, vai e fica um ladeirão brabo. Se tem árvore plantada preserva a terra, não sai a terra”*. Como contribui Woortmann (2009, p. 122) *“De um modo mais amplo, é preciso manter o equilíbrio da natureza [...]”*, ideia presente nesses relatos, onde a qualidade de um elemento interfere no outro com o qual mantém relação direta. A autora também aponta essa relação da mata com as águas quando traz, ao tratar de colonos teuto-brasileiros, que

Também os recursos hídricos eram protegidos, para que todos (pessoas e animais) ‘tivessem sempre água boa’ e permanecessem saudáveis. É considerado importante manter as fontes, poços e riachos na sombra, porque ‘beber água esquentada pelo sol faz mal’. No ‘tempo dos antigos’, quando havia maior disponibilidade de terras, a vegetação das encostas dos morros era poupada, para que ‘a chuva não levasse embora a terra boa’ e para que os cursos d’água não fossem assoreados. (WOORTMANN, 2009, p. 125).

Destaca-se, nesse caso, a preocupação com a terra e a água, ambas favorecidas com a presença da vegetação, já que como evidencia Barrella *et al.* (2009, p. 196), *“Em média, um*

terreno de um hectare sem vegetação perde 16 toneladas de solo por ano. Esse material é depositado no leito dos riachos e rios”.

A ideia de ser simplesmente importante foi trazida pela família 7, que relatou o seguinte: “o *potreiro* ia na beira do rio, daí meu marido deixou o mato vir porque ficou sabendo que era importante”. Complementou ainda: “em 2005 nosso filho nasceu, e por aí ele plantou mudas na beira do rio e colocou uma cerca para proteger. Ouviu essas coisas nas reuniões”. Dessa forma, a mata ciliar é considerada como importante devido à informação recebida, reiterando a relevância de programas e projetos voltados à conservação que informem sobre os aspectos necessários à qualidade desses locais considerando, é claro, os saberes presentes nas diferentes comunidades, mas apontando a influência das matas ciliares na dinâmica dos mais variados espaços.

A ideia de beleza apareceu na fala da família 8, ao citar que “quando atravesso o rio pra ir pra lavoura tem umas flores vermelhas bonitas lá”. Destaca-se, nesse ponto, a percepção da participante em um pequeno detalhe da mata ciliar, que pode influenciar positivamente na manutenção desses espaços, partindo de um valor estético atribuído ao local.

Das nove famílias visitadas no Fraga, duas delas não citaram o significado que atribuem à mata ciliar de forma espontânea. Retomando as linhas do tempo, constatou-se que em ambos os casos os participantes não aceitaram que a entrevista fosse gravada, demonstrando um certo receio quanto a isso. Além desse fato, as duas famílias relataram situações em que foram procuradas pelo órgão ambiental, devido a denúncias que receberam. Como afirma Pollak (1989, p.6), “[...] o silêncio tem razões bastante complexas”, podendo, nesse caso, estar associado às marcas impressas pela aplicação da legislação, que acabou por cumprir um papel negativo de distanciamento dessas áreas, ou mesmo a não percepção desses espaços como partes importantes da terra como um todo.

Assim, considerando a localidade Fraga, os significados atribuídos às matas ciliares envolveram aspectos econômicos, normativos, ecológicos, estéticos<sup>25</sup>, havendo também a associação com o fato de “simplesmente ser importante” (Tabela 1).

**Tabela 1 – Resumo dos significados atribuídos às matas ciliares na localidade Fraga, relatados espontaneamente durante a construção da linha do tempo.**

| Significados | Conteúdo dos relatos                                       | Famílias |
|--------------|--|----------|
| Econômico    | Área imprópria, difícil de se produzir                     | 4, 6 e 9 |
|              | Área que fornece produtos que podem ser comercializados    | 6        |
|              | Área que pertence ao rio, por isso ficou fora da escritura | 5        |

<sup>25</sup> A definição de estético utilizada nesse trabalho se refere à ideia de beleza atribuída às matas ciliares.

| Significados             | Conteúdo dos relatos                                      | Famílias |
|--------------------------|---|----------|
| Normativo                | Área onde a lei não permite mexer                         | 2 e 6    |
|                          | Área que pertence ao rio, onde a lei não permite mexer    | 5        |
| Ecológico                | Área que mantém a qualidade da água                       | 2        |
|                          | Área que mantém a quantidade da água                      | 2        |
|                          | Área que preserva a terra                                 | 5        |
|                          | Área que pertence ao rio                                  | 5        |
| Estético                 | Área onde tem flores vermelhas bonitas                    | 8        |
| Simplemente é importante | Área que é importante, porque as reuniões informaram isso | 7        |
| Não atribuído            | Não relataram espontaneamente                             | 1 e 3    |

Fonte: elaborado pela autora (2013).

No Caraá Central, dentre as falas surgidas no contexto da linha do tempo, a dificuldade de usar a área também foi relatada como motivo pelo qual o local se manteve. A família 4 afirmou: *“o meu pai nunca cortou todo o mato porque é desse chão que o terreno é de pedra né, de encosta, daí não foi desmatado totalmente, era uma área muito difícil de plantar, de trabalhar”*. Da mesma forma, a família 8 destacou: *“aqui a lavoura não vai lá porque se chegar ali tem um barranco, depois vem a água, então a gente nunca chegou lá, sempre teve aquela camada de árvore ali, desde que eu me lembro de alguma coisa elas tão ali”*. A ideia de não fazer falta para a produção também foi trazida pela família 3, ao relatar que *“pode deixar aqueles 10 ou 15 ou 20 metro que não faz falta”*. Como ressaltou Souza (2012, p. 342) *“essa desvalorização da mata nativa denota a forma como, sob determinadas circunstâncias, se constroem e se redefinem os significados de meio ambiente, de natureza [...]”*.

A relação com o gado também apareceu nas falas, como destacou a família 9 ao afirmar que *“as beira do arroio é preferencial pros gado beber água né”*. Esse relato contrapõe-se às considerações de Lima e Zakia (2009, p. 33) que destacaram que *“Quanto às matas ciliares, os seus valores do ponto de vista do interesse de diferentes setores de uso da terra são bastante conflitantes: para o pecuarista, representam obstáculo ao livre acesso do gado à água [...]”*. Dessa forma, ressalta-se a necessidade de evitar generalizações nos discursos científicos, já que a categoria *“pecuarista”* envolve famílias por vezes muito diferentes em sua maneira de agir e perceber a terra, o que faz com que para alguns, determinado espaço represente um obstáculo enquanto que, para outros, um benefício. Além disso, vale destacar ainda que a mesma família 9 reconheceu que

*Hoje tá tudo aberto mais por causa do gado né, o gado estraga tudo, se tu deixa bola de mato aí no meio do potreiro, planta grama onde era roça, mas deixou aquela bola ali, não adianta, eles na hora que diminuir o pasto eles vão lá e vão*

*comendo aquela folha, vão pisando, vão estragando tudo, termina, vai indo pra um ponto que termina o matinho.*

Assim, ao mesmo tempo em que consideram a beira do arroio importante para o gado, os participantes estão conscientes de que os animais acabam por prejudicar o “matinho”, sendo um obstáculo à manutenção das matas ciliares, conforme a forma com que se realiza o manejo.

A presença da fiscalização, por sua vez, foi apontada pela família 5, que relatou que *“Hoje em dia tão falando que tem que deixar né, e tá certo. Ninguém falava em meio ambiente aquele tempo, era tudo assim meio, faziam como queriam né, e não tinha fiscalização não tinha nada”*. A lei, nesse caso, expressa “naqueles que tão falando que tem que deixar”, aparece como responsável pela manutenção desses espaços. Essa família apontou ainda: *“aí tu tá dentro duma propriedade cuidando da tua propriedade ali, deixa por exemplo uma beirada de mato que eles querem que deixem na beira do rio, e tem gente com rede dentro do rio atrás das casa do cara pegando os peixinho que não vale a pena”*. “Eles” aparecem novamente, como ocorre também na fala da família 7: *“se eles autorizar pode. Se disser quer derrubar, eles vem cá, se é perto de arroio, perto duma vertente, eles não deixam derrubar. Senão, pode derrubar. E se fazer meio por conta aí o pau pega”*. A família 9 também citou o seguinte: *“só tá aquelas bola de mato assim na beira dum arroio, duma vertente, que já era, que não pôde mais derrubar ficou”*. Dessa forma, prevalece nesses relatos a proibição, fragmentando o espaço naquele que pode ser usado e naquele que “eles” não autorizam. Souza (2012, p. 339) afirmou, nesse sentido, que “[...] à medida que a noção de áreas protegidas cria uma concepção fragmentada dos espaços rurais, as populações buscam formas de reproduzir suas relações com o território, ainda pensado como um território cotidiano [...]”. Assim, mesmo enquanto um local onde “eles” definem o que pode ou não ser feito, os agricultores o mantêm baseado também naquilo que acreditam como sendo o correto, como evidenciado pela mesma família 7 na fala: *“pelo menos a nossa parte nós temo fazendo, porque a gente quer levar a coisa adiante né”*.

A relação da mata ciliar com a manutenção da quantidade da água também foi citada nessa localidade, como apontou a família 3: *“Desde os meus pais o arroio foi respeitado, agora vai pelar ela seca, aí o sol bate direto, seca”*. A família 4 também citou esse aspecto, ao relatar que

*Lá na cabeceira lá em cima foi desmatado, pra grama, criação de gado, um pouco lá enfraqueceu bastante. Daí ela enfraqueceu nas nascentes né. Depois de certo*

*ponto ali, um certo ponto que ele se fortalece mais por causa tem mato né, vem dentro do, por dentro do mato sempre.*

Nesse mesmo sentido a família 9 complementou: *“ali é pra proteção do arroio né, e aí não se corta”*. Esse olhar sobre o elemento “mata ciliar” corrobora com Lima e Zakia (2009, p. 37), que afirmaram que “[...] a destruição da mata ciliar pode, a médio e longo prazos, pela degradação da zona ripária<sup>26</sup>, diminuir a capacidade de armazenamento da microbacia, e conseqüentemente a vazão na estação seca”. Considerando o constante apelo pela conservação da água, e sua já conhecida relevância, a presença desses discursos reforça ainda mais a necessidade de projetos, programas, pesquisas direcionadas às áreas que beiram os mais diferentes recursos hídricos, já que tais relatos são frutos da experiência daqueles que acompanham as mudanças no espaço há tempo. Como destaca Bosi (1994, p. 85) “O narrador tira o que narra da própria experiência e a transforma em experiência dos que o escutam”, restando a tarefa de aproveitar essa experiência compartilhada.

Assim como foi citada a associação com a água, a família 1 trouxe também a função da mata em manter a terra, ao relatar que *“o nosso arroio aqui cada vez mais pequeninho tá ficando, mais estreito né, porque toda a erosão tá indo pro rio, então se deixar mato, ele vai parar ali né, e se começar a limpar, limpar cada vez pior fica né”*. Essa fala corrobora com Barrella *et al.* (2009, p. 199) quando afirmam que a retirada da vegetação leva “[...] ao assoreamento causado pela erosão do solo adjacente”, e reitera como esses espaços são percebidos positivamente pelos agricultores, pois *“se deixar o mato”*, fica melhor.

Nessa localidade foi citada ainda a relação da mata ciliar como abrigo aos animais, como relatou a família 1: *“deixa lá pros bichinho comer as frutinha deles, uma coisa que eu sempre falo pra mulher que tinha que ter era esses macaquinho nos mato aí, não tem né”*. A família 4, no mesmo sentido, expôs a relação com os peixes quando citou que *“peixe até sumiu bastante, tem muito pouquinho. De repente pode ser em função do desmatamento”*. Como contribuem Barrella *et al.* (2009, p. 195)

Do ponto de vista da biologia dos peixes, a mata ciliar possui as seguintes funções ecológicas: 1) proteção estrutural dos habitats; 2) regulação do fluxo e vazão de água; 3) abrigo e sombra; 4) manutenção da qualidade da água; 5) filtragem de substâncias que chegam ao rio; e 6) fornecimento de matéria orgânica e substrato de fixação de algas e perifíton.

Dessa forma, a ausência da vegetação interfere em inúmeras funções, reduzindo não apenas o número de peixes, mas a diversidade, considerando o papel das matas ciliares em

<sup>26</sup> O termo “ripária”, para esses autores, aparece como sinônimo de ciliar.

possibilitar diferentes micro-ambientes pelo acúmulo de galhos, troncos e folhas que caem na água. Além disso, reforça-se um apreço à fauna a partir das falas das respectivas famílias, o que favorece a manutenção das matas e reitera a proximidade entre agricultores familiares e natureza. Essa proximidade também foi evidenciada a partir dos relatos sobre as interações entre a ausência das matas e o aumento de mosquitos, como expôs a família 3:

*Um dia eu falei pros vizinhos ali em cima, até produto sobre mosquitinho botar, por exemplo assim, quando eles vinham aqui pra mim botar eu digo assim eu não boto um, não dou passo pra botar, porque se tudo fizesse que nem eu fiz, nenhum devastasse a água, não tinha mosquito, assim eu to sofrendo porque vocês pelaram, deixam tudo invadido.*

No mesmo sentido, a família 10 afirmou que “*se tivesse as margens do arroio conservada não teria mosquito*”. Assim, a conservação reflete no bem estar, já que o borrachudo (provável espécie a qual os agricultores se referiram) traz desconfortos à saúde, enquanto que “A mata ciliar é responsável pela presença de insetos e outros animais predadores, inimigos naturais do borrachudo, principalmente na fase de larva e pupa [...]” (HADLICH, 2002, p. 18).

A relação com bem estar também apareceu na fala da família 2, quando discorreu sobre a decisão em integrar o projeto de plantio de árvores nativas na beira do arroio (Projeto VerdeSinos): “*o que eu faço, que eu estou fazendo ali é pensando no bem estar que mais adiante vai acontecer né*”. A mata ciliar recomposta, nesse caso, remete a um valor simbólico, de um futuro com qualidade.

A ideia de beleza, por sua vez, apareceu na fala da família 3, que citou que “*a água correndo dentro do mato é uma das coisas mais lindas*”. A família 5, da mesma forma, abordou esse aspecto, bem como a associação com a qualidade do ar quando questionou: “*pra que eu vou derrubar um lugar daquele só pra devastar, só pra aproveitar um pedacinho de terra li? Deixei aquilo, até é bonito, o cara vai lá, olha, ele deixou né, e eu também achei por bonito assim, o cara chega lá, vê o... até o ar é diferente*”. O valor estético, que também apareceu nas falas ouvidas na localidade Fraga, reforça a motivação para o cuidado, assim como a sensação de bem estar proporcionada pela qualidade do ar, corroborando com Barrella *et al.* (2009, p. 198) que destacou que “A presença da vegetação diminui a penetração da luz solar e a ação dos ventos, amortecendo as variações de temperatura da água e do ar [...]”.

A ideia de reserva foi trazida pela família 2, quando relatava sobre umas mudas que plantou: “*a minha mãe tinha uns pés aqui aí era muito na beirada do potreiro, a criação lá muito no pé morreu, aí nós ficamos sem eles, temos uns pés muito grandes aqui atrás mas tá*

*longe dá fruta. Então lá como aquilo é uma reserva e não é pra usar mais a gente plantou*". Aparece, nesse caso, tanto a noção de reserva do rio como de proibição de uso. A família 3 também trouxe a noção de reserva ao relatar que *"lá onde tem uma vertentezinha o sol tá batendo, eles não deixam uma reserva lá nas vertente"*. No mesmo sentido, a família 8 destacou que *"o rio já tem a parte dele ali"*. Assim, a mata é considerada parte do rio/vertente/arroio, um valor ecológico que favorece sua manutenção.

A associação com o que se aprendeu com as gerações anteriores apareceu no relato da família 6: *"o pai sempre dizia: não corta as árvores do rio. Eu lembro quando era pequeno, que daí eles foram dormir meio dia, fui fazer uma lenha, eu digo vou fazer uma lenha pra mãe né, fui lá e cortei uns paus assim de camboatá, mas pra que isso? Não era de cortar! Ele me xingou"*. Woortmann (2009, p. 123) contribui nesse sentido ao trazer o relato de um sitiante sergipano: *"Fazem uns 35 anos que eu não corto um pedaço de pau, só deixo mesmo é apanhar lenha caída. Quero passar isso para meu filho; quero que ele se lembre que fui um sitiante caprichoso"*. O saber passado de geração a geração apresenta, nesse caso, um papel fundamental na manutenção das matas, visto o sentido de cuidado, capricho e respeito à natureza, que tem a capacidade de perdurar por um período de tempo que ultrapassa a idade humana.

A não importância do mato também foi citada pela família 9, quando relatou que *"até lá mais embaixo é aberto também, mas é cuidado, o povo aqui não larga lixo pro arroio, só não tem o mato"*. Dessa forma, a qualidade da água nesse caso remete apenas à ausência de lixo.

Assim, considerando a localidade Caraá Central, os significados atribuídos às matas ciliares envolveram aspectos econômicos, normativos, ecológicos, estéticos e culturais<sup>27</sup>, além do relato da não importância desses espaços e da associação com a ideia de bem estar, todos resumidos na tabela 2.

**Tabela 2 – Resumo dos significados atribuídos às matas ciliares na localidade Caraá Central, relatados espontaneamente durante a construção da linha do tempo.**

| <b>Significados</b> | <b>Conteúdo dos relatos</b>               | <b>Famílias</b> |
|---------------------|---|-----------------|
| Econômico           | Área imprópria, difícil de se produzir    | 4 e 8           |
|                     | Área que não faz falta para a produção    | 3               |
|                     | Área preferencial para o gado beber água  | 9               |
| Normativo           | Área onde a lei não permite mexer         | 5, 7 e 9        |
|                     | Reserva do rio, onde não é para usar mais | 2               |

<sup>27</sup> Os aspectos culturais incluíram os aprendizados repassados através das gerações, relacionados às matas ciliares.

| Significados     | Conteúdo dos relatos   | Famílias |
|------------------|--|----------|
| Ecológico        | Área que protege o arroio                                    | 9        |
|                  | Área que mantém a quantidade da água                         | 3, 4     |
|                  | Área que preserva a terra                                    | 1        |
|                  | Área onde até o ar é diferente                               | 5        |
|                  | Reserva do rio   | 2, 3 e 8 |
|                  | Área que fornece alimento aos animais                        | 1        |
|                  | Área que ajuda a manter os peixes                            | 4        |
|                  | Área que ajuda a reduzir os mosquitos                        | 3 e 10   |
| Estético         | Área bonita  | 3 e 5    |
| Cultural         | Área que não deve ser cortada porque a família ensinou assim | 6        |
| Não é importante | O arroio é cuidado, só não tem o mato                        | 9        |
| Traz bem estar   | Área que traz bem estar                                      | 2        |

Fonte: elaborado pela autora (2013).

Dentre os significados da mata ciliar trazidos espontaneamente na Linha Padre Vieira, a família 1 apontou o valor econômico ao relatar que *“teve os cara do Sinos aí o professor, que eles vem fazer pesquisa dos peixe, e ele pegou minha área aqui, de ver negócio pra deixar em mato e tal, digo não, que que eu vou fazer da estrada até o rio? Nada, dá uma enchente leva tudo embora, não adianta tá desmatando né”*. Nesse mesmo sentido, a família 6 questionou: *“eu tenho como plantar alguma coisa nessa beirada aqui?”* Esse aspecto, assim como esteve presente nas falas do Fraga e Caraá Central, revela o quanto a ideia de improdutividade é visível na percepção desses espaços, seja em função de serem propícios a enchentes ou apresentaram relevo e solo que dificultam o trabalho.

A ideia de ser proibido foi apontada pela família 4, quando relatou que *“ninguém limpa perto do rio, não pode, é proibido”*. A família 6 também trouxe a lei no relato ao afirmar que *“a gente respeita porque sabe que as leis tão cada vez mais rígidas”*. O respeito à lei, nesse caso, é o que prevalece no sentido de manter a área, corroborando com Souza (2012, p. 358) ao destacar que *“[...] a criação de áreas protegidas como principal estratégia de gestão dos espaços contribui para o recrudescimento de uma concepção dilacerante de natureza, em que a ideia de proteção é artificializada, circunscrevendo-se apenas ao seu aspecto normativo: a respeitabilidade da lei”*.

O valor ecológico foi apontado pela família 2, que associou as matas ciliares ao abrigo de animais, quando expôs que *“esses bicho do rio, lontra, essas coisas, porque como daqui pra cima é só mato, tem um morador mais ali em cima mas ele não é bem na beiradinha do rio, então daí acho que eles vêm”*. Lima e Zakia (2009, p. 34) corroboram com isso ao destacarem que *“[...] as zonas ripárias têm sido consideradas como corredores extremamente*

importantes para o movimento da fauna ao longo da paisagem [...]", o que também foi exposto pela família 6, ao tratar da presença da lontra<sup>28</sup>:

*Esse pessoal que veio fazer entrevista como tu tá fazendo, sabe, eles chegaram aqui e disseram: o senhor dá licença pra nós, nós podemos caminhar? Disse pode. Aí, o senhor desmata a beira do rio? Vou desmatar pra que? Até o dia que a gurizada vierem aí eu vou limpar por baixo aqui, por baixo do rio, das árvores, por causa que tava vindo a lontra, a lontra tava subindo muito e pegando as galinha, aí disse, eu vou desmatar, por baixo. Aí eles caminharam tudo ali, vou desmatar? Isso aqui é uma barranqueira né?*

A não importância desses espaços para a quantidade de água foi apontada pela família 3, que citou que *"a água vai sumindo né. E ali os cara dizem que é por que derrubam, não, sempre existiu, não tem nada a ver, é que não chove, por isso que não tem água"*. Na mesma linha, a família 6 expôs que *"cada ano que passa diminui a água, e não é por desmatamento, eu não sei porque, que antigamente era muito mais desmatado"*. Ao retroceder no tempo, já que *"A memória pode percorrer um longo caminho de volta [...]"* (BOSI, 1994, p. 420), impulsiona-se o questionamento sobre o que está levando à mudança do nível da água, nesse caso desconsiderando-se a relação água e mata, indo de encontro às interações relatadas pelas outras famílias. A família 4 afirmou ainda: *"eu acho que isso aí não dá muita importância pra água, desde que tiver uma sombra, uma coisa, não precisa ser tanta distância"*, enfocando o conhecimento e discordância da metragem exigida por lei.

No que se refere à lei, vale salientar que, assim como na localidade Fraga, onde duas famílias (que já haviam sido autuadas) não atribuíram nenhum significado espontaneamente às matas ciliares, na Linha Padre Vieira o mesmo ocorreu. A família 5 não citou a mata ciliar espontaneamente em sua falas, e recorrendo-se à linha do tempo constatou-se que o participante foi multado devido a um corte de mato sem licença ambiental. O relato sobre essa multa apareceu no final da entrevista, quando a família demonstrou estar mais a vontade com a presença da pesquisadora e expôs um pouco mais sobre os acontecimentos de sua vida.

Assim, na Linha Padre Vieira, os significados atribuídos às matas ciliares envolveram aspectos econômicos, normativos e ecológicos, além do relato da não importância desses espaços, todos resumidos na tabela 3.

<sup>28</sup> *Lontra longicaudis* (Olfers, 1818), espécie que integra a Lista da Fauna Silvestre Ameaçada de Extinção do Rio Grande do Sul de 2002, na categoria Vulnerável (RIO GRANDE DO SUL, 2002a).

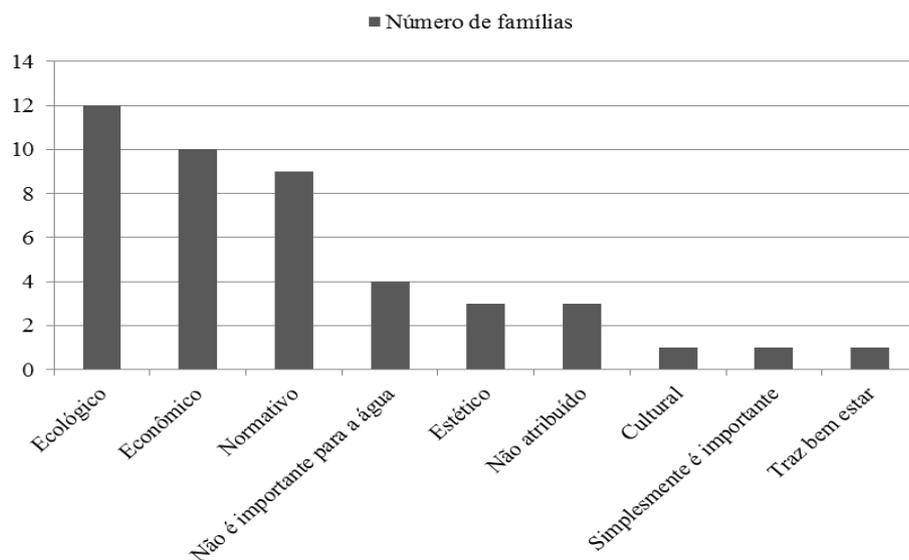
**Tabela 3 – Resumo dos significados atribuídos às matas ciliares na localidade Linha Padre Vieira, relatados espontaneamente durante a construção da linha do tempo.**

| Significados     | Conteúdo dos relatos                                   | Famílias |
|------------------|--|----------|
| Econômico        | Área imprópria para produzir, sujeita à enchente       | 1        |
|                  | Área imprópria para produzir, é uma barranqueira       | 6        |
| Normativo        | Área onde a lei não permite mexer                      | 4 e 6    |
| Ecológico        | Área que serve de abrigo aos animais                   | 2 e 6    |
| Não é importante | Área que não interfere na quantidade de água do arroio | 3, 4 e 6 |
| Não atribuído    | Não relatou espontaneamente                            | 5        |

Fonte: elaborado pela autora (2013).

Dessa forma, ao analisar os relatos de cada uma das três localidades, evidencia-se que em todas elas os aspectos econômicos, normativos e ecológicos apareceram espontaneamente enquanto significados das matas ciliares, o que pode ser associado ao momento atual em que a conservação ambiental integra diferentes pautas de projetos, programas e políticas, sem desconsiderar a necessidade de atingir níveis altos de produtividade e estar de acordo com os preceitos legais. O gráfico 1 resume o conteúdo dos relatos das três localidades, apresentando o número de famílias que citou cada um dos aspectos ali presentes. Ressalta-se que algumas famílias atribuíram mais de um tipo de significado às matas ciliares, como já exposto nas tabelas anteriores.

**Gráfico 1 – Significados atribuídos às matas ciliares nas três localidades, conforme o número de famílias.**



Fonte: elaborado pela autora (2013).

Vale ressaltar que o gráfico anterior apenas compila as informações apreendidas através da linha do tempo, onde o valor ecológico esteve presente em 12 das 25 famílias

entrevistadas, predominando sobre os demais. No entanto, observando cada localidade e suas especificidades, constatou-se que no Fraga os significados atribuídos às matas ciliares estavam mais relacionados a aspectos econômicos e normativos, enquanto que o valor ecológico apareceu em apenas duas famílias. O receio identificado nos moradores desde as primeiras inserções nesta localidade, bem como o fato da nascente do Rio dos Sinos “atrair os olhares da fiscalização” podem estar refletindo nesses dados. Da mesma forma, na Linha Padre Vieira o valor ecológico apareceu somente no relato de duas famílias, enquanto que o aspecto econômico e a visão de não importância desses espaços para a água predominaram nas citações.

Assim, destaca-se a relevância de atentar para as diferentes formas de perceber os espaços, em um mesmo município e até mesmo dentro de cada localidade. Ao observar o gráfico 1, poderia se inferir que ele representa as famílias entrevistadas, quando na verdade os dados encontram semelhanças com o que foi obtido na localidade do Caraá Central, diferenciando-se dos relatos do Fraga e Linha Padre Vieira.

O número significativo de falas envolvendo os aspectos ecológicos das matas ciliares no Caraá Central pode, dentre outras possíveis justificativas, estar refletindo as ações do Projeto VerdeSinos, do qual quatro famílias dessa localidade participaram e cujas reuniões buscaram mobilizar os agricultores para a conservação e recuperação desses espaços.

#### 4.3.1.2 Relatos citados após a intervenção da pesquisadora

Além dos significados que apareceram enquanto os participantes relatavam diferentes fatos na linha do tempo, a importância da mata ciliar foi citada quando as famílias foram questionadas sobre o motivo pelo qual essas áreas eram mantidas. Assim, considerando a localidade Fraga, destaca-se que o aspecto econômico também apareceu nesses momentos de questionamento, como apontado pela família 6 que trouxe a relação com o gado no seguinte relato:

*Então, aí eu cresci com essa consciência de que não era pra desmatar, não era porque o rio secava, era porque tinha que ter aquela área ali. E nas águas do nosso potreiro, não era pra ser mexida as árvores da volta, não só pra água não secar. Nas vertentes não era pra ser tiradas todas as plantas, não só pra vertente não secar mas pra que desse também sombra pro gado né. Onde que o gado vai ficar nas horas de sol mais quente?*

A família 3, nessa mesma linha, destacou: “*sempre respeitei a beira do rio porque tem muita pedra, não dá pra produzir*”, também remetendo a um valor de uso desse espaço, e

continuou afirmando “*meu pai não sabia que a lei não deixaria cortar, e hoje está lá*”, o que se relaciona ao aspecto normativo, da proibição legal do corte da área.

Vale chamar a atenção para o valor cultural, que não havia sido citado espontaneamente nessa localidade e apareceu na fala da família 6, que afirmou que “*no caso do pai, ele era... o que eu ouvia lá em casa que o pai dizia que não era pra desmatar as beira do rio, quando eu nasci meu pai já era velho, então ele era assim o ecologista da época sabe, aquele cara chato, que denunciou uma madeireira uma vez pro IBDF*”. Nesse caso, fica evidente o valor do conhecimento passado através das gerações, que auxilia na conservação pelo simples fato de se seguir aquilo que ao longo do tempo foi ensinado como o correto e perdurou em sua memória. Como contribui Bosi (1994, p. 423)

As lembranças do grupo doméstico persistem matizadas em cada um de seus membros e constituem uma memória ao mesmo tempo una e diferenciada. Trocando opiniões, dialogando sobre tudo, suas lembranças guardam vínculos difíceis de separar. Os vínculos podem persistir mesmo quando se desagregou o núcleo onde sua história teve origem. Esse enraizamento num solo comum transcende o sentimento individual.

A ideia de solo comum também apareceu na fala de três famílias, porém relacionada à importância da mata ciliar como abrigo aos animais. A família 5, afirmou que a mata “*tem utilidade pra fauna, de tudo né que precisa da mata né, se criam uns passarinhos a mais*”, assim como a participante 2, que apontou que “*ali se cria tudo: passarinho, bicho*”. Da mesma forma, os animais apareceram no relato da família 1: “*tucanos vão lá fazer ninho, seriema, pomba*”, a qual trouxe também a relação com a terra ao citar que a área “*segura a encosta*”. Ressalta-se que, dentre os animais citados por essas famílias, o grupo das aves se destacou, corroborando com Silva e Vielliard (2009, p. 171) que ao discorrerem sobre avifauna de matas ciliares afirmaram que

[...] a ligação de determinadas espécies com esses ambientes pode se dar por alguma condição física que não é decorrente, mas sim condicionante do estabelecimento daquela composição vegetal: é a presença de água corrente para certas espécies ou a estrutura arquitetural da vegetação para outras.

Em se tratando de água, chama-se a atenção para o fato de sete famílias (2, 3, 4, 6, 7, 8 e 9) atribuírem às matas ciliares o papel de manutenção de sua quantidade, remetendo o fato de secar o rio à sua ausência, conforme o exemplo a seguir: “*A mata? É porque se tirar seca o rio*” (Família 2).

A noção de cuidado da água também apareceu, não associada diretamente a sua quantidade, mas enquanto espaço do qual o arroio, rio, vertente precisa, como apontado pelas

famílias 3: “o arroio precisa do mato”; 5: “a mata está ali por causa da água. A vertente de água, que a gente tinha que levar... o que vai ser das nascentes, das águas o que vai ser depois?” e família 2: “o mato cuida da água”.

Assim, os significados atribuídos às matas ciliares após as famílias serem questionadas a respeito envolveram aspectos econômicos, normativos, ecológicos e culturais, sendo que a relação com a quantidade da água se destacou nas falas, resumidas na tabela 4.

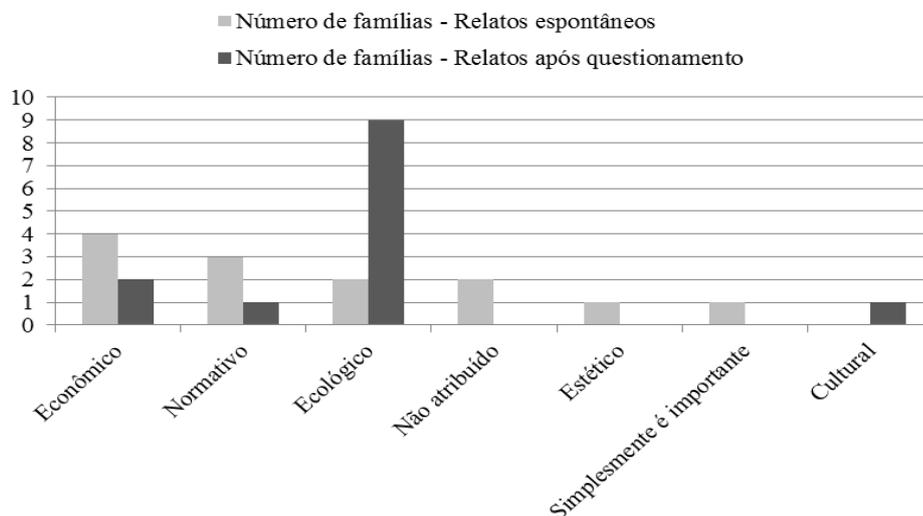
**Tabela 4 – Resumo dos significados atribuídos às matas ciliares na localidade Fraga, relatados a partir do questionamento da pesquisadora sobre a importância desses espaços.**

| Significados | Conteúdo dos relatos   | Famílias            |
|--------------|--|---------------------|
| Econômico    | Área imprópria, difícil de se produzir                       | 3                   |
|              | Área que fornece sombra para o gado                          | 6                   |
| Normativo    | Área onde a lei não permite mexer                            | 3                   |
| Ecológico    | Área que serve de abrigo aos animais                         | 1, 2, 5             |
|              | Área que mantém a quantidade da água                         | 2, 3, 4, 6, 7, 8, 9 |
|              | Área que segura a encosta                                    | 1                   |
|              | Área que cuida da água                                       | 2, 3, 5             |
| Cultural     | Área que não deve ser cortada porque a família ensinou assim | 6                   |

Fonte: elaborado pela autora (2013).

Ao analisar os relatos espontâneos e aqueles expostos após a intervenção da pesquisadora, fica visível a relevância da linha do tempo enquanto método para identificar as diferentes percepções dos agricultores, já que as falas transcritas dentro de um contexto apontaram significados diferentes do aspecto ecológico que predominou quando as famílias foram questionadas sobre a mata ciliar. O gráfico 2 ilustra essa afirmação.

**Gráfico 2 – Significados atribuídos às matas ciliares na localidade Fraga, conforme o número de famílias e o momento do relato.**



Fonte: elaborado pela autora (2013).

Com relação ao Caraá Central, o aspecto econômico também foi citado nesse momento, como apontado pela família 4: *“aquele pedacinho de terra que aproveita ali não dá renda que a... não tem renda suficiente né pra... não compensa né pra aproveitar toda ela até como é o caso ali”*. No mesmo sentido, a família 7 relatou: *“até a própria natureza da gente, a gente vai ficando velho, cansado, não consegue mais limpar, manter sabe, daí vai criando brejo também né, é uma área difícil de mexer”*. Destaca-se a dificuldade de manejar a área e o fato do esforço investido não compensar financeiramente. Além disso, aparece a noção de que aquele espaço “não faz falta para a produção”, como citado pela família 8: *“já tem terra suficiente, não é mais necessário mexer ali”*; e família 10: *“o mato que tem aqui nunca tirei porque nunca precisei”*.

O valor normativo também apareceu na fala da família 8, quando relatou: *“Hoje Deus defende se fizer uma derrubada na beira do rio ali. Mas de primeiro se a lavoura encostasse lá podia cortar tudo que não dava nada”*. Ressalta-se o receio em alterar a terra e a percepção da mudança das ações da fiscalização ao longo do tempo. Essa mesma família, por sua vez, apontou a importância da mata ao citar: *“eu acho que é pra proteção do rio, da água”*, remetendo ao valor ecológico, presente nas falas de todas as famílias do Caraá Central, sendo que a ideia de proteção da água apareceu também nos relatos da família 6: *“o pai não deixava cortar por causa do rio, por causa da água do rio”*; e 7: *“a mata serve para proteger o rio, aumentar as água e proteger o rio”*. Ressalta-se que esse último relato traz a relação específica com a quantidade da água, expressa em mais quatro depoimentos:

*Um dia eu subi, porque tem uma estrada né, aí eu passei uma certa parte que tem um colono que pega o arroio, eu olhei aquilo limpinho até a beirada daquela água ali no verão termina tudo. Se tem mato do lado e outro aquela água tava, ela tava correndo (família 3); Pra segurar a água diz que é bom. Nesses dia quente do verão a água diminui muito, os dia são muito grande né, e as noite pequeninha, e se tiver a sombra ela não diminui então. Sombra não diminui, a raiz da árvore ajuda (família 9); Se tira o mato o arroio vai secar (família 10); A mata serve pra preservação né, a qualidade da água e o volume de água né (família 4).*

A relação direta com a qualidade da água, expressa na fala da família 4, também apareceu no relato da família 2: *“a mata serve pra melhorar a água né”* e da família 5, que afirmou que o mato serve *“pra melhorar a qualidade de água, porque o que nós tinha antes hoje nós não temos”*. A família 1, por sua vez, ao mesmo tempo em que apontou a relação da mata com a qualidade da água (*“Na época de cheia, a água é uma água limpa né, no meio do mato. A qualidade da água é... muito boa”*) enfatizou que *“em época de seca não adianta nada. Época de seca ela seca tudo também, mesmo debaixo do mato, porque as árvores*

*precisam de água né, o pouco que cria ali elas vão... sugando tudo né*". Esse relato se opõe aos estudos que vem reforçando a

[...] função hidrológica das zonas ripárias na manutenção da integridade da microbacia hidrográfica, representada por sua ação direta numa série de processos importantes para a estabilidade da microbacia, para a manutenção da qualidade e da quantidade de água, assim como para a manutenção do próprio ecossistema aquático. (LIMA; ZAKIA, 2009, p. 34).

Corroborando com essa afirmação, a família 7 apontou a função da mata no processo de contenção de sedimentos que iriam ao arroio, relatando que esse espaço *“serve pra não correr tanta água assim... com terra, sujeira”*. Esse aspecto é fundamental quando se trata da medida recomendada de vegetação ao longo dos cursos d'água, o que foi objeto de discussão durante a alteração do Código Florestal Brasileiro, em 2012. Como destacam Lima e Zakia (2009, p. 37)

[...] os limites da zona ripária do ponto de vista geomorfológico não são facilmente delimitados, mas podem variar bastante ao longo da microbacia e principalmente entre diferentes microbacias, em função das diferenças de clima, geologia e solos. Um outro critério de delimitação da extensão da zona ripária seria o do ponto de vista ecológico, como função de corredor de fluxo gênico ao longo da paisagem, assim como visando atender às dimensões mínimas que garantam a sua sustentabilidade. Esta função de retenção de nutrientes e sedimentos como garantia de proteção da qualidade da água, por outro lado, define o critério hidrológico de dimensionamento da faixa ripária.

A família 2 também destacou que *“quando chove não escorre tanta coisa pro rio”*, e trouxe uma visão mais holística da mata ciliar, apontada como importante *“pro meio ambiente né, que vai melhorar né, e vai melhorar pra nós”*. O ser humano aparece nesse relato enquanto beneficiado por esse espaço, que também remete à ideia de beleza, já que como relatou essa família: *“as mudas que plantamos lá tão lindas já”*. Esses participantes citaram ainda a relação com os animais, expressa na fala: *“vem os passarinho, vem mais passarinho lá”*. Vale ressaltar que essa família atribuiu o maior número de significados às matas ciliares, e analisando sua entrevista, observa-se que desenvolvem suas atividades em uma área de oito hectares, tendo como renda principal a comercialização de feijão e aipim, somada à aposentadoria. O casal possui mais de 60 anos e a terra onde vivem pertenceu ao bisavô do participante. Além disso, a família integrou o Projeto VerdeSinos, plantando mudas na beira do arroio que passa em sua área e também cercando a mesma para evitar o acesso do gado. Essa breve caracterização permite sugerir que o vínculo com a terra (já que esta é a quarta geração vivendo no mesmo espaço), somado à experiência adquirida ao longo da vida (visto

que está entre as quatro famílias em que o casal apresenta idade acima de 60 anos) e à participação ativa no Projeto VerdeSinos podem ter contribuído para um olhar mais amplo sobre as matas.

A ideia de importância para o ser humano também apareceu no relato da família 10, que associou essas áreas a um bem estar futuro para filhos e netos, ao afirmar: “*pensamos nos netos, filhos, que tinham que manter o local, continuar cuidando para eles terem também, quando plantamos as mudas*”.

Portanto, após o questionamento sobre os significados das matas ciliares no Caraá Central, foram apontados os aspectos econômicos, normativos, ecológicos, estéticos, assim como a ideia de bem estar e a visão de que essas áreas não interferem na quantidade de água dos rios e arroios. Apenas o valor cultural, que havia aparecido espontaneamente, não foi citado nesse momento, resumido na tabela 5.

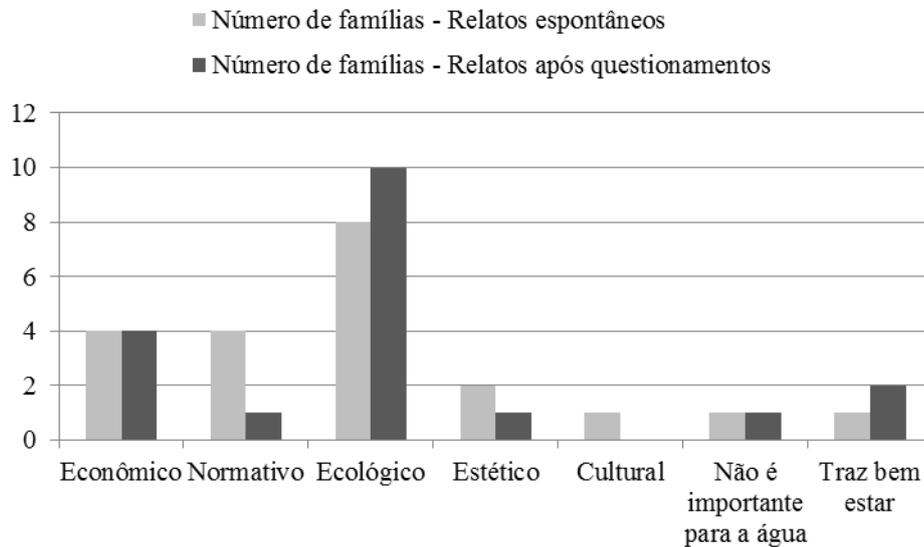
**Tabela 5 – Resumo dos significados atribuídos às matas ciliares na localidade Caraá Central, relatados a partir do questionamento da pesquisadora sobre a importância desses espaços.**

| <b>Significados</b> | <b>Conteúdo dos relatos</b>                            | <b>Famílias</b> |
|---------------------|--|-----------------|
| Econômico           | Área imprópria, difícil de se produzir                 | 7               |
|                     | Área imprópria para produzir, não dá renda             | 4               |
|                     | Área que não faz falta para a produção                 | 8, 10           |
| Normativo           | Área onde a lei não permite mexer                      | 8               |
| Ecológico           | Área que protege o arroio/rio                          | 6, 7, 8         |
|                     | Área que mantém a quantidade da água                   | 3, 4, 7, 9, 10  |
|                     | Área que mantém a qualidade da água                    | 1, 2, 4, 5      |
|                     | Área que melhora o meio ambiente                       | 2               |
|                     | Área que segura a sujeira que iria para a água         | 2, 7            |
|                     | Área que fornece abrigo aos animais                    | 2               |
| Estético            | Área bonita  | 2               |
| Não é importante    | Área que não interfere na quantidade de água do arroio | 1               |
| Traz bem estar      | Área que traz bem estar                                | 2, 10           |

Fonte: elaborado pela autora (2013).

Assim, destaca-se que nessa localidade os relatos foram semelhantes ao analisar as falas surgidas espontaneamente na linha do tempo e aquelas expostas após o questionamento sobre a importância das matas ciliares, conforme demonstra o gráfico 3. A ausência de receio em tratar desse assunto (diferentemente das outras duas localidades), associada à presença de ações voltadas à recuperação desses espaços (Projeto VerdeSinos) podem ter refletido nesse resultado, já que ficou visível a tranquilidade dos participantes em participar da pesquisa e relatar suas trajetórias.

**Gráfico 3 – Significados atribuídos às matas ciliares na localidade Carará Central, conforme o número de famílias e o momento do relato.**



Fonte: elaborado pela autora (2013).

No que se refere à Linha Padre Vieira, o aspecto econômico apareceu no relato da família 3 que questionou: “*vai desmatar pra que lá na beira do rio? Se não tem o que fazer, vai dar muita pouquinha coisa também*”. Os demais relatos apontaram o valor ecológico das matas ciliares, relacionando-as com a proteção, qualidade e quantidade da água, sendo esse último citado por quatro famílias:

*O mato era mantido mais era por causa da água eu acho, pra manter a água, e na minha opinião é muito importante, porque se desmatar... tanto que a gente vê na televisão que o pessoal tá reflorestando em volta das nascentes né, que é muito importante, e foi provado, tendo o mato a água conserva (Família 2); Deixo o mato mais pra manter a água, pra conservar a água (Família 3); É que antes eles diziam que... desde antes eles já falavam que o bom perto da água não era cortar porque seca (Família 4); Mais é por causa das água né, o pessoal tá sentindo que tá... cada ano que passa tá ficando com menos água, daqui a pouco... (Família 6).*

Destaca-se que a importância da mata para a qualidade da água também apareceu, como citado pela família 1: “*a mata protege bastante a água. A água fica outra água. Pra tu beber, mais limpa, uma água que não pega bactéria, porque o mato sempre protege muito*”. Ao mesmo tempo, a família 5 trouxe a questão da água de forma mais genérica, afirmando que a mata se mantém “*por causa da água*”.

Vale ressaltar que o aspecto cultural, que não havia aparecido espontaneamente, foi citado pela família 1 que relatou que “*o pai não gostava de derrubar muito né, tinha que preservar*”. Como contribui Halbwachs (2006, p. 85), nesse sentido, “*Não são apenas os fatos, mas os modos de ser e de pensar de outrora que se fixam assim na memória*”.

Dessa forma, quando questionados sobre os significados da mata ciliar, as famílias desta localidade apontaram os aspectos econômico, ecológico e cultural, resumidos na tabela 6.

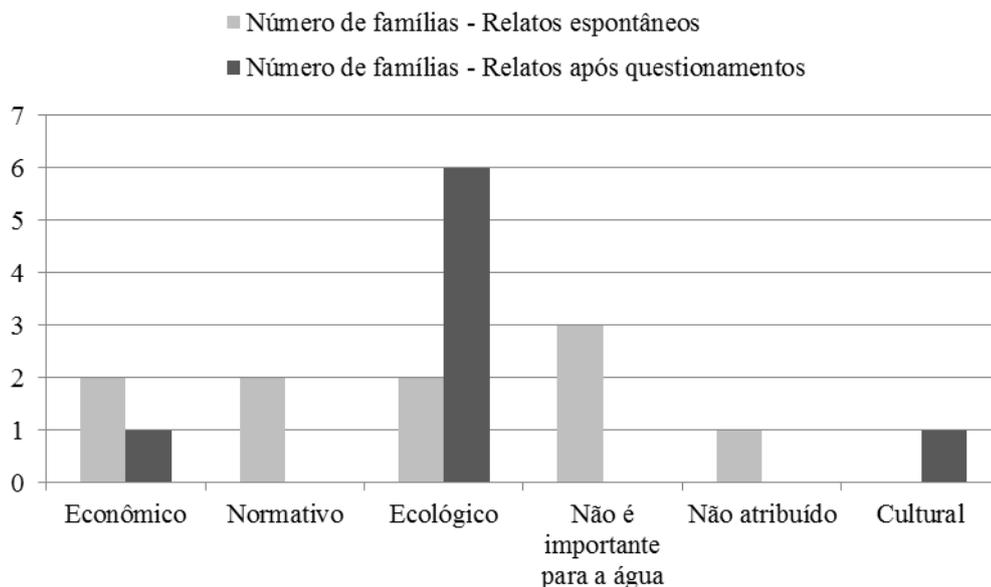
**Tabela 6 – Resumo dos significados atribuídos às matas ciliares na localidade Linha Padre Vieira, relatados a partir do questionamento da pesquisadora sobre a importância desses espaços.**

| Significados | Conteúdo dos relatos   | Famílias   |
|--------------|--|------------|
| Econômico    | Área imprópria para produzir, porque dá pouca coisa          | 3          |
| Ecológico    | Área que mantém a qualidade da água                          | 1          |
|              | Área que cuida da água                                       | 5          |
|              | Área que mantém a quantidade da água                         | 2, 3, 4, 6 |
| Cultural     | Área que não deve ser cortada porque a família ensinou assim | 1          |

Fonte: elaborado pela autora (2013).

Assim como na localidade Fraga, ao analisar os relatos espontâneos e aqueles expostos após a intervenção da pesquisadora (Gráfico 4), observam-se diferenças principalmente no que diz respeito ao aspecto ecológico, que predominou no momento do questionamento, reforçando a relevância da linha do tempo na apreensão de diferentes percepções.

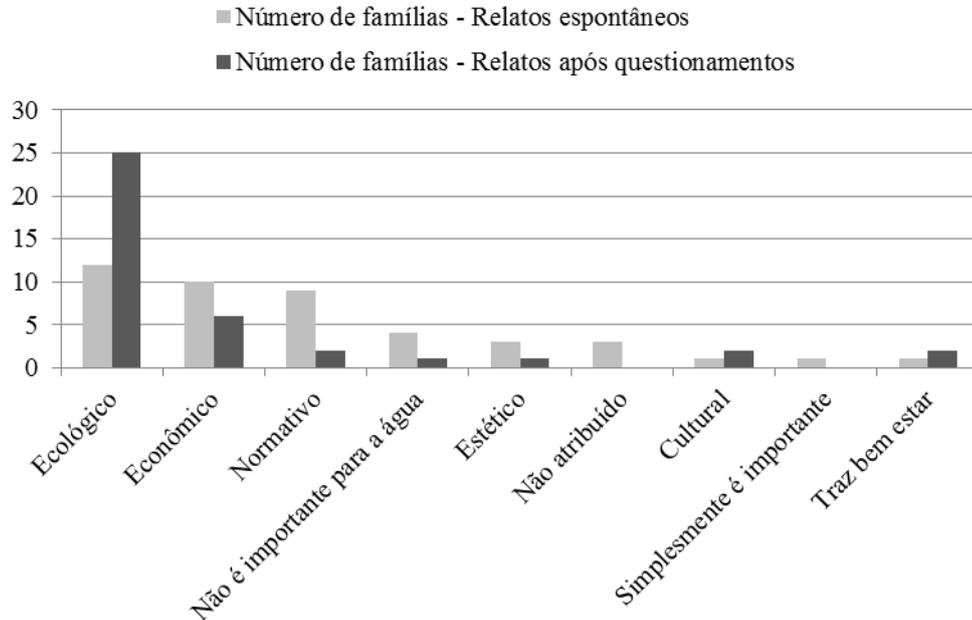
**Gráfico 4 – Significados atribuídos às matas ciliares na localidade Linha Padre Vieira, conforme o número de famílias e o momento do relato.**



Fonte: elaborado pela autora (2013).

Dessa forma, ao reunir os dados obtidos nas três localidades (Gráfico 5), antes e após os questionamentos, fica visível a diferença principalmente no que se refere ao valor ecológico, que se destacou dos demais após a intervenção da pesquisadora.

**Gráfico 5: Significados atribuídos às matas ciliares nas três localidades, conforme o número de famílias e o momento do relato.**



Fonte: elaborado pela autora (2013).

#### 4.3.2 Matas ciliares no Mapa da área

Além da análise da linha do tempo, os mapas construídos por cada família também permitiram observar como as matas ciliares são consideradas pelos participantes. Algumas famílias não representaram esses espaços em seus desenhos, enquanto que outras expressaram com detalhamento suas áreas, sendo que a tabela 7 resume essas informações por localidade.

**Tabela 7 – Resumo, por localidade, das famílias que incluíram as matas ciliares no mapa da área e das famílias que não incluíram esse aspecto no desenho.**

| Localidade         | Famílias que incluíram a mata ciliar no desenho | Famílias que não incluíram a mata ciliar no desenho |
|--------------------|---|---|
| Fraga              | 1, 2, 4, 5, 6, 7 e 9                            | 3 e 8   |
| Caraá Central      | 1, 2, 4, 5, 7, 8 e 9                            | 3, 6 e 10   |
| Linha Padre Vieira | 1, 2, 3, 4 e 6                                  | 5   |

Fonte: elaborado pela autora (2013).

Observa-se que, dentre os participantes que não incluíram a mata ciliar no mapa, estão as famílias 3 do Fraga e a família 5 da Linha Padre Vieira, as quais também não haviam citado os significados desses espaços espontaneamente na construção da linha do tempo, e que relataram situações em que foram multadas por infrações ambientais. Essas duas famílias hesitaram em fazer o desenho, por receio de “errar” o traçado, mas após reforçar-se a

importância de expressarem como percebem a área, do seu jeito, o mapa foi construído. Vale salientar que, muito embora a família 3 (do Fraga) não tenha apontado a presença da mata ciliar no desenho, as vertentes existentes na área foram incluídas com detalhamento, onde o participante relatou até mesmo a distância aproximada uma da outra.

Ressalta-se que a família 8, do Fraga, também expôs ter dificuldade em construir o desenho, solicitando auxílio da pesquisadora na demarcação dos traçados. Nesse mesmo sentido, o participante da família 10 do Caraá Central delimitou a área no verso da folha da entrevista, por receio de “errar” na cartolina. Esses exemplos reiteram a relevância de considerar esses “receios” dos participantes e de buscar cada vez mais demonstrar o quanto os conhecimentos de cada família, expressos de sua maneira, isentos de um julgamento enquanto certo ou errado, são fundamentais.

Vale chamar a atenção para a família 3 do Caraá Central, a qual não incluiu a mata ciliar em seu desenho mas, a cada momento da conversa que seguiu após o mapa estar construído, se dava conta de mais algum detalhe que havia esquecido de representar: “*Para aí, deixa eu ver, aqui é a estrada, tá, aqui é a roça. Mas vem cá, aqui é a divisa, o mato de calipio que eu tenho e acácia é aqui oh. Quer ver uma coisa, se sair aqui fora, eu saio aqui fora e mostro*”. O fato de estimular esse exercício de percepção já demonstra o quanto essa ferramenta metodológica pode contribuir para um olhar mais atento, visto que possibilitou refletir sobre a forma como cada área está sendo ocupada.

Destaca-se que algumas famílias, enquanto desenhavam, descreviam a área, como o caso da participante 2 da localidade Fraga que relatou:

*Pra mim aqui vai passar o rio, pra mim na minha cabeça o rio vem aqui. A terra do pai continua pra lá, segue. Eu podia ter feito mais pra cá esse rio... pra mim segue. E aqui tem mato, por tudo tem mato. Vou desenhar uma coisa como uma árvore, que tem bastante mato, na beira do rio é o que mais tem.*

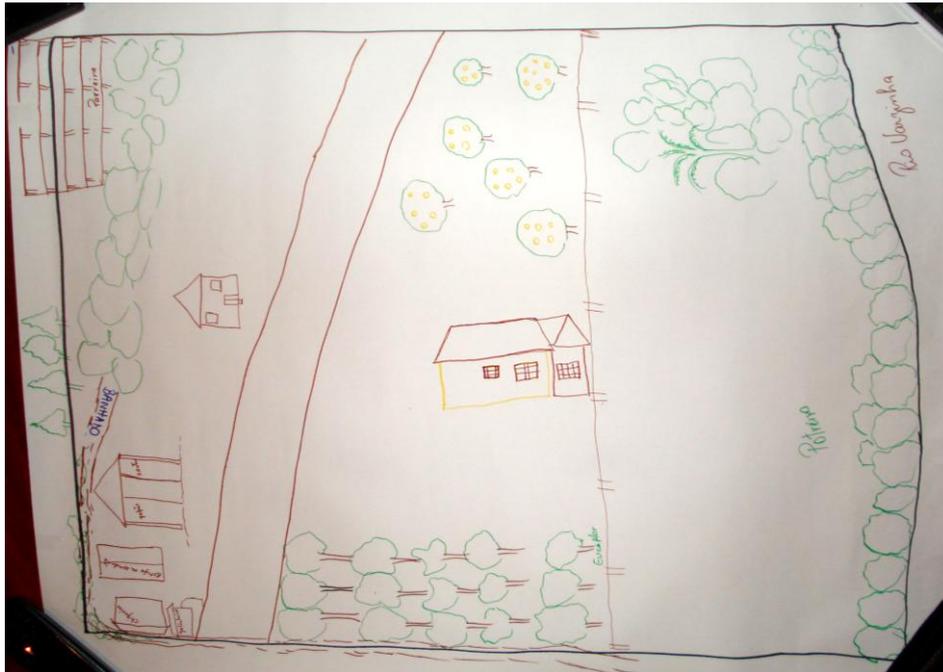
No mesmo sentido, a família 5, também do Fraga, relatou enquanto desenhava a vertente: “*Ela vem, aqui pra baixo que é mato, ela passa no mato com 50 metros a mais. Eu só botei assim pra baixo né. Atravessa o rio e é mato, tudo é mato*”. Observa-se, nessa descrição, até mesmo a medida da mata em torno do recurso hídrico, demonstrando o detalhamento com que o espaço é visto pela família. A participante 6 desta localidade, da mesma forma, citou:

*Árvores, aqui no caso, vamos dizer que é o vizinho né, do outro lado do rio. Tá, aqui uma boa parte então é mata ciliar né. Daí aqui é campo. Tá, vamos fazer a linha do rio, me parece que ele faz uma certa curva, mas aí eu não sei tá. Vamos fazer as*

*árvores. É que tudo a nossa terra tem, é toda a extensão vamos dizer assim. Talvez não tenha a largura que a lei agora pede né, não sei. Não tem 10 metros de largura, ele não é muito grande.*

Se expressa, nesse exemplo, a percepção da família sobre a área, cujo detalhamento também foi observado no desenho construído pela participante (Figura 16).

**Figura 16 – Mapa da área, construído pela família 6 da localidade Fraga.**



Fonte: fotografia da autora (2013).

Uma situação observada a partir do uso de diferentes ferramentas metodológicas em campo foi a diferença do que foi relatado e desenhado no mapa com o que foi possível visualizar caminhando pela área. Exemplo disso ocorreu com a família 7, do Fraga, a qual apontou: “Hoje no arroio 90% tem mato na volta”. Ao percorrer a área, no entanto, observou-se um número pequeno de árvores em seu entorno, o que leva ao questionamento sobre o que se entende como mato e permite refletir sobre a forma como essas informações são apreendidas pelas famílias.

Vale destacar ainda, no Fraga, que a família 4, além de desenhar sua área, esboçou, no verso da cartolina, o caminho dos recursos hídricos que perpassam a localidade, demonstrando uma apropriação importante do espaço, e reforçando o papel dos agricultores enquanto conhecedores do ambiente local. Outro aspecto a ser citado foi a participação ativa de uma adolescente de 14 anos, filha do casal de agricultores (família 9 – Fraga), na construção do mapa juntamente com os pais, auxiliando na escrita e no ato de lembrar os espaços que compõem a área.

No Caraá Central, algumas famílias também descreveram a área enquanto desenhavam, apontando as medidas da mata e trazendo a ideia de reserva ou área de preservação em suas falas.

*No caso isso aqui oh, preservação aqui assim oh, aqui é área de preservação. É 20 metros mais ou menos (família 1); Essa aqui oh, essa área aqui que nós fechamos, do lado da nossa, ali embaixo, que nem aqui é o rio e essa área aqui oh, fora fora que nós fechamos. Aqui tem 15 metro de reserva. E aqui tem mais de reserva, aqui deve ter uns 30 metro de reserva, nessa parte aqui, ou mais. A gente tá botando uma base. Mas lá não é fechado só tem as mata né (Família 2); Começa no rio, tem o rio ali, depois tem o mato, aí tem a estrada. 15 metro de mato. E aqui é vertente. Tem uma mata meio desajeitado mas, daí aqui, aqui também corre pra baixo. Depois daqui ele vai lá pro rio, depois lá pra baixo, mas aqui também tem matinho daí, mais ou menos aqui assim tem um mato de novo, é outra vertente, ali é outra vertente que não seca (Família 7).*

As três famílias cujos relatos foram citados acima integraram o Projeto VerdeSinos, para o qual mata ciliar foi medida e demarcada, sendo essas informações frequentemente citadas durante a entrevista. A família 7 citou o mato como desajeitado e representou essa percepção também ao diferenciar as árvores nativas do cultivo de eucalipto, conforme a figura 17.

**Figura 17 – Mapa da área, construído pela família 7 da localidade Caraá Central.**



Fonte: fotografia da autora (2013).

A ideia de reserva e a medida da mata também foram citadas pela família 5:

*Então aqui tem uma reserva que é do rio. Tinha uma lavoura aqui e uma reservazinha aqui assim também na beirada, de um lado e de outro. Aqui é mato também, tem uma beirada de mato, é pouco, aqui é pouco mato. Alfafa até bem dizer a beira do rio, porque aqui ficou uma lasquinha, ali não plantei. Tem a beiradinha da beira do rio né. Sempre tem árvore na beira do rio, ali tem bastante, mas não é assim, dizer que tem 10 metros.*

A beirada, dessa forma, se mantém em torno do arroio não necessariamente com a largura exigida por lei, mas como a “lasquinha” que, ao longo do tempo, tem permanecido fora do que se considera como espaço produtivo. Como contribui Pietrafesa de Godoi (1999, p, 113) “Cada aspecto, cada detalhe dos lugares, possui um sentido inteligível somente para os membros do grupo, porque todas as partes do espaço por ele ocupadas passaram a se constituir em pontos de marcação de um tempo por ele vivido”. No caso do uso da terra para potreiro, nem mesmo as “lasquinhas” permanecem em alguns casos, como descrito e desenhado pela família 4, que apontou com precisão os trechos do arroio cobertos ou não pela vegetação:

*Tem algumas margens do arroio que tem parte que tem mato né, essa parte aqui. É as árvores. Uma parte aqui, lá em cima tem outra parte, aqui desse lado também tem. Ali em cima tem aquela parte lá tem, deve ser aqui né, é uma parte que tem mato também. Ali tem uma beirada que tem mato, e aqui esse aqui é potreiro no caso e aqui tem outra parte que é mato. Tem um pouco de cada lado. É um pouco de mato aqui. Ela não é toda destapada né. Aqui no caso não tem né, porque é limpo. Ali não tem porque é potreiro e a terra ali ficou limpa, tá limpa, essa área não tem, é um trechinho pequeno ali que não tem, só que tem essa aqui embaixo e lá em cima né. Até é uma questão uma margem ali dum 100 metros que não tem mato, era potreiro daí ficou limpo né, não foi criado mato em questão do potreiro naquele lado ali.*

Ainda no Caraá Central, vale chamar a atenção para a construção do mapa pela família 9, que, além de representar o arroio e a mata ciliar da vertente até o ponto em que deságua no Arroio Caraá, demonstrou interesse em aprimorar o desenho em outro momento, se dispondo a parar um dia o seu trabalho para percorrer toda a área, com a pesquisadora, para mapeá-la por completo. O participante iniciou o mapa de uma forma e ao longo do desenho foi percebendo que deveria refazê-lo, e é justamente o fato de “se dar conta” de como sua área está organizada que justifica o uso dessa ferramenta em um trabalho de percepção. A família relatou enquanto rabiscava:

*Isso tudo aí oh, aqui é potreiro, do meu pra cima aqui é potreiro, lá a vertente lá é mato. Vertente aqui oh, aqui é mato, aí depois aqui é potreiro, sai no que é meu até um certo ponto aqui já não é mais potreiro, já é o mato de novo, e entra no do vizinho aqui isso aqui tudo é mato por aqui assim. Tudo vem mato, meio reto né.*

*Depois por aqui assim mais ou menos tem a cascata, a cascata é mais ou menos nesse meio aí, depois ela desce mais um pouco no terreno do vizinho, é mato ainda, e vem. Aqui entra no que é meu de novo, ainda é mato, mais ou menos meio terreno aqui é mato, mato com aquelas içara, mato virgem, grosso, dentro da beira do arroio tudo cheio de içara aquelas de fazer palmito né. E aquelas que dá as pombinha laranja, a corticeira. Tudo é mato, até aqui oh, aqui não. Aí ali tem o arroinho. Mato tem mais né, que nem aqui essa beirada aqui de um lado não tem oh, no que é meu, no caso de um lado é mato do lado todo oh, todo ele tem mato, até o fim do terreno bem dizer, depois é que já vai no terreno dos vizinho ali que é limpo ali né, que ali onde tá cercadinho ali tem mato de um lado também, tá cercadinho ali.*

Como contribui Pietrafesa de Godoi (1999, p. 112), nesse sentido, “Vemos a memória se inscrever no solo do lugar e, à medida que seguimos a narração, os movimentos feitos não são apenas o percorrer um espaço, são antes a sua própria criação. Assim, o espaço serve para pensar o tempo”. Recriando esse espaço, no pensamento e no papel, é possível fazer uma releitura da área que têm mantido diferentes gerações, um processo reflexivo fundamental no que se refere à continuidade das atividades de acordo com a capacidade desse ambiente. O tempo, da mesma forma, auxilia no ato de repensar o espaço, como foi visível na construção do mapa pela família 1 da Linha Padre Vieira, a qual já havia concluído o desenho quando lembrou de um fato envolvendo a mata ciliar e, assim, a incluiu na representação, citando: “*teve um professor fazendo uns estudos na nossa área. Vai até o rio a nossa área. Ali é mato, é nosso também. Tem pedaço aí que tem até 30 metros, outros tem uns 15, da estrada até o rio*”. Destaca-se que essa informação somente apareceu no final da entrevista, reiterando a relevância de destinar um tempo com cada família que permita com que os acontecimentos sejam de fato compartilhados.

O detalhamento dos trechos do arroio com ou sem a presença da vegetação foi visível nas descrições das famílias 2, 3, 4 e 6 da Linha Padre Vieira, que relataram durante a construção dos desenhos:

*Que aí o rio tá ali, vai subindo, aí é daqui pra cima, bem dali assim oh, começa a ter mato, aqui pra baixo não tem, só do outro lado. Aí aqui tem um açudezinho, aí tem uma aguinha que vem do mato, que daí aqui nesse pedaço não tem mato, aí aqui do lado tem mato daí (Família 2); No caso o rio é aqui e aqui é mato até aqui na roça, dá uns 20 metro acho, mais ou menos, é de 20 pra fora. Aqui tem uma sanga no meio aqui que é roça pra cá e roça pra cá. Uma sanga forte que nunca secou, que é respeitada no caso, é capoeira nos lado. Capoeira e bastante (Família 3); Aqui a divisa é o rio oh, a sanguinha que passa. E aí só tem um pedacinho de mato e aí é roça, vem até logo ali oh. Aí só tem essa beirinha de capoeira aqui, que é na beira do rio e o resto é lavoura ali. Aqui é capoeira, é, porque aqui pega beira de rio, tem um eito só de capoeira ali (Família 4); E aqui, esse pedacinho aqui em cima também aqui tem uma vargeazinha ali que é mais ou menos isso aqui assim oh, que aqui tem a vertente d'água que tá ali naquele cantinho ali. Ali é praticamente na divisa que tem umas árvores alta, ali é a vertente, que puxa a água pra cá (Família 6).*

A mata ciliar, nesses casos, aparece presente enquanto “capoeira”, “árvores altas”, “mato”, e sua ausência em alguns trechos também foi citada e representada no desenho, conforme o exemplo na figura 18 (família 2).

**Figura 18 – Mapa da área, construído pela família 2 da localidade Linha Padre Vieira.**



Fonte: fotografia da autora (2013).

Dessa forma, observa-se que, de uma forma geral, a mata ciliar foi apontada nos desenhos pelas famílias entrevistadas, sendo que em alguns casos o exercício resultou em um detalhamento de trechos com ou sem vegetação, demonstrando como esses espaços são percebidos pelos agricultores. O ato de fazer e refazer os traçados, sair à rua para observar sua área e retornar ao mapa, lembrar de detalhes mesmo quando o desenho já estava construído, se dispor a continuar o mapeamento em outro momento, já se configuram como resultados relevantes, reafirmando o quanto recorrer à memória pode contribuir para um melhor entendimento do espaço rural.

## 5 O VAI E VEM DA MEMÓRIA

Além dos significados atribuídos à mata ciliar, a retomada da memória permitiu reconhecer alguns usos desses espaços, cujas informações transitaram entre o que se fazia no tempo dos pais e avós e como as intervenções se dão nos dias de hoje, havendo relatos sobre usos da família e algumas situações envolvendo vizinhos e arredores. Ao analisar cada uma das localidades, é possível observar como determinados fatos marcaram diferentemente as linhas do tempo construídas. A memória trouxe à tona, nesse mesmo sentido, algumas marcas deixadas pela influência da legislação, remetendo a diferentes sentimentos, cujos relatos são discutidos no final deste capítulo.

### 5.1 USOS NO FRAGA

A partir da análise de todas as linhas do tempo construídas na localidade Fraga, onde as informações trazidas por cada família foram sobrepostas, a fim de identificar possíveis semelhanças na retomada da memória, foi possível realizar uma descrição dos usos das matas ciliares nessa localidade.

Assim, identificou-se que, a partir de 1990, há citações de que o mato voltou a se regenerar, ao mesmo tempo em que as situações de derrubada passaram a ser fiscalizadas, sendo a presença do IBAMA relatada nesse período. Além disso, a proibição do extrativismo da planta conhecida popularmente como areca ou palha uricana também foi citada na década de 90, bem como a relação da emancipação do município com um maior cuidado das áreas de mata pelos moradores. De 1950 a final de 1960, por sua vez, as famílias relataram que a mata ciliar não era usada, nem mesmo pelo gado, e um dos participantes citou que se deixava a mata como um fundo de reserva, para ser cortada quando fosse necessário. No entanto, o uso de madeira nativa para construção de barris de vinho foi citado até aproximadamente 1965. De 1970 a 1990 foram relatados usos das matas ciliares pelo gado, para lavoura, potreiro, extrativismo de areca, como descarte de materiais e como locais sujeitos ao desmatamento. A partir do ano 2000, por sua vez, percebe-se a presença do cultivo de eucalipto próximo às nascentes e sua relação direta com a diminuição da quantidade da água. Além disso, nesse período são relatadas ações de plantio de mudas na beira do arroio e uma visão de que “o pessoal está cuidando mais”. No período atual, o relato que prevaleceu foi o de não uso da mata ciliar, com exceção de três famílias que citaram: uso da mata para coleta de produtos;

existência do potreiro próximo à margem; e presença de um chiqueiro e serraria onde deveria ter a mata.

A linha do tempo a seguir (Quadro 4) resume as falas relacionadas ao uso da mata ciliar de todos os participantes dessa localidade, e pretende ilustrar o que apareceu de uma forma geral ao longo do tempo.

**Quadro 4 – Linha do Tempo referente aos usos da mata ciliar, construída a partir da sobreposição de todas as linhas do tempo das famílias visitadas na localidade Fraga.**

|  |      | <b>FRAGA</b>  |  |
|--|------|---|--|
| 7 – Hoje 40% do arroio tem mato na volta                 |      | 1 – Madeiras exóticas para tudo                       | 6 – Tem mais uns 15 metros de cada lado      |
| 5 – Preservada, plantou seis mudas de eucalipto          |      |   | 8 – Mato igual                               |
| 4 – Não usa/Só tem o potreiro perto                      |      |   | 9 – Tem mato como antes                      |
| 3 – Respeita a beirada                                   |      |   | 2 – Sangas secando por desmatamento          |
| 1 – Não usa  |      |   | 1 – Denúncia da serraria na beira            |
| 6 – Palha uricana, helicônia                             |      |   |  |
| 3 – Primo plantou eucalipto e secou vertente             | 2010 |   |  |
| 8 – Pessoal desmatava e IBAMA vinha                      |      | 1 – Madeira nativa para tudo                          | 7 – Plantou mudas e colocou cerca            |
| 7 – Vizinho plantou eucalipto e secou vertente           | 2000 |   | 2 – Pessoal cuidando mais                    |
| 3 – Cortou mato na beira e foi multado                   |      |   | 8 – Mato igual hoje                          |
| 6 – Não tiravam mais areca, IBAMA mais presente          |      | 2 – Depois que emancipou, pessoal cuida mais          |  |
| 4 – Voltou a ter mato (pessoal indo embora)              | 1990 | 6 – Abriram mato até a beira da Quebrada para lavoura |  |
| 7 – Desmatavam mais                                      |      |   | 2 – Pai jogava tudo que era ruim na beira    |
| 6 – Vizinho abria potreiro e limpava tudo                | 1980 |   | 2 – Desmatavam mais                          |
|  |      |   | 6 – Quebrada com mato na beira               |
|  |      |   | 6 – Tiravam areca                            |
| 4 – Lavoura ia até a beira                               | 1970 |   | 9 – Mato igual hoje                          |
|  |      |   | 1 – Gado bebia água na beira                 |
| 3 – Quando chovia gostava de roçar capoeira, cortar mato | 1960 | 1 – Barris com madeira nativa                         | 3 – Nem o gado ia na beira                   |
| 5 – Área não era usada                                   |      |   | 3 – Mato era deixado para quando precisa ter |
| 5 – Gado não usava a beira do rio                        | 1950 |   |  |
|  | 1940 |   |  |
|  | 1930 |   |  |
|  | 1920 |   |  |
|  | 1910 |   |  |
|  | 1900 |   |  |

Fonte: elaborado pela autora (2013).

Ao olhar para cada família, no entanto, vale destacar algumas observações relevantes no que se refere à necessidade de pensar os usos das matas ciliares no momento atual. Nesse

ponto, as observações feitas durante as caminhadas pelas áreas contribuíram significativamente, pois permitiram refletir sobre o que foi dito e desenhado com o que se visualizou estando no local. A tabela 8 apresenta o que se chamou de “usos no presente” das áreas, contendo as informações relatadas por cada família, o que permite algumas considerações. Vale ressaltar que, como afirmou Halbwachs (2006, p. 104),

Em realidade, no desenvolvimento contínuo da memória coletiva na realidade não há linhas de separação claramente traçadas, como na história, mas apenas limites irregulares e incertos. O presente (entendido como o período que se estende por certa duração, a que interessa à sociedade de hoje) não se opõe ao passado como dois períodos históricos vizinhos que se distinguem.

Assim, não se pretende opor passado e presente, já que se entende a continuidade inerente à memória. O que se busca, nesse caso, é apresentar como as famílias observam as matas ciliares nesse momento, sabendo que a trajetória percorrida reflete nessa percepção.

**Tabela 8 – Resumo, por família, dos usos das matas ciliares na localidade Fraga, no presente.**

| <b>Família</b> | <b>Usos no presente</b>   |
|----------------|---|
| 1              | Não usa   |
| 2              | Preservada (30 metros para cada lado)   |
| 3              | Não usa   |
| 4              | Não usa, só tem o poteiro perto   |
| 5              | Preservada; fora da escritura, tem 6 mudas de eucalipto plantadas por ele   |
| 6              | Coletam produtos (areca); tem quem coleta helicônia também; tem uns 15 metros de cada lado  |
| 7              | Têm mudas que ele plantou e cerca para proteger; tem bebedouro para o gado não pisotear tudo; chiqueiro está na beira; hoje 90% do arroio tem mato na volta |
| 8              | Não usa   |
| 9              | Não usa   |

Fonte: elaborado pela autora (2013).

Observa-se na tabela 8 que o não uso da área, bem como o fato de ser considerada como preservada (onde também não há um uso, mas prevalece a noção de espaço protegido) apareceram com maior frequência nos relatos. Em contrapartida, apenas três famílias apontaram intervenções do gado, coleta de produtos nesse espaço e a presença de infraestrutura como chiqueiro. No entanto, retomando as imagens e as anotações feitas no diário de campo, após cada visita, observam-se alguns pontos que merecem atenção. No que se refere à família 1 dessa localidade, por exemplo, o relato de não uso se contrapõe ao que se observou em campo, onde a vegetação é praticamente inexistente em trechos do arroio (Figura 19) e a área que seria de preservação permanente apresenta algumas infraestruturas como um chiqueiro e uma serraria. Essas observações, possibilitadas pelo conjunto de

ferramentas metodológicas escolhidas nesta pesquisa, permitem inferir, dentre outros aspectos, que o que se entende por mata ciliar é uma estreita camada de árvores ao longo do arroio, não chegando a um metro de largura em algumas partes, ou mesmo que a mata ciliar, para essa família, não representa um espaço relevante em sua unidade produtiva. Martini e Trentini (2011, p. 618) contribuem, nesse sentido, quando destacam, ao tratarem da agricultura familiar típica, que “Em tal contexto, as terras marginais aos cursos d’água, que deveriam estar ocupadas pela mata ciliar, são uma extensão da área de entorno das residências, quando não as próprias residências e construções contíguas ocuparem as margens [...]”. Exemplo disso também foi observado na área da família 3, que relatou um não uso da área, sendo que a moradia localiza-se na margem do arroio, cuja faixa de vegetação, da mesma forma, apresenta-se estreita (Figura 19).

**Figura 19 – Área da família 1 (à esquerda), com estreita faixa de mata ciliar em torno do arroio. À direita, moradia presente na margem do arroio, com estreita faixa de vegetação, observada na área da família 3.**



Fonte: fotografias da autora (2013).

Ressalta-se que a área da família 1 é dividida com a família 7, visto que os participantes são irmãos. No entanto, as percepções de ambos sobre o mesmo espaço apresentam diferenças significativas, corroborando com Bosi (1994, p. 411) quando afirma que “Por muito que se deva à memória coletiva, é o indivíduo que recorda. Ele é o memorizador e das camadas do passado a que tem acesso pode reter objetos que são, para ele, e só para ele, significativos dentro de um tesouro comum”. A família 7 reconheceu a presença do chiqueiro na margem do arroio como prejudicial e relatou ainda que, a partir de informações recebidas em reunião, cercou parte do arroio para limitar o acesso do gado, plantando também algumas mudas. Esses dados apontam que há um olhar para esse espaço por esta família, dada a iniciativa em recuperá-lo e a percepção das interferências negativas a que o mesmo está sujeito. Vale destacar ainda que, ao caminhar pela área com a participante

da pesquisa, esta apontou para a cerca colocada na beira do arroio, a menos de um metro do recurso hídrico, o que não desmerece a ação, mas pressupõe que para essa família a ideia de mata ciliar também remete a uma estreita faixa de árvores ao longo do arroio.

Destaca-se ainda que esse mesmo arroio está presente na área da família 2, onde possui uma largura maior de mata no seu entorno, mas que apresenta menos da metade da medida indicada pela participante (30 metros de largura de cada lado). A ideia de área preservada, nesse caso, coincide com o observado em campo, muito embora a estimativa da quantidade de mata se diferencie do que foi encontrado. Assim como a família 7, há um olhar diferenciado sobre a mata ciliar pela família 2, visível também através da linha do tempo e da construção do mapa da área.

Vale citar também uma situação identificada na área da família 5, que apontou a mata como preservada (estando a vegetação de fato ali presente), mas relatou: “*Atrás do galpão ali ficou aquele chão assim deserto. Peguei, plantei seis mudas de eucalipto. Tá ali, umas tora assim já. Se não plantar árvore em recosta vai, vai, fica um ladeirão brabo. Se tem árvore plantada preserva a terra, não sai a terra*”. Destaca-se, nesse caso, a importante decisão de plantar as mudas, no entanto, a espécie escolhida não é indicada para esse fim, já que se caracteriza como exótica, enquanto que a restauração preconiza “[...] o plantio misto com o máximo de diversidade de espécies nativas possível, procurando recuperar tanto a estrutura como a dinâmica da floresta.” (KAGEYAMA; GANDARA, 2009, p. 255).

No que se refere às famílias 4 e 6, vale salientar que ambas dividem a mesma área e, conseqüentemente o mesmo arroio, visto o parentesco presente. Cada participante, no entanto, citou um tipo de uso para o local, já que uma família comercializa uma planta extraída da mata, enquanto a outra reconheceu o acesso do gado à área. Mais uma vez, destaca-se a importância da escuta de cada indivíduo, já que, como afirmou Bosi (1994, p. 413) “O que as recordações tenham em comum, ou em paralelo, é o que esperávamos, mas o que nos chama a atenção são as diferenças de observações sobre o mesmo fato [...]”. O arroio que atravessa a área dessas famílias (Figura 20) possuiu uma mata considerável no seu entorno, com a presença de epífitas da família Bromeliaceae, características de matas em estágio médio e avançado de regeneração. Esse tipo de vegetação também foi observado na área arrendada pela família 8 (Figura 20), que citou o não uso da mata e pouco relatou sobre esse espaço durante a entrevista, demonstrando que a presença da mata ciliar parece não interferir em sua unidade produtiva, o que também foi observado nos relatos da família 9.

**Figura 20 – Arroio presente na área das famílias 4 e 6 (à esquerda) e área arrendada pela família 8 (à direita).**



Fonte: fotografias da autora (2013).

Dessa forma, na localidade Fraga, algumas famílias possuem áreas com uma largura significativa de mata no entorno, a reconhecendo como tal, enquanto que para outras, esse espaço passa despercebido. Ao mesmo tempo, aparece a ideia de mata ciliar como uma estreita faixa de vegetação em torno do arroio, já que os usos identificados a restringem a poucas árvores presentes na margem. O extrativismo da planta areca, por sua vez, aparece como um exemplo de integração direta desse espaço à unidade produtiva, significando, como relatou a participante, *“uma coisa bem rentável”*. No entanto, a legislação ambiental restringe essa atividade, muito embora a família tenha afirmado o seguinte: *“eu sei que ela não é proibida porque teve gente tirando no mato da mãe, lá do meu irmão, e ele ligou pro IBAMA e o IBAMA disse não, tá liberado, podem tirar”*. A necessidade de critério no manejo dessa planta também foi apontada pela família, que enfatizou:

*A gente tira, mas bem pouquinho porque ela é muito difícil de se... ela não vem com muita facilidade, então tem que cuidar pra não matar o pé, aquela coisa toda, não pode tirar muitas folhas. Pra quem é criterioso, é uma renda, é uma ótima renda. Só assim, lugares onde que não existe critério, vai ter gente tirando até...*

Fica visível, nessa fala, a percepção da necessidade do estabelecimento de limites nessa atividade, para que o produto que hoje representa uma renda considerável se mantenha e se desenvolva mesmo após a retirada das folhas. O uso da planta conhecida como helicônia (*Heliconia* sp.), da mesma forma, foi relatado pela família 6 como uma atividade realizada na região:

*Outra coisa que aqui tem que o pessoal leva que também é do mato e que também eles tão tirando agora é uma flor de uma helicônia, que tem na beira do rio, meu marido não tira no caso, nós não é a nossa função, mas é uma helicônia natural*

*daqui e que como no caso frutos e flores e coisa pode ser levado, na época eu sei que tem um cara que leva, eu conheço pessoas que tiram né a flor e aí o pessoal, o cara leva. Também uma renda, não estraga o pé porque ela vem inteira, no caso ela brota né, ela não vem da semente, não vem da flor, ela brota, e aí agora dá pra aproveitar, uma coisa que se fosse um ano, dois atrás era... Que a gente saiba dentro daquilo que a gente é leigo. Mas esse negócio eu acho que, eu acredito porque como meu irmão ligou pro IBAMA pra saber.*

Mais um exemplo de possibilidade de extrativismo se apresenta nesse caso, sendo as áreas de beira de rio propícias ao desenvolvimento da planta apontada pela família.

## 5.2 USOS NO CARAÁ CENTRAL

No que se refere aos usos da mata ciliar na localidade Caraá Central, duas situações em específico foram destacadas nas linhas do tempo como determinantes na mudança no manejo desses espaços. A proibição do uso de madeira nativa no processo de secagem do fumo, a qual levou à diminuição do desmatamento dessas áreas, foi um exemplo. Cada família apontou datas diferentes para a limitação dessa atividade, variando de 1980 a 2011, levando-nos a inferir que há poucos anos essa prática teria deixado de ocorrer. Além disso, a intervenção do Projeto VerdeSinos, de 2010 em diante, foi citada como responsável pelo cercamento, plantio de mudas e conservação desses espaços. Da metade da década de 40 até os dias de hoje, de uma forma geral, as famílias relataram que a “beirada” de mato se manteve, com exceção de algumas situações de derrubada, lavoura até a beira do rio e acesso do gado à área. Assim, os usos transitaram entre um “não uso”, a derrubada para aproveitamento da madeira nativa na secagem do fumo e a conservação impulsionada por um projeto. No período atual, o relato que prevaleceu foi o de não uso da mata ciliar, com exceção de três famílias que citaram o acesso do gado à área, sendo que uma delas apontou ainda o cultivo de alfafa próximo à margem. A linha do tempo a seguir (Quadro 5) resume os relatos, relacionados ao uso da mata ciliar, de todos os participantes dessa localidade, de forma a ilustrar o que apareceu ao longo do tempo.

**Quadro 5 – Linha do Tempo referente aos usos da mata ciliar, construída a partir da sobreposição de todas as linhas do tempo das famílias visitadas na localidade Caraá Central.**

| <b>CARAÁ CENTRAL</b>                              |  |
|---|--|
| 9 – Potreiro e mato nas beiradas                  | 6 – Tem mato/Sempre teve   |
| 8 – Mato se manteve                               | 5 – Pessoal alargando mais/Deixando mais mato                                    |
| 4 – Abandonado/Quase 100% é mato                  | 3 – Preservado   |
|   | 1 – Deixa os matos   |
|   | 2 – Preservado   |
|   | 10 - Verde Sinos/Mudas   |
|   | 2 – Mudas e cerca  |
| 9 – Proibiram lenha nativa para fumo              | 1 – Cerca na mata  |
| 2010  |  |
| 9 – Orientação para não usar lenha de mato nativo | 7 – Verde Sinos/Terneiros tomam água   |
|   | 8 – Até aqui lenha mato nativo para fumo   |
|   | 1 – Gado usava beira do rio  |
|   | 9 – Multa para vizinho que queimou lenha   |
| 2000  | 1 – Não usava mais lenha de mato   |
| 1990  |  |
| 1980  | 7 – Até aqui madeira de mato nativo para fumo                                    |
|   | 5 – Até aqui madeira nativa para fumo  |
| 8 – Sempre teve beirada de mato                   | 1 – Pai deixou criar mato  |
|   | 6 – Pai dizia para não cortar beirada/Sempre teve árvores/Foi xingado por cortar |
| 1970  | 1 – Lavoura ia até o rio   |
|   | 9 – Mais mato na beirada   |
| 1960  |  |
|   | 4 – Pai nunca cortou toda a beirada  |
|   | 7 – Derrubaram para plantar fumo   |
| 1950  | 7 – Tinha mato na beirada  |
| 1940  | 10 – Já tinha mato   |

Fonte: elaborado pela autora (2013).

Assim como no Fraga, a análise considerando cada uma das famílias entrevistadas, cujos relatos sobre os “usos no presente” das matas ciliares encontram-se na tabela 9, permite algumas considerações.

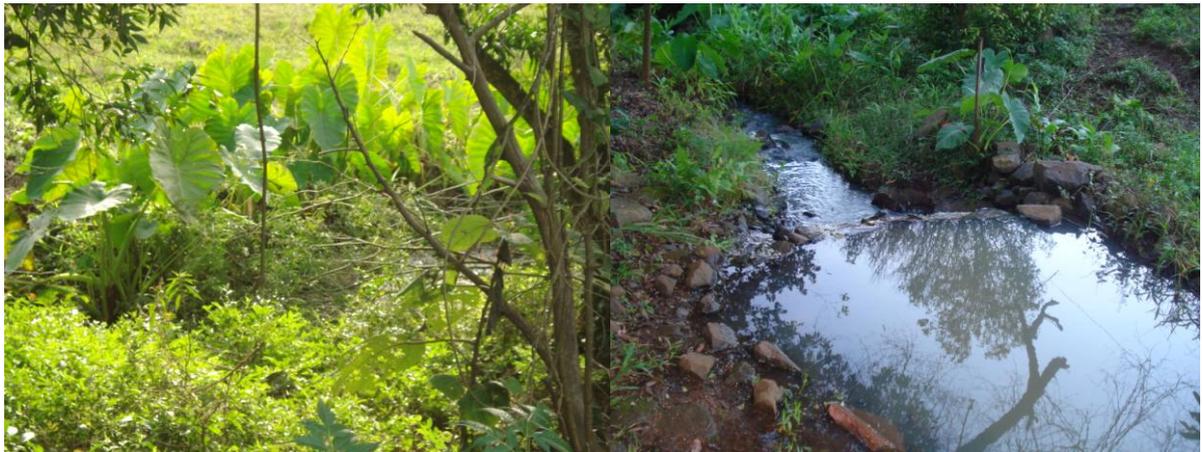
**Tabela 9 – Resumo, por família, dos usos das matas ciliares na localidade Caraá Central, no presente.**

| <b>Família</b> | <b>Usos no presente</b>  |
|----------------|--|
| 1              | Preservado (deixou 20 metros para o Projetos Verde Sinos)  |
| 2              | Preservado (deixou 15 metros para o Projetos Verde Sinos, plantou umas 30 mudas); com a pecuária tem muita beira de mato com campo |
| 3              | Preservado, de um lado e de outro  |
| 4              | Está abandonado, quase 100% em mato  |
| 5              | Tem alfafa até bem dizer a beira do rio; pessoal está alargando; gado tem acesso   |
| 6              | Preservado   |
| 7              | Preservado (deixou 15 metros para o Projetos Verde Sinos); terra abandonada; gado acessa   |
| 8              | Não usa  |
| 9              | Gado acessa, pisoteia, estraga tudo; tem trechos que tem mato  |
| 10             | Preservado (plantaram mudas para o Projeto Verde Sinos)  |

Fonte: elaborado pela autora (2013).

A partir das caminhadas realizadas em cada área, observou-se uma situação semelhante ao que foi encontrado no Fraga, já que a mata citada como preservada ou não utilizada pelas famílias 3, 4 e 8 apresenta-se como uma estreita faixa de vegetação em torno do arroio. Ressalta-se que o arroio que passa na área das famílias 3 e 4 é o mesmo, sendo que ambas as famílias o citaram como preservado, quando uma pequena quantidade de mata, e mesmo sua ausência, foi observada em campo (Figura 21).

**Figura 21 – Área da família 3 (à esquerda) e área da família 4 (à direita).**



Fonte: fotografias da autora (2013).

Da mesma forma, o arroio que percorre a área da família 8 também passa pelo terreno da família 5, que, por sua vez, reconheceu a presença do plantio de alfafa na margem do recurso hídrico e o acesso do gado. Halbwachs (2006, p. 149) contribui nesse sentido quando afirma que:

Embora a memória atinja regiões do passado em distâncias desiguais, segundo as partes contempladas do corpo social, não é porque uns têm mais lembranças do que outros – mas porque as duas partes do grupo organizam seu pensamento em volta de centros de interesse que já não são exatamente os mesmos.

Devido a esses centros de interesses diversos, alguns indivíduos percebem determinados aspectos que para outros, mesmo que compartilhando um mesmo espaço, não são significativos.

No que se refere às áreas das famílias 1, 2, 6, 7 e 10, estas apresentam uma mata significativa no entorno do arroio (que por sinal é o mesmo que percorre por todos os terrenos) ou uma cerca que limita o pisoteio do gado e possibilita sua regeneração (Figura 22). Vale destacar que, nessa localidade, o traçado da estrada passa próximo ao recurso hídrico, o que faz com que a área de preservação permanente seja reduzida ainda mais, demonstrando

falhas no planejamento das obras no município, já que os agricultores relataram que “*não faz muito tempo a prefeitura aumentou a estrada e derrubou na beirada*”.

**Figura 22 – Cerca colocada na área da família 1 (à esquerda) e mata ciliar, ao fundo, da área da família 6 (à direita).**



Fonte: fotografias da autora (2013).

Chama-se a atenção ainda para a espontaneidade da família 9 em afirmar que o gado acessa e prejudica a margem do arroio, com seu pisoteio (Figura 23). Esse aspecto foi enfatizado pelo participante, que relatou:

*E aquela água ali embaixo era bem fresquinha, então tinha várias pocinha, aquela água correndo, perto da hora que dava sede todo mundo ia tomar água, então mais é o gado que estraga, daí não tem mais, aquele poço eles desandam a pisar e vão estragando, vai terminado aquela água, a água vai indo pro fundo.*

**Figura 23 – Área da família 9, com a presença do gado acessando a margem do arroio.**



Fonte: fotografia da autora (2013).

O exercício de releitura do uso desses espaços traz à tona uma crítica à forma com que a própria família utiliza a área, já que se reconhece a interferência negativa do gado na água que, em outros tempos, era aproveitada nos momentos de trabalho na roça. Como destaca

Bosi (1994, p. 57), “[...] o leitor adulto entremeia com suas reflexões a percepção das imagens relidas; e esse convívio de lembrança e crítica altera profundamente a qualidade da segunda leitura. A qual, por essa razão, já não ‘revive’, mas ‘re-faz’ a experiência da primeira”.

Assim, no Caraá Central, a ideia de mata ciliar enquanto uma estreita faixa de vegetação também foi identificada, contrapondo-se aos relatos de não uso ou preservação desses espaços. No entanto, o não uso e a preservação foram observados durante as caminhadas pelas áreas, em cinco das dez famílias entrevistadas nessa localidade, cuja motivação apontada, de uma forma geral, estava relacionada às atividades do Projeto VerdeSinos. Ao mesmo tempo, duas famílias reconheceram intervenções negativas às quais as matas ciliares têm sido sujeitas, sendo o ato de relatar uma maneira de também refletir sobre a forma como esses espaços estão sendo utilizados.

### 5.3 USOS NA LINHA PADRE VIEIRA

Analisando as linhas do tempo da localidade Linha Padre Vieira, observou-se que, do final dos anos 60 até o início da década de 80, a derrubada do mato prevaleceu nos relatos relacionados aos usos das matas ciliares. Desse período em diante, até o ano de 2009, nenhuma situação relacionada ao uso dessas áreas foi relatada. Como questiona Halbwachs (2006, p. 145) “Por que imaginar que todas as lembranças antigas estariam ali, arrumadas, na ordem exata em que sucederam, como se nos esperassem?” O autor complementa ainda, quando trata do tempo, “ele também não se reduz [...] a um contexto homogêneo e inteiramente vazio. Nele encontramos inscritos ou indicados os vestígios de acontecimentos ou personalidades de outrora à medida que respondem e respondem ainda a um interesse ou a uma preocupação do grupo.” (HALBWACHS, 2006, p. 146). Dessa forma, a ausência de relatos sobre as matas ciliares durante aproximadamente três décadas nessa localidade, ao contrário do que foi observado nas demais, pode sugerir que esses espaços passaram despercebidos, visto a existência de outras preocupações, mais representativas, na prática do dia-a-dia desses agricultores. Considerando que a memória retorna no tempo a partir do se que percebe no momento atual, pode-se inferir ainda que a não citação pode indicar que, hoje, as matas ciliares não são consideradas significativas nas unidades produtivas das famílias.

Vale citar que de 2009 em diante aparece a presença de um projeto da UNISINOS<sup>29</sup> na localidade, como citado pela família 6: “*vieram, fizeram, armaram ratoeira, armaram rede,*

<sup>29</sup> Sobre este projeto, as famílias relataram que um professor da UNISINOS havia estado em sua área pesquisando sobre os animais presentes na mata, questionando também sobre a preservação da vegetação da

armaram tudo pra ver o que que tinha de, sabe, de peixe coisa no rio”. Essa intervenção, segundo as famílias, questionou sobre o uso que é feito nas áreas compreendidas como matas ciliares, o que chamou a atenção para esses espaços. No período atual, o relato que prevaleceu foi o de não uso da mata ciliar, com exceção de duas famílias que citaram o acesso do gado.

A linha do tempo abaixo (Quadro 6) resume as falas, relacionadas ao uso da mata ciliar, de todos os participantes dessa localidade, e pretende ilustrar o que apareceu de uma forma geral ao longo do tempo.

**Quadro 6 – Linha do Tempo referente aos usos da mata ciliar, construída a partir da sobreposição de todas as linhas do tempo das famílias visitadas na localidade Linha Padre Vieira.**

| LINHA PADRE VIEIRA                      |   |
|---|---|
| 5 – Mato igual                          | 6 – Respeitam mais/Quer limpar por baixo                  |
| 4 – Não usa/Não tem 15 ou 30 metros     | 1 – Não usa/Tem 15 e 30 metros                            |
| 3 – Tem gente derrubando para eucalipto | 2 – Gado bebe água/Trechos com e sem mato                 |
| 3 - Não usa/Tem uns 20 metros           | 1 – Projeto Unisinos/Mata do arroio                       |
|   | 2010  |
|   | 2000  |
|   | 6 – Pesquisa Unisinos                                     |
|   | 1990  |
|   | 1980  |
|   | 3 – Sempre teve roça na beira, mas tinha uma tira         |
| 5 – Vertente não tinha mato             | 1 – Não respeitavam beira de rio                          |
| 5 – Sempre teve mato na beira do arroio |   |
| 4 – Mais mato na beira                  | 1 – Pai não gostava de derrubar, mas derrubava e queimava |
|   | 1970  |
| 6 – Não respeitam beira de vertente     | 1960  |

Fonte: elaborado pela autora (2013).

Assim como nas demais localidades, a análise considerando cada uma das famílias entrevistadas, cujos relatos sobre os “usos no presente” das matas ciliares encontram-se na tabela 10, permite algumas considerações.

**Tabela 10 – Resumo, por família, dos usos das matas ciliares na localidade Linha Padre Vieira, no presente.**

| Família | Usos no presente   |
|---------|--|
| 1       | Não usa; um pedaço tem 30 metros e outro tem 15 metros                                   |
| 2       | Gado bebe água; tem trecho com e trechos sem mato  |
| 3       | Têm uns 20 metros de mato; gado não acessa; tem gente derrubando para plantar eucalipto; |
| 4       | Tem uma beirinha de capoeira, mas não tem 15 ou 30 metros; ninguém derruba               |
| 5       | Gado bebe água; vertente é no potreiro, aberto   |
| 6       | Não usa  |

Fonte: elaborado pela autora (2013).

beira do arroio. A busca por pesquisas realizadas nessa localidade apontou que um dos agricultores entrevistados na Linha Padre Vieira integrou o Projeto VerdeSinos. Além disso, há um levantamento de espécies de peixes no Arroio Bocó citado para essa região (ANTONETTI *et al.*, 2013), que pode estar relacionado à pesquisa citada pelas famílias.

A partir das caminhadas realizadas em cada área, observou-se que a mata citada como não utilizada pela família 1 (medindo entre 15 e 30 metros), está representada por uma estreita faixa de vegetação na margem do arroio. Ao mesmo tempo, ao conhecer a nascente também localizada em sua área, que fornece água para a família, observou-se a presença significativa de mata ao seu redor (Figura 24).

A ideia de mata ciliar enquanto pequena faixa em torno do arroio é novamente observada nas áreas das famílias 3 e 4 (cuja largura percebida em campo representa menos da metade do que foi apontado pelos participantes) (Figura 24).

**Figura 24 – Mata ao redor da nascente presente na área da família 1 (à esquerda) e estreita faixa de vegetação em torno do arroio localizado na área da família 4 (à direita).**



Fonte: fotografias da autora (2013).

Ressalta-se que as famílias 2 e 5, por sua vez, reconheceram a inexistência de mato em alguns trechos, o que também foi visível em campo. Vale destacar, no entanto, a percepção da família 2 sobre esse espaço, ao relatar: *“eu adoro, de vez em quando, foi ano passado eu acho, eu e a minha vizinha fomos, a gente foi ver a água, eu, meu filho, e aí a gente saiu lá em cima lá e veio”*. A participante se mostrou interessada em percorrer toda a sua área novamente, “descendo o arroio”, já que estar nesse espaço não deixa de representar um momento de lazer.

No que se refere à área da família 6, por sua vez, observou-se a presença de uma mata significativa na margem do arroio, não utilizada (Figura 25).

**Figura 25 – Mata ciliar presente na área da família 6.**



Fonte: fotografia da autora (2013).

Nesse sentido, na Linha Padre Vieira, a ideia de mata ciliar enquanto uma estreita faixa de vegetação também foi identificada, contrapondo-se aos relatos de não uso desses espaços, bem como diferenciando-se da largura citada pelos participantes (15 a 30 metros de mata em torno do arroio). O reconhecimento das intervenções do gado nessas áreas também foi observado nos apontamentos de duas famílias, bem como a inexistência de vegetação em alguns trechos. Por fim, chama-se atenção para a área da família 6, cuja mata apresenta-se, de fato, representativa.

Assim, enquanto na localidade Fraga os relatos de proibição de corte de vegetação e as consequentes ocorrências de multas marcaram o período dos anos 90 em diante, no Caraá Central a orientação da necessidade de substituir a madeira nativa (utilizada para secagem de fumo) prevaleceu dos anos 80 até 2011, quando o que se destacou foi a presença do Projeto VerdeSinos. Na Linha Padre Vieira, por sua vez, interferências externas tratando desses assuntos foram relatadas para os anos 2009 e 2011, relacionadas a um projeto de pesquisa da UNISINOS.

#### 5.4 AS MARCAS DA FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL

A retomada da memória permitiu ainda identificar situações em que a fiscalização ambiental esteve presente no cotidiano das famílias, seja através do contato direto com o

órgão ambiental, ou a partir do que se ouviu falar a respeito. Dentro do contexto das matas ciliares, duas famílias, ambas da localidade Fraga, citaram momentos em que foram procuradas pelo órgão ambiental devido a denúncias relacionadas a esse espaço. A família 1 apontou a intervenção da PATRAM em sua área, ao citar: *“Em 2011 a PATRAM veio aqui por denúncia da serraria, foram educados mas disseram que era para parar de usar. Em 2010 o meio ambiente daqui tinha vindo perguntar da serraria, quantos metro estava do arroio, e deu autorização”*. Vale destacar que, já na chegada para a entrevista junto a essa família, o senhor que intermediou o caminho afirmou: *“Trouxe a bióloga aí pra te multar”*. O aspecto punitivo, nesse caso, esteve presente desde o primeiro contato com o participante, o que exigiu um esforço considerável em demonstrar que a pesquisa tinha outra finalidade. Nesse mesmo sentido, ressalta-se que a participante da família 7 (cuja área é dividida com a família 1), enquanto caminhava pela área, apresentou um relato semelhante ao se dirigir ao seu esposo: *“oh, ela não vai te prender”*.

A família 3, da mesma forma, atentou para a presença da polícia no momento em que foi autuada pelo órgão ambiental, conforme o relato:

*Acho que fui o primeiro a ser multado. Meu primo pediu que eu tirasse, com motosserra, o mato que tinha na beira do rio. Tirei e o IBAMA veio uns dias depois por denúncia. Vi o carro do IBAMA subindo e ouvi uns tiros. Depois o carro voltou e parou ali. Acho que falaram que era perigoso, porque além dos caras que vieram tinha um carro da polícia parado num canto da estrada, polícia em peso. Eles perguntaram onde que cortaram e eu mostrei, perguntaram quem foi e disse que fui eu, perguntaram se eu não sabia que não podia e respondi que sabia mas como meu primo mandou eu fiz. Eu já tinha ouvido falar que não podia, mas ele mandou e eu cortei.*

A presença da fiscalização ambiental foi relatada ainda por famílias que não foram multadas ou procuradas pelo órgão ambiental por algum motivo específico. Exemplo disso, no Fraga, foi o relato da família 2, que iniciou afirmando que *“é muito pouco, assim de ah, vou ir lá e fiscalizar os rios, por exemplo”*, mas continuou apontando o seguinte:

*Aqui pra nós passam e vão ver o que já tá comprovado né, que tá derrubado. Mas a polícia ambiental tá em cima, se a gente vê que o helicóptero também quando é, não é só passando e quando é investigando, daí a gente percebe isso. E a ambiental terrestre também que passa de vez em quando. Já aconteceu aqui de eles só vim porque foi denúncia, que a gente sabe que foi denúncia e eles se obrigaram a vim, senão tava ali até hoje. Eu me lembro de reclamar muito com um senhor que vinha aqui e acabou que foi acontecendo dele acabar denunciando. Eles tavam cortando mato. Daí a gente acha muito errado, porque a gente nunca se lembra de ter... e agora assim oh, tão usando essa área, o cara tem o dinheiro, vem ali paga os peão.*

Ao finalizar a fala, a participante enfatiza que “acha muito errado” que o mato seja cortado, demonstrando considerar, de certa forma, o papel da fiscalização. No mesmo sentido, a família 4 relatou durante a caminhada: *“Lá o vizinho foi multado, mas cortou demais também, e colocou fogo”*, destacando não apenas a multa recebida, mas a ação do vizinho em “cortar demais”. A observação da mudança da paisagem pelos vizinhos também foi apontada pela família 5, ao expor uma situação em que o leito do arroio foi desviado, enfatizando: *“matou quantos milhões de peixinho, isso aí se o meio ambiente fica a descobrir ele vai ter que reflorestar tudo isso aí”*. Esse participante citou ainda o receio de ser multado, ao explicar que *“Lá no morro lá nós queria... dá uns 50 metros mais da vertente, da sanga. Então nós queria pegar esse canto aqui, esse cotovelo como se diz, nós queria tirar esse cotovelo pra endireitar o potreiro, mas temo medo. Mas é um cantinho”*. Nesse caso, quando questionado sobre motivo do medo, a família relatou: *“Não, o pessoal daqui não deda ninguém, o pessoal de fora que é os danado”*. Dessa forma, as denúncias provenientes das pessoas “de fora” acabam por interferir nas formas de manejar a área, o que também foi apontado pela família 6: *“Eles só vem por denúncia, e o Fraga é um lugar onde que as pessoas tão se denunciando muito, não as pessoas daqui no caso”*.

Vale destacar que a família 6 trouxe a presença da fiscalização em vários momentos durante a entrevista, citando as diferentes formas de intervenção conforme as localidades e reforçando que as cobranças ambientais não têm influenciado no processo de conscientização. Como foi relatado:

*A gente se derrubar uma árvore é um perigo, se desce até o Caraá a beira do rio é completamente sem nada né, não tem uma árvore na beira do rio, uma coisa que é lei pra tudo que é lugar. Então a gente é muito mais visado. E a gente vive numa situação que por exemplo se tem uma pessoa fazendo uma coisa muito errada, a gente não pode nem denunciar, porque daí o IBAMA, eles ficam em cima da gente, então é uma situação difícil pra, até pra gente poder colocar regra nas coisas E outra coisa, esse medo que é colocado só muda em relação à queimada, porque quem quer fazer errado, no meio desse matagal infinito, caçar por exemplo, é uma coisa que não adianta tu ser contra ou ser a favor o que, é uma coisa que tá, que não tem controle, não existe controle. Então assim, esse negócio de lei pra colocar medo não tá servindo pra conscientizar, serve pra castigar quando eles podem pegar mas colocar consciência não tá funcionando.*

Retomando a linha do tempo, observou-se que a participante residiu, até 2003, no local do Fraga conhecido como “Quebrada”, onde a nascente do Rio dos Sinos está presente e cuja atuação do órgão ambiental é citada como mais forte. Conforme foi exposto

*Lá na Quebrada no caso a gente sabia que a lei existia né, mas o pessoal não era, era mais a gente aqui, não tinha tanta gente de fora, então a gente sabia que existia*

*mas existia mais a tolerância. Tá, se o vizinho fez uma coisa errada, eu to vendo, mas é a mesma coisa que a caça, quando encontra alguém que chega e caça pô, porque caçar, vão parar, né, aquela coisa toda, assim. Mas a partir do momento que lá de cima começou entrar muita gente pra cascata e coisa assim, eles começaram a ficar muito em cima, e aí se conheceu o que que era IBAMA, sabe assim, IBAMA no sentido... os outros conheceram, até sabia o que era, o que que era assim as leis aquela coisa da lei mesmo. Tinha que cuidar, né, se saía fumaça do campo tinha que ir lá. A fumaça é a que chama né, porque quando a gente fez aqui, fez o inventário aqui dos pais dele, o agrimensor falou, que uma derrubada não alerta né, porque do satélite tu não vê nada, mas a fumaça alerta os satélites que alerta, né. Imagina o primeiro mundo cuidando né, imagina!*

Destaca-se que a presença do IBAMA também foi apontada pela família 8: *“Há uns 6 anos o pessoal do IBAMA começou a vir mais, porque o pessoal desmatava, colocava fogo. O IBAMA tem radar, detectou fumaça e a multa foi grande”*. Nessa mesma linha de cobranças, a família 9 ressaltou que *“de uns 10 anos pra cá tem mais cobrança, denúncias”*.

Assim, com relação à localidade Fraga, todas as famílias que integraram a pesquisa trouxeram a presença da fiscalização ambiental em suas falas, a partir de relatos referentes a multas, cobranças, denúncias, sentimentos de medo e desconfiança, apontando a figura da PATRAM, IBAMA e Meio Ambiente como responsáveis pela aplicação da lei.

No que se refere ao Caraá Central, por sua vez, os relatos revelaram situações em que as famílias demonstram estar de acordo com a fiscalização, como o exemplo da família 1, que citou: *“Até que eu nunca tive multa porque eu sempre procurei a preservar, eu gosto de preservar as nossas águas, eu gosto de conservar os mato que tem né. Nosso arroio aqui tinha que entrar mais fiscalização pra poder deixar mais mato na beira do rio né”*. Nesse mesmo sentido, a família 2 afirmou: *“Acho que a lei tem que ser executada. Se eu to fazendo alguma coisa, tá em prova, eu tô fazendo dentro da lei, e hoje na minha idade eu não tenho que fazer besteira mais porque não adianta, se eu vou sair a derrubar árvore aí exagerado por que”*? A experiência proporcionada pela idade se destaca nessa fala, corroborando com Bosi (1994, p. 60) quando se refere às pessoas idosas, ao afirmar que

[...] elas já atravessaram um determinado tipo de sociedade, com características bem marcadas e conhecidas; elas já viveram quadros de referência familiar e cultural igualmente reconhecíveis: enfim, sua memória atual pode ser desenhada sobre um pano de fundo mais definido [...].

Relato semelhante foi apresentado pela família 4, que sugeriu que

*A fiscalização tem que ser mais rigorosa, porque é o uso de alguma coisa nas águas, é derrubada na beira do rio, do arroio né. Tem parte que tá precisando o agricultor fazer a parte dele, deixar a margem que é exigida, não tem necessidade de tá desmatando a beira do arroio e do rio.*

A responsabilidade do agricultor com o rio, a margem, é ressaltada nessa fala, corroborando com Woortmann (2009, p. 119) quando aponta que “O trabalho do homem implica respeito para com a terra (e a natureza em geral) [...]”. Além disso, a necessidade de maior atuação do órgão ambiental é mais uma vez citada, como exposto também a partir da afirmação da família 5, de que “*o rio devia ser fiscalizado né, pra criar algum peixe porque não tem*”.

Nessa localidade, a informação sobre a necessidade de autorizações de corte e demais usos das áreas também esteve presente nos relatos. A família 3, por exemplo, expôs: “*tudo tem que fazer tudo pela lei porque senão é embargado. A bióloga veio ali, daí o arroio já cruza ali, foi medido, ah se não tiver a metragem, olha, tem que ser aqui, então é tudo é feito, então veio a bióloga ali marcou*”. Nesse mesmo sentido a família 7 explicou: “*se tu quer fazer um açudezinho, um poço aí pra criação e coisa tem que ir lá na prefeitura, na bióloga, daí eles vem olhar*.” A referência de um profissional, que cumpre o papel de vistoriar a área, liberando ou não o uso, apareceu ainda no questionamento da família 10: “*é contigo que tenho que pedir para cortar capoeira? Quero cortar parte do mato, mas respeitando uns 15 metros de margem, para fazer uma rocinha. Me falaram que pela grossura das árvore por aqui não libera*”. Destaca-se, assim, o conhecimento sobre os caminhos a serem seguidos para o manejo da área de acordo com o que solicita a lei, o que também apareceu na citação da família 9: “*Eucalipto pode derrubar, só que o que tá no mato pra derrubar, pra mexer tem que ter ordem. Tem lei né, se for área de terra inteira de mato tem uma porcentagem que pode derrubar, por lei pode derrubar né. Só tem que fazer um projeto*”.

A presença do órgão ambiental no Caraá Central, enquanto “*IBAMA circulando por aí*” (como apontou a família 8, ao expor sobre a proibição do uso de lenha do mato para o processo de queima do fumo), apareceu na fala de mais duas famílias. A família 6 remeteu ao que é dito pelos vizinhos, afirmando: “*eu ouço muito o pessoal falando né, o IBAMA*”. A família 9, por sua vez, ao mesmo tempo em que trouxe a questão da proibição e da ocorrência de multas aplicadas na região, posicionou-se a favor do controle das derrubadas em áreas que já estão mais “abertas”, conforme exposto abaixo:

*Proibir mesmo faz uns 4 anos pra cá que eles começaram a proibir, que eles pegavam e avisavam, o instrutor, botam a lenha de mato lá, mas botam a de eucalipto junto que se chegar lá eu não sei de nada, então é por tua conta. Mas proibir mesmo agora faz uns 2 anos mesmo que eles proibiram, que não podia, se chegasse aí e tivesse lenha de mato eles mesmo entregavam. Agora tá forte, pelo ar seguido de avião ali, mas pessoalmente aqui graças a Deus ninguém apareceu. Mas ela tá forte, se denunciar, eles vem ali e aí eles multam, eles caceteiam, e fazem plantar na barragem nativa de novo. O meu sobrinho ali derrubou um mato e por*

*conta dele e queimou no meio da roça. Pagou multa e diz que tá, vai responder processo agora, tem que plantar não sei quanto de árvore e tudo, então se denuncia é um problema. Mas isso aí tá certo, não é pra derrubar mais mesmo. Então quem já tem tudo aberto, tem só uma bolinha de mato lá uma parte por que vai derrubar aquela bolinha? Tem mais é que deixar né. Então, ele derrubou tem que levar multa, tem que plantar de novo, não precisa mais derrubar.*

Dessa forma, nessa localidade, as lembranças relacionadas à fiscalização ambiental apontaram tanto situações de multas e proibições quanto falas favoráveis à sua aplicação. Além disso, a necessidade de autorização para o corte e demais formas de uso das áreas também foi citada, sendo a emissão de uma “ordem”, a elaboração de “um projeto” e a vistoria “da prefeitura ou da bióloga”, relatados nesse caso.

No que se refere à Linha Padre Vieira, vale ressaltar que situações de multas foram apontadas por duas famílias. A família 2 citou o caso de um vizinho, afirmando:

*Eu sei que deu trabalho pra eles, derrubaram e veio a fiscalização, tiveram que reflorestar, é bem complicado, pra quem trabalha bastante, que daí eles não podem usar muito tempo a mesma terra né. Então eles têm que ir derrubando, aí tá bem complicado, não sei se é denúncia ou o que.*

A orientação sobre o reflorestamento do local também foi relatada, já que “vinha bastante tempo uma mulher ali, veio ensinar como é que era pra plantar de volta”. A família 5, entretanto, expôs sua experiência direta com a intervenção do órgão ambiental, visto que foi multada por essa instância, conforme citado, no momento final da entrevista:

*Eu me multaram uma vez porque eu rocei uma beiradinha ali, faz uns 10 ou 12 anos acho. Eu trabalhava com carvão antigamente. Nem me lembrei de falar, mas trabalhava com carvão. Daí depois eles me pegaram, que eu fiz uma roçadinha, uma beiradinha, que eu rocei eu até ia meio na subida pra plantar batata pra muda, aí eles me pegaram. Eu acho que foi denúncia, diziam que foi denúncia, não sei. Veio o IBAMA, eu nem tinha queimado nada, eu só tinha roçado. Era morro, logo ali. Multaram, não adiantava nem falar, foi uma malinha, foi só um cantinho, uma beiradinha. Só que depois dali que eu me incomodei. Daí eu em vez de pagar a multa peguei um advogado, daí ele foi, foi e quando foi pro fim, quando eu vi tava lá no fórum já, gastei um monte. Tivemos que plantar umas muda, daí veio os cara ver as muda, depois que tá plantada agora não vieram mais. Se fosse ser uma malha grande, uma coisa grande, mas era uma malhinha, um pedacinho. Agora tá mais calmo agora, mas uns quantos foi multado aqui.*

O fato da multa decorrer do corte de “uma beiradinha” foi enfatizado diversas vezes pelo agricultor, demonstrando que a infração definida pela legislação como o corte do mato em si difere daquilo que a família entende como uma situação sujeita à autuação do órgão ambiental. Nesse mesmo sentido, destaca-se a fala oriunda da família 3, que também questiona a ação da fiscalização, no entanto o que se resalta é a liberação, por parte do

governo, do IBAMA, da mudança da paisagem de uma área de 240 hectares para o uso com o plantio de eucalipto.

*O calipio pra natureza, pior plantação é o calipio, pra água, e o governo não tá ali, libera tudo, é só os grande que plantam. Aqui em cima faz, aqui de casa deve dar uns 8 quilometro, uma empresa comprou 240 hectare, abriu tudo de trator de esteira e plantaram calipio, só pra tu ter uma ideia. Veio IBAMA, veio tudo, mas a área que era... nós até tirava samambaia no tempo de tirar samambaia, e esse cara vendeu pra uma empresa, um dono, mas o dono deve ser uma empresa, que fazer o que eles fazem não é bicho pequeno, tem que ter dinheiro senão não faz, e encheram tudo com calipio.*

Essa divergência na forma com que a lei se aplica aos “grandes” e aos “pequenos” gera nos agricultores um “sentimento de impunidade” (SOUZA, 2012, p. 347), visto que enquanto o corte de uma árvore implica ao “pequeno” custos, tempo em solicitar a autorização e mesmo aversão a esse tipo de procedimento burocrático, um trator de esteira e uma considerável quantia em dinheiro são suficientes para o desenvolvimento das atividades dos “grandes”. Souza (2012, p. 346) contribui nesse sentido ao afirmar que “Se as punições aplicadas aos agricultores lhes atribuem cada vez mais uma marca de ‘infratores’, o mesmo não acontece com as empresas reflorestadoras que incorrem crimes ambientais de dimensões incomparavelmente superiores aos praticados por aqueles”.

A atenção para o tamanho da área manejada também foi apresentada pela família 6, ao discorrer sobre o uso do palmito (*Euterpe edulis*): “Aqui pra ti cortar, de repente tu vai lá né, meio na campana, e corta uns dois ou três pra fazer com uma lingüiça e coisa. Mas se o IBAMA te pegar também...” A presença do órgão ambiental, nesse caso, aparece relacionada a um certo receio por parte do agricultor, diferente da percepção apontada pela família 1, que necessitou de autorização do órgão ambiental e foi atendida, expondo:

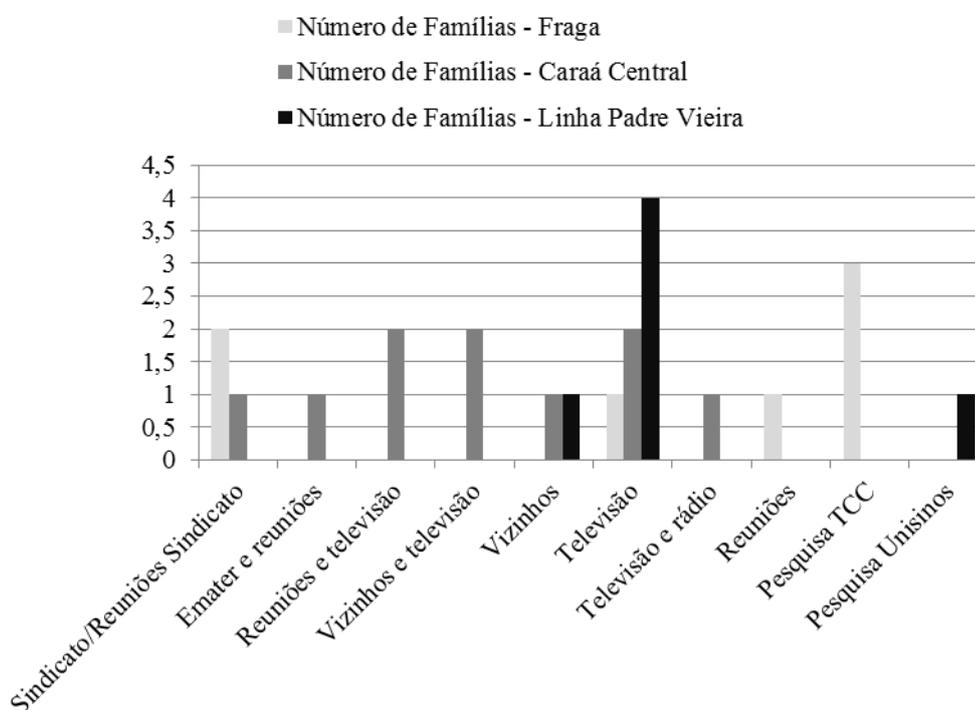
*Abri umas vertente de água lá em cima lá que eu tenho uns piquetes pra botar o gado e tava pouca água né. Disse, vou abrir pra ficar bastante água. Aí conseguimos. Já tinha vindo a guria que era fiscal, aí diz ela: Não, eu vou tirar a autorização pra fazer, aí foi feito, veio a máquina pra fazer.*

Dessa forma, na Linha Padre Vieira, os apontamentos transitaram entre relatos relacionados a multas e diferentes formas de atuação do órgão ambiental conforme a situação e tamanho da área. A concessão de autorização “da fiscal” à abertura de uma nascente também foi citada nessa localidade, como uma ação positiva ao desenvolvimento do trabalho da família.

### 5.4.1 O Código Florestal

Os momentos junto a cada família permitiram identificar ainda a maneira como o instrumento legal conhecido como Código Florestal Brasileiro (Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012), que regulamenta os usos APPs, tem sido interpretado e apropriado pelos participantes. O gráfico 6 ilustra os meios de informações pelos quais as famílias relataram obter conhecimentos sobre esta lei, conforme a localidade.

**Gráfico 6: Meios de informação pelos quais as famílias relataram obter conhecimentos sobre o Código Florestal Brasileiro, conforme a localidade.**



Fonte: elaborado pela autora (2013).

Observam-se, em cada uma das localidades, determinadas particularidades com relação à origem da informação referente à Lei. Iniciando pelo Fraga, onde apenas duas famílias relataram não ter ouvido falar sobre o Código Florestal (sendo que uma delas demonstrou conhecimento sobre o assunto), ressalta-se que as demais indicaram uma pesquisa de TCC<sup>30</sup> realizada no local como fonte de informação sobre o tema, apontando também as

<sup>30</sup> Esta pesquisa se refere ao Trabalho de Conclusão de Curso intitulado “Manual do Código Florestal ao alcance do entendimento dos agricultores do município de Caraá – RS”, de Cauê Xavier Dias, da Escola de Administração da UFRGS, defendido em 2012. As famílias 3, 4 e 6, da localidade Fraga, integraram essa pesquisa, sendo que receberam o texto do Novo Código Florestal para que, em um período de 15 dias fosse efetuada a leitura. Passado esse período, o pesquisador retornou à casa das famílias para que essas relatassem o que entenderam da lei.

reuniões do sindicato, bem como outras reuniões e a televisão como influentes nesse sentido. Já no Caraá Central, a origem da informação incluiu fontes variadas, como Sindicato dos Trabalhadores Rurais, EMATER e reuniões, vizinhos, televisão e rádio, sendo que algumas famílias citaram mais de um responsável por transmitir o assunto, como reuniões e televisão, por exemplo. Em contrapartida, na Linha Padre Vieira, a televisão predominou nos relatos, aparecendo ainda a comunicação entre vizinhos e uma pesquisa realizada pela UNISINOS.

No que se refere ao que cada família relatou ouvir falar sobre o Código Florestal, a exigência de uma determinada largura de mata na beira dos arroios e rio, citada como APP por uma das famílias, foi apontada em oito entrevistas, conforme o quadro 7.

**Quadro 7 – Relatos relacionados ao Código Florestal, enfatizando a largura de mata exigida por lei em torno dos recursos hídricos.**

| Localidade         | Família | Relato   |
|--------------------|---------|--|
| Fraga              | 4       | <i>“Se for olhar pela APP que a lei exige não podíamos mexer em nada. Se for pensar, tudo é APP. Como a lei pede é difícil fazer, é possível, mas é difícil”.</i>  |
|                    | 5       | <i>“É 30 metros, né. Uma Lei da onde, que tem que deixar de 10 a 15 metros. Eles podiam diminuir de 5 metros cada lateral. Tem coisas aí no código florestal que eles tem que mudar”.</i>  |
|                    | 6       | <i>“Tem que ser 25 metro eu acho, eu li”.</i>  |
| Caraá Central      | 5       | <i>“É 7 metros parece, 7 metro e pouco por arroio”.</i>  |
|                    | 7       | <i>“Ao redor de açude, nascente, tudo tem que plantar. Plantar 20 metros no açude, aí depois de um mata pro outro tem que ser dois metros de corredor pros bicho transportar ou passar. Se continuar a lei como ela tá sendo nós vamos ter só dois hectares, o filho fez a conta, só 2 hectares da nossa propriedade que nós podemos derrubar, plantar. Mudou bastante”.</i> |
|                    | 8       | <i>“Eu já vi o pessoal comentando que alguns terrenos que tem córrego, sanguinhas como eles dizem, nascente de água, vertente, aí iam ser mais prejudicado porque aí tem que proteger aquilo ali, aí o meu só tem o rio, o rio já tem a parte dele ali, eu acho que até que a minha propriedade não ia ser tão afetada”.</i>   |
|                    | 9       | <i>“As distância né, não chegamos mais profundo ao assunto. Veio um comentário uma vez que diz que iam fazer plantar árvore ao redor dos arroios de novo, mas por enquanto não teve ninguém aí falando nada”.</i>  |
| Linha Padre Vieira | 4       | <i>“Das beiras da sanga, eu não me lembro, mas era 15 metros ou 30 metros, não sei como é que é”.</i>  |

Fonte: elaborado pela autora (2013).

O quadro acima revela a relação do Código Florestal com a presença de mata em torno dos recursos hídricos, sendo que a largura da vegetação apontada pelas famílias variou de 7 a 30 metros (7, 10, 15, 20, 25 e 30 metros), havendo situações em que não foi citada a distância, mas associou-se a Lei com a exigência de árvores, ou “proteção” na margem do arroio ou rio. Destaca-se que a família 7 do Caraá Central associou ainda o Código Florestal ao Projeto VerdeSinos, conforme apontou: *“A prefeitura, esse projeto aqui já é disso. Não tem lei que*

*obriga a tu fazer isso aí, mas se eu não fizer, é uma terra que fica abandonada, no dia que quiser vender, não tem como passar escritura, se cair no inventário, não faz meu inventário”.*

Alguns participantes afirmaram terem ouvido falar dessa lei, mas sem saber citar do que se trata (Fraga – famílias 1, 7, 9; Caraá Central – 1, 4, 6; Linha Padre Vieira – 1, 3, 6). Destaca-se, nesse caso, o relato da família 1 do Caraá Central: *“Nas reuniões tão com a lei antiga ainda. Nosso poder público aqui tão aplicando ainda a lei antiga, e a lei antiga já morreu. Nós temo que seguir a nova”.* A família 4, também do Caraá Central, expôs também que: *“A gente na verdade tem informação só pela televisão, né. Aqui foram feitas algumas reuniões aí do sindicato, a prefeitura, informando sobre isso aí, mas não foi ainda feito um esclarecimento correto né do que que deve ser feito, como é pra fazer”.* Evidencia-se, nessa fala, a necessidade de maiores esclarecimentos sobre esse instrumento normativo, como sugerido também pela família 1 da Linha Padre Vieira: *“As vezes tem coisa que o cara nem entende porque eles falam uma coisa daqui há pouco já falam outra, e é complicado de entender”.*

As famílias 2 e 8 do Fraga, por sua vez, afirmaram não terem ouvido falar do código. No entanto, analisando as linhas do tempo, observou-se um relato da família 2 referente à largura de mato exigida na beira do rio (*“Conforme a lei essa área do rio se não me engano é 30 metros que não pode”*), demonstrando a existência de conhecimento dessa lei por parte da família, mesmo sem associá-la ao termo “Código Florestal”.

Nesse mesmo sentido, algumas famílias que não souberam citar o que ouviram falar do Código Florestal trouxeram informações espontaneamente, em outros momentos da entrevista, relacionadas a essa lei, mesmo sem citá-la diretamente. A proibição do corte da vegetação foi um dos aspectos citados pelas famílias 3 do Fraga (*Eu tinha ouvido falar que não podia cortar o mato*); 2 do Caraá Central (*“Hoje a madeira não se pode derrubar, só pode se derrubar eucalipto”*) e 5 da Linha Padre Vieira (*“Eu me multaram uma vez porque eu rocei uma beiradinha ali. Eu nem tinha queimado nada, eu só tinha roçado. Se fosse ser uma malha grande, uma coisa grande, mas era uma malhinha, um pedacinho”*). A necessidade de uma largura mínima de vegetação na margem dos recursos hídricos também apareceu nos relatos da família 3 do Fraga (*“Se for pra seguir as medidas da lei não dá”*); 3 do Caraá Central (*“Pode deixar aqueles 10 ou 15 ou 20 metros”*); 10 do Caraá Central (*“Quero cortar parte do mato, mas respeitando uns 15 metros de margem, para fazer uma rocinha”*) e 2 da Linha Padre Vieira (*“Não é tanto mato também que tem que deixar em volta também né”*).

Dessa forma, a associação do Código Florestal com a necessidade de uma determinada largura de vegetação em torno dos recursos hídricos apareceu nos relatos de 13 famílias.

Outro aspecto relacionado a essa legislação foi a proibição de corte de mato, citado por dois participantes. Nove famílias, por sua vez, relataram ouvir falar desse instrumento normativo, mas sem saber discorrer a respeito, enquanto que uma delas afirmou desconhecer a lei.

Ressalta-se ainda que três famílias da localidade Fraga (3, 4 e 6) participaram da pesquisa que resultou no TCC de Dias (2012), referente ao entendimento do Código Florestal por parte dos agricultores, destacando-se a citação da família 6:

*Um rapaz deixou o código e perguntou o que a gente entendia do que tinha mudado. Ninguém entendeu quase nada. Eu li o código novo mas como absoluta leiga eu não entendo nada. E aí, eu entendi do código que a coisa não é mais tão rígida, então assim por uma necessidade ou coisa assim eles poderiam fazer uma limpeza. Mas não tendo consciência essas leis vão ser muito prejudiciais. Quem não tem critério vai limpar né. Com essa abertura de leis, tu pode usar de folhas da floresta né, então uma coisa que aqui era proibidíssima e ele, por exemplo não mexia, mas agora a gente tá mexendo, é em areca. Uma coisa que a lei ajudou pra gente no caso.*

O entendimento da legislação ambiental, nesse caso, é dificultado pela linguagem utilizada, que dificulta a compreensão por parte daqueles que necessitam ter clareza dos artigos que compõem a lei, de forma a evitar o desconforto ocasionado por possíveis autuações.

## 6 DISCUSSÃO

No início desse trabalho, enfatizou-se sobre a importância da compreensão das relações entre ser humano e natureza, mais especificamente, entre agricultores familiares e matas ciliares, nos estudos relacionados ao desenvolvimento rural, tendo o aporte da memória coletiva enquanto referencial teórico-metodológico. Percorrido o caminho de reflexões anteriores e posteriores ao trabalho de campo, este capítulo busca discutir os resultados encontrados a partir das ferramentas metodológicas escolhidas. Para isso, vale rever os questionamentos que motivaram esta pesquisa: De que forma os agricultores familiares de Caraá se relacionam com as matas ciliares? Quais as interferências dessas relações no desenvolvimento rural do município? De que maneira a memória coletiva pode auxiliar na compreensão dessas relações?

Nesse sentido, é necessário retomar alguns aspectos do rural de Caraá, de forma a contextualizar o cenário no qual se observaram os resultados apontados nas seções anteriores. O município caracteriza-se pelo predomínio da agricultura familiar, em meio a uma paisagem de vales, vertentes e vegetação florestal, sendo acessado por estradas de chão que o atravessam “de ponta a ponta”, onde relações de parentesco e vizinhança ainda podem ser identificadas e cuja produção para o auto-consumo e a comercialização estão presentes. Um espaço no qual festas locais reúnem os moradores, contando também com clubes de mães que possibilitam momentos de integração entre as mulheres<sup>31</sup>, além de sediar reuniões mais formais, de aspecto informativo, intermediadas por instituições. Abrigando a nascente de um dos rios mais poluídos do Brasil (o Rio dos Sinos), duas Reservas Indígenas, uma Unidade de Conservação e remanescentes de Mata Atlântica e sendo considerado um dos municípios mais pobres do Rio Grande do Sul, conforme o IDESE, a aproximação com essa realidade apontou particularidades de um rural pouco estudado.

Para embasar a discussão que segue, vale retomar também os apontamentos observados durante o campo exploratório, a partir da participação em reuniões organizadas pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais, EMATER e Secretarias Municipais, em 11 localidades, que possibilitaram uma visão mais ampla do local em que a pesquisa se debruçou.

Primeiramente, vale destacar o relato de um agricultor da localidade Pedra Branca sobre o índice que considera o município um dos mais pobres do Estado: “*É o mais pobre,*

---

<sup>31</sup> Destaca-se a fala de um agricultor durante uma reunião observada: “*Os homens é que estão atrasados por não terem um clube de pais*”.

*mas não tem ninguém morando na rua*”. Questiona-se, dessa forma, a noção de pobreza, preconizada por índices por vezes distanciados da realidade em si e daquilo que cada comunidade entende como pobreza ou riqueza.

Uma certa resistência à legislação ambiental também pôde ser constatada nesses momentos, tanto por parte dos agricultores, quanto por alguns representantes de instituições, reiterando uma visão negativa da necessidade de licenciar as atividades que modificam o ambiente. O quadro 8 resume as citações que apareceram durante os encontros, relacionadas à legislação ambiental.

**Quadro 8 – Relatos relacionados à legislação ambiental, registrados nas reuniões organizadas pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais, EMATER e Secretarias Municipais.**

| <b>Localidade</b> | <b>Relator</b>               | <b>Relato</b>   |
|-------------------|------------------------------|---|
| Sertão            | Representante de Instituição | <i>“Cheguei na secretaria querendo liberar máquina para tudo, mas inventaram esse ano que tudo tem que licenciar”.</i>                          |
|                   | Agricultor                   | <i>“A gente quase morreu para pagar a terra e não pode fazer nada”.</i>   |
|                   | Agricultor                   | <i>“Não se pode cortar nada. Tudo bem que se cortar tudo vai fazer falta para nós mesmos”.</i>  |
| Alto Caraá        | Representante de Instituição | <i>“As pessoas se intimidam para chegar perto da fiscalização. Vamos fazer o que dá para fazer”.</i>  |
| Morro Agudo       | Representante de Instituição | <i>“A gente até embrabece, porque quando era guri era só roça, e hoje é só mato e não pode fazer nada”.</i>                                     |
| Alto Grota        | Representante de Instituição | <i>“O problema antes era plantar, produzir e não ter para quem vender. Hoje o problema é o meio ambiente, a falta de gente para trabalhar”.</i> |
| Alto Lageadinho   | Agricultor                   | <i>“Acho que desse jeito nada mais vale a pena. Eu já estou desistindo”.</i>  |
| Pedra Branca      | Agricultor                   | <i>“Tem que licenciar, esse é o problema”.</i>  |
| Vila Nova         | Agricultor                   | <i>“Têm umas leis erradas, como as ambientais. Tenho um capoeirão lá, quero usar para fazer roça e não posso”.</i>                              |

Fonte: elaborado pela autora (2013).

Essa resistência ao instrumento normativo, à necessidade de solicitar autorização para as atividades e ao fato de “não poder cortar nada”, visível nos relatos acima, muito embora não se possa afirmar que represente, de modo mais amplo, a forma como os moradores de Caraá percebem esse aspecto, demonstra como a legislação tem sido recebida nesses locais. O questionamento da legislação pelos representantes das instituições, também observado no quadro acima, tende a dificultar ainda mais a aceitação da lei, e o próprio entendimento, por parte dos agricultores, daquilo que é permitido ou proibido. Isso porque a informação oriunda de algumas instituições apresentou-se contraditória, conforme apontado na localidade Sertão: “[...] *inventaram esse ano que tudo tem que licenciar*” (relato de um Secretário Municipal), sendo que a necessidade de licenciamento ambiental está definida desde 1981 (Lei Federal

6938, de 31 de agosto de 1931 - Política Nacional do Meio Ambiente). Relatos como esse também foram citados pelo representante de uma das instituições, na localidade Fraga, ao responder ao questionamento sobre o Cadastro Ambiental Rural: “*É o cadastro de quem planta eucalipto*”, quando, na verdade, se trata de um cadastro obrigatório para todos os imóveis rurais, conforme artigo 29 do Novo Código Florestal:

É criado o Cadastro Ambiental Rural – CAR, no âmbito do Sistema Nacional de Informações sobre Meio Ambiente – SINIMA, registro público eletrônico de âmbito nacional, obrigatório para todos os imóveis rurais, com a finalidade de integrar as informações ambientais das propriedades e posses rurais, compondo base de dados para controle, monitoramento, planejamento ambiental e econômico e combate ao desmatamento. (BRASIL, 2012c).

Nesse mesmo sentido, chama-se a atenção para a seguinte citação: “*O que tem a ver a vertente lá com o arroio aqui*”, oriunda de um Representante do Poder Público durante o encontro na localidade Pedra Branca. Esta fala desconsidera a relação existente no contexto das Bacias Hidrográficas, onde nascentes e arroios são interligados, sendo fundamental o reconhecimento e manutenção dessa rede que faz com que o “arroio aqui” receba a contribuição da “nascente lá”, se mantendo forte, conservado. Esse tipo de colocação, proveniente de uma instância pública, pode vir a desconstruir importantes ações cujas informações buscam esclarecer dúvidas sobre esses aspectos ambientais, e não gerar mais contradições.

Entre críticas ao fato de ser considerado um dos municípios mais pobres do Estado, resistências à aplicação da legislação ambiental, contradições oriundas de instituições com relevante papel de informação, outro ponto levantado nesses momentos de aproximação com Caraá foi a importância dessas reuniões em cada localidade para o encontro das famílias, como relatado no Morro Agudo: “*A gente tem que se reunir mais*”, corroborando com Comerford (1999, p. 47) quando afirma que

[...] para além de sua dimensão instrumental de simples meios de tomar decisões ou discutir assuntos do interesse dos membros das organizações, as reuniões podem ser vistas também como um elemento importante na construção desse universo social, na medida em que criam um espaço de sociabilidade que contribui para a consolidação de redes de relações que atravessam a estrutura formal das organizações [...].

Dessa forma, esses relatos registrados ainda no campo exploratório, retomados nessa etapa em que a pesquisa dirige-se ao fechamento, possibilitam algumas reflexões quando associadas aos resultados obtidos, considerando que os agricultores entrevistados não estão dissociados do contexto mais amplo de Caraá, assim como a memória, que “vivendo no

interior de um grupo, sofre as vicissitudes da evolução de seus membros e depende de sua interação.” (BOSI, 1994, p. 411).

No que se refere aos significados das matas ciliares apresentados no capítulo quatro, a distinção entre o que apareceu de forma espontânea durante a construção da linha do tempo e o que foi exposto após a intervenção da pesquisadora merece algumas considerações, podendo-se inferir que a escolha pela perspectiva teórico-metodológica da memória coletiva, nesse caso, foi fundamental para a identificação das percepções em cada uma das situações. Enquanto o relato fluía livremente, como uma ação de contar sobre sua vida e, conseqüentemente, sobre o espaço em que os acontecimentos se desenrolam, os significados atribuídos às matas ciliares envolveram aspectos econômicos, normativos, ecológicos, estéticos e associados ao fato de “simplesmente ser importante”, no Fraga; econômicos, normativos, ecológicos, estéticos e culturais, além do relato da não importância desses espaços e da associação com a ideia de bem estar, no Caraá Central; e econômicos, normativos e ecológicos, além do relato da não importância desses espaços, na Linha Padre Vieira. No entanto, após as famílias serem questionadas sobre o assunto, ou seja, em uma situação não mais inserida em um relato geral, livre, o aspecto ecológico foi enfatizado tanto na localidade Fraga, como na Linha Padre Vieira, sendo que as questões relacionadas às esferas econômicas, normativas e a própria alusão a “não importância” desses espaços praticamente não apareceram. Reforça-se, nesse sentido, o papel da linha do tempo nesse exercício de apreensão das lembranças, bem como da memória coletiva em estudos de percepção, já que, diferente de um roteiro de perguntas e respostas, a linha do tempo estimula o relato de maneira livre, estando o “[...] interesse no que foi lembrado, no que foi escolhido para perpetuar-se na história de sua vida.” (BOSI, 1994, p. 37).

Observando os resultados possibilitados através da confecção dos desenhos das áreas pelos agricultores e agricultoras, percebe-se que o simples ato de refletir sobre o espaço em que está inserido, antes de iniciar o traçado na cartolina, já se configura como um importante processo de olhar e repensar cada “canto” da propriedade. O receio de “errar” o traçado, desafiado com o exercício de estimular a família a expressar seu conhecimento do local, bem como as lembranças apontadas pelos agricultores, já no fim da entrevista, sobre um ou outro aspecto que se esqueceu de colocar no desenho (“*Agora que eu vi que esqueci de colocar a acácia no desenho*” – família 3 do Caraá Central), apontam para a relevância desse método em estudos do meio rural. Além disso, a gravação desses momentos trouxe à tona detalhes da propriedade que não haviam sido citados durante as demais etapas da

entrevista, podendo-se identificar percepções das famílias sobre suas áreas, incluindo aspectos relacionados às matas ciliares.

A análise conjunta dos usos das matas ciliares citados durante a construção da linha do tempo e do que foi observado a partir das caminhadas nas áreas com as famílias permitiu, nesse mesmo sentido, revelar percepções e práticas associadas a esses espaços, já que “[...] a fala é sempre situacional e não pode ser dissociada do contexto em que ocorre, mas, nem por isso, discursos e práticas são realidades necessariamente opostas – uma operando por distorção à outra – mas, antes pistas diferentes e complementares [...]” (PIETRAFESA DE GODOI, 1999, p. 36).

A ideia de mata ciliar enquanto uma estreita faixa de vegetação, presente em relatos nas três localidades estudadas, apresenta-se como um exemplo disso, já que, ao mesmo tempo em que era citada como não usada ou preservada, o que se identificava em campo era a ausência de vegetação, presença de infraestruturas ou uma faixa de mata praticamente inexistente. Considerando as alterações do Código Florestal Brasileiro, realizadas em 2012, ressalta-se que, mesmo enquadrando as propriedades dos agricultores como área rural consolidada, “área de imóvel rural com ocupação antrópica preexistente a 22 de julho de 2008, com edificações, benfeitorias ou atividades agrossilvipastoris, admitida, neste último caso, a adoção de regime de pousio” (BRASIL, 2012c), na qual a medida exigida pela legislação para APP é reduzida, algumas propriedades, ainda assim, necessitariam recompor esses espaços com vegetação. O quadro 9 associa o tamanho das áreas visitadas durante as entrevistas com a medida de APP exigida por Lei.

**Quadro 9 – Medidas exigidas pelo Novo Código Florestal para as APPs de arroios e vertentes, conforme o tamanho das áreas das famílias entrevistadas.**

| Tamanho da área, em módulos fiscais | Famílias do Fraga | Famílias do Caraá Central | Famílias da Linha Padre Vieira | APP exigida por Lei para arroio | APP exigida por Lei para nascentes |
|-------------------------------------|-------------------|---------------------------|--------------------------------|---------------------------------|------------------------------------|
| Até 1 módulo (0-18ha)               | 4, 6, 8           | 1, 2, 4, 5, 8, 9          | 2                              | 5m                              | 15 m                               |
| De 1 a 2 módulos (>18ha-36ha)       | 1, 3, 7           | 3, 6, 7, 10               | 1, 3, 4, 5                     | 8m                              |                                    |
| De 2 a 4 módulos (>36ha-72ha)       | 2, 5, 9           |                           | 6                              | 15m                             |                                    |

Fonte: elaborado pela autora (2013).

A largura da vegetação necessária na margem dos cursos d’água tem sido alvo de constantes discussões, sendo que Reinehr Dal Forno (2009, p. 108), através de uma metodologia cartográfica aplicada ao Arroio Pessegueirinho de Santa Rosa, RS, contribuiu nesse sentido ao afirmar que “Aos gestores e pesquisadores do Brasil, caberia uma proposta de estudos pontuais, que poderiam melhor definir parâmetros métricos necessários para as

APPs, e realmente preservá-las, sem uso e ocupação”. Estudos considerando cada realidade, com suas especificidades, dificuldades e potencialidades, tenderiam a facilitar a conservação desses espaços, sem desconsiderar, nesse caso, as relações já estabelecidas pelos moradores locais.

Vale discutir, com relação a isso, uma situação apresentada nos resultados desse trabalho, em que uma das famílias relatou ter realizado o plantio de mudas na margem do arroio, com o objetivo de preservar o local, sendo que, no entanto, a espécie escolhida para esse plantio foi o eucalipto (*Eucalyptus* sp.). Esse caso reafirma a relevância do diálogo com os agricultores familiares quando se busca a restauração de áreas como as matas ciliares, visto que o interesse em plantar mudas é visível, porém, a espécie escolhida, nesse exemplo, pode não estar em consonância com os preceitos recomendados de uma recuperação florestal, visto sua característica como espécie exótica, não ocorrendo naturalmente na região. Aponta-se, dessa forma, para a necessidade de ações que possibilitem o esclarecimento dessas questões, já que há o interesse dos agricultores e o prazer em produzir essas mudas, sendo que a simples recomendação do plantio de espécies nativas poderia resultar em importantes ações de conservação desses locais. Como contribuem Kageyama e Gandara (2009, p. 256)

A recomendação para o uso de espécies nativas em APPs se deve ao fato de que as espécies que evoluíram naquele local têm mais probabilidade de ter aí os seus polinizadores, dispersores de sementes e predadores naturais, sendo importantes para que as populações implantadas tenham sua reprodução e regeneração natural normais.

Na análise relacionada aos usos das matas ciliares, chama-se a atenção também ao relato de extrativismo da planta conhecida como areca, bem como da helicônia, na localidade Fraga. Assim como os estudos relacionados à samambaia-preta no Rio Grande do Sul (que culminaram na elaboração da Instrução Normativa SEMA 01 de 2006 (RIO GRANDE DO SUL, 2006), regulamentando as formas de manejo da planta), o extrativismo da areca e helicônia, hoje proibidos por lei, merece atenção e esforços no sentido de compreender como tem se dado essa atividade e quais os caminhos mais viáveis para conciliar renda e sustentabilidade. Conforme apontado por COELHO-DE-SOUZA (2003, p. 131) no estudo junto a agricultores familiares da comunidade dos Fundos da Solidão, “os maiores entraves para que o extrativismo possa se estabelecer como alternativa econômica regular referem-se ao estabelecimento das bases de manejo sustentável destas espécies e a compatibilização das atividades extrativistas com o atual Código Florestal Estadual”. Kubo (2005, p. 217) contribui ainda afirmando que

Esse tema (extrativismo), em sua abordagem ligada às ciências da natureza, toca em questões como o desenvolvimento sustentável, capacidade de suporte, uso dos recursos naturais, onde se confrontam ideias de preservação ambiental com a possibilidade de usos dos recursos naturais.

Considerando a ocorrência das plantas areca e helicônica em matas ciliares, se está diante de um possível uso sustentável desses espaços, desde que estudos relacionados à capacidade de suporte, manejo, viabilidade dessa atividade, dentre outros aspectos, sejam desenvolvidos.

Nesse mesmo sentido, ainda com relação aos usos das matas ciliares, destaca-se a manutenção das matas na localidade Caraá Central, observada em cinco das dez famílias entrevistadas, sendo o Projeto VerdeSinos citado como um dos motivadores da conservação desses espaços. Ressalta-se, com relação a isso, o papel de projetos como esse, que, mesmo oriundo de articulações de instituições externas à realidade ali presente, pode contribuir positivamente quando busca envolver os agricultores em cada uma das etapas, diferenciando-se de ações impostas “de cima para baixo”, como é o caso da aplicação da legislação em determinadas situações, por exemplo. Como contribui Pietrafesa de Godoi (1999, p. 65)

É muito comum entre os estudiosos das sociedades camponesas considerar que os elementos da ordem externa se lhes impõem, posto que sempre lhes é imputado um caráter dominado. Há de se considerar, entretanto, que as sociedades camponesas [...] não recebem passivamente elementos de uma ordem externa, mas que seu caráter específico também determina o modo de sua inserção na sociedade abrangente.

No que se refere a esses elementos de ordem externa, cita-se também a presença do órgão fiscalizador, enquanto PATRAM, IBAMA, Meio Ambiente, principalmente dentre as famílias da localidade Fraga, com uma atuação relatada como punitiva. Souza (2012, p. 346) chegou a resultados semelhantes em seu trabalho, onde os agricultores alegaram que a legislação ambiental “é pouco instrutiva e essencialmente punitiva”. Essa influência da legislação no Fraga, que pode estar associada à fisionomia do local, com destaque para áreas de mata e presença da nascente do Rio dos Sinos, diferencia-se do que foi observado no Caraá Central, onde os agricultores demonstraram estar de acordo com a ação de fiscalização, enquanto uma forma de preconizar a conservação da natureza. Nessa localidade, a informação sobre a necessidade de autorização para atividades de modificação do ambiente também foram citadas, demonstrando um esclarecimento dos agricultores sobre os caminhos “legais” de manejar a terra.

Dentre esses caminhos “legais”, os agricultores foram questionados sobre o que ouviram falar a respeito do Código Florestal Federal e por intermédio de qual meio receberam a informação, sendo que a presença da televisão na divulgação sobre esse assunto se destacou na localidade Linha Padre Vieira, enquanto que no Fraga e Caraá Central as reuniões, dentre outros meios, foram citadas. Esse resultado pode estar refletindo o fato da Linha Padre Vieira estar distante 25 km da sede de Caraá (apresentando-se mais “isolada” de outros meios de informação do que as demais localidades). Ao mesmo tempo, as famílias dessa localidade relataram sua dificuldade em participar de reuniões devido à falta de tempo, já que os agricultores, além de produzir, trabalham em dias específicos abastecendo os caminhões que levam as verduras para a CEASA.

A associação do Código Florestal, por sua vez, com a largura de vegetação necessária na margem dos recursos hídricos foi visível nos relatos, sendo percebido também que, apesar de ouvirem falar do Código Florestal, nove agricultores relataram não saber dizer do que se tratava especificamente. Até mesmo após a pesquisa de Dias (2012), que envolveu algumas das famílias entrevistadas, e na qual o Código Florestal foi disponibilizado aos agricultores, o entendimento desse instrumento não foi verificado, reforçando o fato da legislação não apresentar-se em linguagem acessível àqueles que estão em contato direto com as áreas, sujeito às infrações ambientais no caso de não atenderem às suas disposições.

Com relação a algumas perspectivas apontadas pelos agricultores, chama-se a atenção para o aspecto relatado no encontro da localidade Pedra Branca, relacionado ao pagamento àqueles que conservam a natureza, conforme citado: “*As pessoas que cuidam da água tinham que receber por isso*”, remetendo às discussões sobre Pagamentos por Serviços Ambientais, cuja ideia, apontada por Guedes e Seehusen (2011, p. 34) “é recompensar aqueles que produzem ou mantêm os serviços ambientais atualmente, ou incentivar outros a garantirem o provimento de serviços ambientais, que não o fariam sem o incentivo”. Essa definição, no entanto, requer consideráveis reflexões, visto que se está diante de um processo de mercantilização da natureza, devendo ser avaliado com cautela. Esse aspecto também foi citado na localidade Fraga durante a construção da Linha do tempo das famílias 4 (“*Será que tem alguém recebendo já*”) e 5 (“*Eu vi umas duas reportagens nesses tempos na TV*”). A família 2 do Caraá Central, além de relatar o que ouviu a respeito desse assunto, expôs sua opinião:

*Eu acho que o governo do Estado tem que mandar algum dinheiro aí, até para o produtor fazer essas reserva aí né. Tem uma zona lá em cima que já recebe isso aí. Aqui eles falaram esses tempos que isso vai acontecer aqui também. Mas isso aí é*

*uma coisa que eu não vou fazer isso ali pensando que vão dar tanto por ano ali. O que eu faço, que eu estou fazendo ali é pensando no bem estar que mais adiante vai acontecer né. Claro, que toda ajuda que vim é ótima. O prefeito já falou nessa história de recompensar os agricultores para cuidarem.*

Dessa forma, diante das reflexões possibilitadas ao longo dessa pesquisa sobre as relações estabelecidas entre agricultores familiares de Caraá e as matas ciliares, que apontaram percepções e práticas de manejo referentes ao passado, presente e perspectivas futuras, estudos sob o aporte da memória coletiva se apresentam como potenciais na compreensão do espaço rural, já que “a memória narrada ‘humaniza o espaço’ [...]” (ECKERT, 2010, p. 192).

## 7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Encerrando um percurso de reflexões, porém com o intuito de que novos questionamentos prosperem, algumas considerações finais são aqui apresentadas. Com o objetivo de compreender como os agricultores familiares de Caraá/RS percebem e interferem nas matas ciliares como subsídio para refletir sobre o desenvolvimento rural do município, essa pesquisa aproximou-se de um rural pouco estudado, passando a refletir sobre esse contexto, no qual agricultura familiar e matas ciliares estão fortemente representadas.

Retomando os resultados obtidos, observa-se que as escolhas feitas, tanto da perspectiva teórica da memória coletiva, quanto da metodologia envolvendo ferramentas diversificadas como a linha do tempo e o mapa da área, se mostraram pertinentes no desenrolar deste trabalho. Enquanto um aporte teórico que permite “olhar” o passado a partir do presente, ou seja, com base nas reflexões feitas no momento atual, com a possibilidade de abarcar aspectos relacionados ao tempo, espaço, coletivo, indivíduo, a memória apresenta-se como uma proposta enriquecedora aos estudos sobre percepção, os quais são frequentemente questionados pela dificuldade de “medir” até que ponto os resultados remetem às percepções de fato. Pautado pelo referencial dos estudos de memória o presente trabalho procurou propor algumas ferramentas de pesquisa<sup>32</sup> para o estudo do rural.

A Linha do Tempo possibilitou a organização das ideias (mesmo entendendo que as lembranças não seguem um curso retilíneo, como a linha traçada na cartolina), facilitando a retomada de vivências, fatos, muita vezes não lembrados quando a pesquisa está restrita a um roteiro mais fechado. O ato de desenhar, da mesma forma, já se consolidou como um processo de reflexão e recriação do espaço, sendo o mapa da área um exemplo a ser considerado de ferramenta aplicável à compreensão do mundo rural.

A compreensão das percepções e interferências dos agricultores no que se refere às matas ciliares, através dos significados atribuídos a esses espaços (reunidos em ecológicos, normativos, econômicos, culturais, estéticos) e dos usos citados ao longo do tempo (preservado, não usado, usado para fornecer produtos a serem comercializados, usado pelo gado) apontou potencialidades e experiências a serem repensadas. Enquanto potencialidades, cita-se o Projeto VerdeSinos, que possibilitou a manutenção da mata ciliar com a adesão voluntária dos agricultores, sendo que aqueles que participaram desse projeto, na presente

---

<sup>32</sup> Ferramentas essas, amplamente utilizadas a partir de outros rótulos ou propostas de pesquisa relacionadas ao rural, como o são as perspectivas de metodologias participativas.

pesquisa, apresentaram um entendimento diferenciado em relação a propostas de cercamento, plantio de mudas, visando a qualidade da área a longo prazo.

Nesse mesmo sentido, destaca-se também a possibilidade do extrativismo sustentável das plantas conhecidas como areca e helicônia, presentes em beiras de rio, já que as espécies foram citadas enquanto provedoras de uma renda considerável às famílias que se envolvem na atividade. No entanto, são necessárias discussões e geração de dados e estudos que subsidiem o debate sobre o processo de regularização dessa atividade, atrelados à reflexão sobre conservação considerando os moradores locais, em que talvez seja necessário o acionamento de outros mecanismos, como o de certificação.

Os relatos dos agricultores sobre os possíveis pagamentos para aqueles que conservam a natureza, registrados durante algumas entrevistas e encontros de grupo, também apontam para a necessidade desse assunto vir a ser tratado nesse município, principalmente por estar localizado em área de topo de Bacia Hidrográfica e ter uma parcela significativa em área de preservação permanente e áreas protegidas, onde as propostas de Pagamentos por Serviços Ambientais tendem a ser inicialmente desenvolvidas.

Em contrapartida, algumas situações identificadas a partir desse estudo apontam para a necessidade de esclarecimentos, por parte das instituições que cumprem o papel de orientar os agricultores, sobre aspectos como, por exemplo, o plantio de eucalipto em mata ciliar, evidenciado durante a entrevista a uma das famílias da localidade Fraga. A orientação sobre a problemática relacionada ao plantio de espécies exóticas e o complementar incentivo do uso de plantas nativas podem trazer importantes benefícios ao município, visto que o ato de plantar mudas é tratado por alguns agricultores como uma atividade de lazer, na qual apreciam se envolver.

Outro aspecto evidenciado durante as entrevistas, e que merece ser destacado, é a noção de mata ciliar enquanto uma estreita faixa de vegetação ao longo dos recursos hídricos, que por vezes não chega a um metro de largura, sendo citada pelas famílias como “preservada”. Retoma-se, nesse ponto, a complementariedade das ferramentas metodológicas, que permitiram o desenvolvimento dessas reflexões, já que, enquanto na linha do tempo o espaço era citado como preservado, a caminhada pela área demonstrava, em alguns casos, situações diferentes. Não se quer questionar, nesse caso, a veracidade do relato, sobretudo porque parte-se da premissa de que se está diante de diferentes formas de pensar. Reforça-se, no entanto, a importância de contar com instrumentos variados para captar essas diversidades.

Todos estes apontamentos evidenciam a importância que as temáticas inseridas na esfera ambiental vêm adquirindo no contexto do desenvolvimento rural.

Dessa forma, chegando ao fim desta etapa, pode-se concluir que o caminho percorrido teve como pano de fundo a consideração à interdisciplinaridade e à complexidade inerente ao espaço rural, que necessita dessas conexões entre diferentes áreas do conhecimento, através de um constante diálogo e complementariedade. Além da aproximação com as relações estabelecidas entre agricultores familiares e matas ciliares, esteve-se diante de outras tantas relação que configuram o meio rural, as quais também merecem estudos. Longe de encerrar as discussões que seguem a essa construção, espera-se que os resultados aqui levantados impulsionem novas inserções nesse rural diverso e, ao mesmo tempo, singular.

## REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, J. Da ideologia do progresso à ideia de desenvolvimento rural sustentável. In: ALMEIDA, J.; NAVARRO, Z. **Reconstruindo a agricultura**: ideias e ideais na perspectiva do desenvolvimento rural sustentável. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1999. p. 33-55.
- ANTONETTI, D. A. *et al.* Influência de diferentes mosaicos de paisagem sobre a ictiofauna em arroios de cabeceira no Sul do Brasil. In: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE SENSORIAMENTO REMOTO, 16., 2013, Foz do Iguaçu. **Anais...** Foz do Iguaçu, PR, Brasil, 13 a 18 de abril de 2013, p. 4117-4122.
- BARRELLA, W. *et al.* As relações entre as matas ciliares, os rios e os peixes. In: RODRIGUES, R. R.; LEITÃO FILHO, H. F. (Ed.). **Matas ciliares**: conservação e recuperação. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Fapesp, 2009. p. 187-207.
- BECKER JUNIOR, C. **Revista VerdeSinos**: restauração da mata ciliar da Bacia Hidrográfica do Rio dos Sinos. São Leopoldo: C5 News-Press, 2013.
- BEMFICA, C. R. *et al.* (Org.). **Raízes de Santo Antônio da Patrulha e Caraá**. Porto Alegre: EST, 2000.
- BERGSON, H. **Matéria e memória**: ensaio sobre a relação do corpo com o espírito. São Paulo, SP: Martins Fontes, 1990.
- BORGES, L. A. C. *et al.* Áreas de preservação permanente na legislação ambiental brasileira. **Ciência Rural**, Santa Maria, v. 41, n. 7, p. 1202-1210, jul. 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cr/v41n7/a5611cr4051.pdf>>. Acesso em: 15 dez. 2012.
- BOSI, E. **Memória e sociedade**: lembranças de velhos. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- BRASIL. Agência Nacional das Águas. **Conjuntura dos recursos hídricos no Brasil**: 2013. Brasília: ANA, 2013. Disponível em: <[http://arquivos.ana.gov.br/institucional/spr/conjuntura/ANA\\_Conjuntura\\_Recursos\\_Hidricos\\_Brasil/ANA\\_Conjuntura\\_Recursos\\_Hidricos\\_Brasil\\_2013\\_Final.pdf](http://arquivos.ana.gov.br/institucional/spr/conjuntura/ANA_Conjuntura_Recursos_Hidricos_Brasil/ANA_Conjuntura_Recursos_Hidricos_Brasil_2013_Final.pdf)>. Acesso em: 10 mar. 2013.
- BRASIL. Agência Nacional das Águas. **Conjuntura dos recursos hídricos no Brasil**: informe 2012. Ed. Especial. Brasília: ANA, 2012. Disponível em: <[http://arquivos.ana.gov.br/institucional/sge/CEDOC/Catalogo/2012/Conjuntura\\_2012\\_Livro.pdf](http://arquivos.ana.gov.br/institucional/sge/CEDOC/Catalogo/2012/Conjuntura_2012_Livro.pdf)>. Acesso em: 15 set. 2012.
- BRASIL. Agência Nacional das Águas. **Panorama da qualidade das águas superficiais do Brasil**. Brasília: ANA, 2012. Disponível em: <<http://arquivos.ana.gov.br/institucional/sge/CEDOC/Catalogo/2012/PanoramaAguasSuperficiaisPortugues.pdf>>. Acesso em: 15 set. 2012.
- BRASIL. **Decreto Federal nº 6.660, de 21 de Novembro de 2008**. Regulamenta dispositivos da Lei n. 11.428, de 22 de dezembro de 2006, que dispõe sobre a utilização e proteção da

vegetação nativa do Bioma Mata Atlântica. Disponível em:  
<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2008/decreto/d6660.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/decreto/d6660.htm)>. Acesso em: 20 nov. 2012.

**BRASIL. Decreto Federal nº 23.793, de 23 de Janeiro de 1934.** Dispõe sobre o código florestal. Revogado pela Lei nº 4.771, de 1965. Disponível em:  
<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1930-1949/d23793.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1930-1949/d23793.htm)>. Acesso em: 15 dez. 2012.

**BRASIL. Lei Federal nº 4.771 de 15 de Setembro de 1965.** Institui o novo código florestal. Revogado pela Lei nº 12.652, de 2012. Disponível em:  
<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L4771.htm#art50](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L4771.htm#art50)>. Acesso em: 15 dez. 2012.

**BRASIL. Lei Federal nº 9.985, de 18 de Julho de 2000.** Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Disponível em:  
<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19985.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19985.htm)>. Acesso em: 15 set. 2012.

**BRASIL. Lei Federal nº 11.326, de 24 de Julho de 2006.** Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/lei/11326.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/11326.htm)>. Acesso em: 15 mar. 2012.

**BRASIL. Lei Federal nº 12.651, de 25 de Maio de 2012.** Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis nºs 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as Leis nºs 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, e a Medida Provisória nº 2.166-67, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. Disponível em:  
<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2012/Lei/L12651.htm#art83](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12651.htm#art83)>. Acesso em: 15 set. 2012.

**BRASIL. Medida Provisória nº 2166-7, de 24 de Agosto de 2001.** Acresce dispositivos à Lei nº 4771, de 1965. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/MPV/2166-67.htm#art1](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/MPV/2166-67.htm#art1)>. Acesso em: 15 dez. 2012.

BUTTEL, F. Sociologia ambiental, qualidade ambiental e qualidade de vida: algumas observações teóricas. In: HERCULANO, S. *et al.* (Org.). **Qualidade de vida e riscos ambientais**. Niterói: EdUFF, 2000. p. 29-47.

CANDIDO, A. **Os parceiros do Rio Bonito**: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida. São Paulo: Duas Cidades, 2001.

**CARAÁ. Decreto nº 076, de 25 de Setembro de 1998.** Institui a Área de Proteção Ambiental do Município de Caraá. Disponível em:  
<[http://www.sema.rs.gov.br/upload/UCs%20MUN%20CADASTRADAS\\_site\\_30042014.pdf](http://www.sema.rs.gov.br/upload/UCs%20MUN%20CADASTRADAS_site_30042014.pdf)>. Acesso em: 15 dez. 2012.

**CARAÁ. Departamento de Meio Ambiente. Plano Ambiental Municipal.** 2009. Disponível em: <[http://portal.sysnova.com.br/s\\_s/127/UserFiles/EditorFiles/PlanoAmbiental.pdf](http://portal.sysnova.com.br/s_s/127/UserFiles/EditorFiles/PlanoAmbiental.pdf)>. Acesso em: 20 nov. 2012.

CARAÁ. **Lei nº 780, de 10 de Outubro de 2006.** Institui o Plano Diretor de Desenvolvimento Municipal e o Sistema de Planejamento e Gestão do Desenvolvimento Urbano do Município e dá outras providências. Disponível em: <<http://portal.cnm.org.br/sites/8100/8150/LEI-780PlanoDiretor.doc>> Acesso em: 20 abr. 2012.

CHAYANOV, A. V. **La organización de la unidad economica campesina.** Buenos Aires: Nueva Vision, 1974.

COELHO-DE-SOUZA, G. **Extrativismo em área de Reserva da Biosfera da Mata Atlântica no Rio Grande do Sul:** um estudo etnobiológico em Maquiné. 2003. 202 f. Tese (Doutorado em Botânica) – Programa de Pós-Graduação em Botânica, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003.

COMERFORD, J. C. **Fazendo a luta:** sociabilidade, falas e rituais na construção de organizações camponesas. Rio de Janeiro: Relume Dumará; Núcleo de Antropologia da Política, 1999.

CONSÓRCIO PÚBLICO DE SANEAMENTO BÁSICO DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO DOS SINOS – PRÓ-SINOS. **Relatório técnico da situação atual da Bacia Hidrográfica do Rio dos Sinos – Meta 3 – Diagnóstico do Plano Sinos.** 2009. Disponível em: <[http://www.portalprosinos.com.br/conteudo\\_inst.php?id=plano\\_bacia](http://www.portalprosinos.com.br/conteudo_inst.php?id=plano_bacia)>. Acesso em: 20 nov. 2012.

CONTERATO, M. A. *et al.* Mercantilização e mercados: a construção da diversidade da agricultura na ruralidade contemporânea. In: SCHNEIDER, S.; GAZOLLA, M. (Org.). **Os atores do desenvolvimento rural:** perspectivas teóricas e práticas sociais. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2011. p. 67-89.

CORADIN, L.; SIMINSKI, A.; REIS, A. **Espécies nativas da flora brasileira de valor econômico atual ou potencial:** plantas para o futuro – Região Sul. Brasília: MMA, 2011.

DIAS, A. C. **Sistemas de assentamento e estilo tecnológico:** uma proposta interpretativa para a ocupação pré-colonial do Alto Vale do Rio dos Sinos, Rio Grande do Sul. 2003. 401 f. Tese (Doutorado em Arqueologia) – Programa Interdepartamental em Arqueologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2003.

DIAS, C. X. **Manual do Código Florestal ao alcance do entendimento dos agricultores do município de Caraá - RS.** 2012. 53 f. Trabalho de Conclusão (Curso de Graduação em Administração) – Escola de Administração, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

DIAS, J. B.; SANTOS, L. J. C. Ambiente, paisagem e agricultura familiar da região metropolitana de Curitiba. In: FERREIRA, A. D. D.; BRANDENBURG, A.; CORONA, H. M. P. (Org.). **Do rural invisível ao rural que se reconhece:** dilemas socioambientais na agricultura familiar. Curitiba, PR: UFPR, 2012. p. 175-253.

DIEGUES, A. C. Saberes tradicionais e etnoconservação. In: DIEGUES, A. C.; VIANA, V. M. (Org.). **Comunidades tradicionais e manejo dos recursos naturais da Mata Atlântica.** São Paulo: NUPAUB/USP – LASTROP/ESALQ, 2000. p. 9-22.

EHLERS, E. **Agricultura sustentável: origens e perspectivas de um novo paradigma**. São Paulo: Livros da Terra, 1996.

ECKERT, C. Memória coletiva e identidade narrativa. In: ECKERT, C. **Memória, patrimônio e tradição**. Pelotas: Editora e Gráfica Universitária da UFPel, 2010. p. 165-196.

ECKERT, C. **Memória e trabalho: etnologia da duração de uma comunidade de mineiros do carvão (La Grand-Combe, França)**. Curitiba: Appris, 2012.

FISCHBORN, H. **Dinâmica socioeconômica dos produtores de fumo do município de Caraá, RS**. 2011. 53 f. Trabalho de Conclusão (Curso de Graduação Tecnológico em Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural – PLAGEDER) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Santo Antônio da Patrulha, 2011.

FOFONKA, L. **Espaço agrícola, ambiente e agroecologia: incidência de moscas-das-frutas (Diptera, Tephritidae) nos pomares de laranja do município de Caraá, RS**. 2006. 149 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA – FEE. **Índice de Desenvolvimento Socioeconômico (IDESE 2010)**. Disponível em: <<http://www.fee.rs.gov.br/indicadores/indice-de-desenvolvimento-socioeconomico/serie-historica-nova-metodologia/?ano=2010&letra=C&ordem=municipios>>. Acesso em: 10 jun. 2014.

GEOLINKS. **Plano de Manejo Área de Proteção Ambiental de Caraá**. Agosto de 2007.

GUEDES, F. B.; SEEHUSEN, S. E. (Org.). **Pagamentos por Serviços Ambientais na Mata Atlântica: lições aprendidas e desafios**. Brasília: MMA, 2011.

HADLICH, E. C. **O uso do solo nas áreas de mata ciliar nas Bacias Hidrográficas dos Rios Dona Luíza e Ribeirão Matilde, no município de Atalanta/SC**. 2002. 111 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2002.

HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.

HOLANDA, F. S. R. *et al.* Percepção dos ribeirinhos sobre a erosão marginal e a retirada da mata ciliar do rio São Francisco no seu baixo curso. **RA'E GA - O Espaço Geográfico em Análise**, Curitiba, v. 22, p. 219-237, 2011. Disponível em: <<http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/raega/article/view/21773>>. Acesso em: 15 jul. 2012.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Censo agropecuário 2006**. Disponível em: <[http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/agri\\_familiar\\_2006/default.shtm](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/agri_familiar_2006/default.shtm)>. Acesso em: 15 set. 2012.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Cidades@ 2014**. Disponível em:

<<http://www.cidades.ibge.gov.br/painel/painel.php?lang=&codmun=430471&search=rio-grande-do-sul|caraa|infograficos:-dados-gerais-do-municipio>>. Acesso em 30 mai. 2014.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Primeiros dados do censo 2010**. Disponível em:

<[http://www.censo2010.ibge.gov.br/primeiros\\_dados\\_divulgados/index.php?uf=43](http://www.censo2010.ibge.gov.br/primeiros_dados_divulgados/index.php?uf=43)>. Acesso em: 15 set. 2012.

KAGEYAMA, A. **Desenvolvimento rural**: conceitos e aplicações ao caso brasileiro. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

KAGEYAMA, P.; GANDARA, F. B. Recuperação de áreas ciliares. In: RODRIGUES, R. R.; LEITÃO FILHO, H. F. (Ed.). **Matas ciliares**: conservação e recuperação. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Fapesp, 2009. p. 249-269.

KLUCK, C. *et al.* Impacto na economia das propriedades bananicultoras em Luís Alves-SC, em função da implementação das Áreas de Preservação Permanente. **Revista Árvore**, Viçosa-MG, v. 35, n. 3, Edição Especial, p. 707-716, mai./jun. 2011. Disponível em:

<<http://www.scielo.br/pdf/rarv/v35n3s1/15.pdf>>. Acesso em 15 jun. 2012.

KUBO, R. R. **Coletores de samambaia-preta e a questão ambiental**: estudo antropológico na área dos fundos da solidão, município de Maquiné, Encosta Atlântica no Rio Grande do Sul. 2005. 256 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2003.

LIMA, W. P.; ZAKIA, M. J. B. Hidrologia de matas ciliares. In: RODRIGUES, R. R.; LEITÃO FILHO, H. F. (Ed.). **Matas ciliares**: conservação e recuperação. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, Fapesp, 2009. p. 33-44.

LUDEMANN, R.; BOEF, W. S. Processos e ferramentas de diagnóstico participativo. In: BOEFF, W. S. *et al.* (Org.). **Biodiversidade e agricultores**: fortalecendo o manejo comunitário. Porto Alegre, RS: L&PM, 2007. p 118-127.

MARTINI, L. C. P.; TRENTINI, E. C. Agricultura em zonas ripárias do sul do Brasil: conflitos de uso de terra e impactos nos recursos hídricos. **Revista Sociedade e Estado**, Brasília, v. 26, n. 3, p. 613-630, set./dez. 2011. Disponível em:

<[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-69922011000300010&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-69922011000300010&script=sci_arttext)>. Acesso em: 15 dez. 2012.

MARTINS, J. S. O futuro da sociologia rural e sua contribuição para a qualidade de vida rural. **Estudos Sociedade e Agricultura**, São Paulo, v. 15, n. 43, p. 5-12, 2000. Disponível em: <<http://r1.ufrj.br/esa/V2/ojs/index.php/esa/article/view/174/170>>. Acesso em: 10 jan. 2014.

MARTINS, S. V. **Recuperação de matas ciliares**. 2. ed. Viçosa, MG: CPT, 2011.

MERLAU-PONTY, M. **Fenomenologia da percepção**. São Paulo: Martins Fontes. 1996.

MINAYO, M. C. S. (Org.). **Pesquisa social**: Teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 2011. .

MONTICELLI, E. **Produção artesanal de vinho em Caraá: situação atual e suas perspectivas.** 2011. 49 f. Trabalho de Conclusão (Curso de Graduação Tecnológico em Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural – PLAGEDER) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Santo Antônio da Patrulha, 2011.

OLIVEIRA, M. C. C. **Agricultura familiar e dinâmicas das relações sociedade-natureza em área de fronteira agrária na Amazônia Oriental.** 2009. 303 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

PIETRAFESA DE GODOI, E. **O trabalho da memória: cotidiano e história no sertão do Piauí.** Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1999.

PIRES, J. S. R.; SANTOS, J. E.; DEL PRETTE, M. S. A utilização do conceito de Bacia Hidrográfica para a conservação dos recursos naturais. In: SCHIAVETTI, A.; CAMARGO, A. F. M. (Ed.). **Conceitos de Bacias Hidrográficas.** Ilhéus: Editus, 2008. p. 17-35.

POLLAK, M. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/1941/1080>>. Acesso em: 20 Dez. 2012.

POLLAK, M. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2278/1417>>. Acesso em: 15 jan. 2013.

RAYNAUT, C. Meio ambiente e desenvolvimento: construindo um novo campo do saber a partir da perspectiva interdisciplinar. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, Curitiba, n. 10, p. 21-32, jul./dez. 2004. Disponível em: <<http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs/index.php/made/article/view/3089>>. Acesso em: 20 nov. 2012.

RECHENBERG, F. **Vamo falá do nosso Lami: estudo antropológico sobre memória coletiva, cotidiano e meio ambiente no Bairro Lami, Porto Alegre.** 2007. 223 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

REINEHR DAL FORNO, M. A. **Os conflitos de uso e ocupação urbana em Áreas de Preservação Permanente – APPs: Arroio Pessegueirinho, Município de Santa Rosa, RS.** 2009. 113 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

REIS JUNIOR, J. T. **Agricultores familiares produtores de hortifrutigranjeiros na Localidade de Rio dos Sinos/Caraá/RS.** 2011. 55 f. Trabalho de Conclusão (Curso de Graduação Tecnológica em Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Santo Antônio da Patrulha, 2011.

RIO GRANDE DO SUL. **Decreto Estadual nº 41.672, de 11 de Junho de 2002.** Declara as espécies da fauna silvestre ameaçadas de extinção no Estado do Rio Grande do Sul e dá outras providências. Disponível em:

<[http://www.al.rs.gov.br/legis/M010/M0100099.ASP?Hid\\_Tipo=TEXT0&Hid\\_TodasNormas=840&hTexto=&Hid\\_IDNorma=840](http://www.al.rs.gov.br/legis/M010/M0100099.ASP?Hid_Tipo=TEXT0&Hid_TodasNormas=840&hTexto=&Hid_IDNorma=840)>. Acesso em 20 nov. 2013.

RIO GRANDE DO SUL. **Decreto Estadual nº 42.099, de 31 de Dezembro de 2002.** Declara as espécies da flora nativa ameaçadas de extinção no Estado do Rio Grande do Sul e dá outras providências. Disponível em:

<[http://www.al.rs.gov.br/legis/M010/M0100099.ASP?Hid\\_Tipo=TEXT0&Hid\\_TodasNormas=320&hTexto=&Hid\\_IDNorma=320](http://www.al.rs.gov.br/legis/M010/M0100099.ASP?Hid_Tipo=TEXT0&Hid_TodasNormas=320&hTexto=&Hid_IDNorma=320)>. Acesso em 20 nov. 2013.

RIO GRANDE DO SUL. Instrução Normativa SEMA nº 001/2006. Dispõe sobre as normas para a regularização da coleta de folhas (frondes) da samambaia-preta (*Rhumora adiantiformis* (G. Forst) Ching). **Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Sul**, Porto Alegre, 21 nov. 2006. Seção Instruções Normativas, p. 29-30.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria Estadual do Meio Ambiente. 2012. **Bacia Hidrográfica do Rio dos Sinos.** Disponível em:

<[http://www.sema.rs.gov.br/conteudo.asp?cod\\_menu=56&cod\\_conteudo=5865](http://www.sema.rs.gov.br/conteudo.asp?cod_menu=56&cod_conteudo=5865)>. Acesso em: 15 set. 2012.

SABOURIN, E. **Sociedades e organizações camponesas: uma leitura através da reciprocidade.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2011.

SCHNEIDER, S. Reflexões sobre diversidade e diversificação: agricultura, formas familiares e desenvolvimento rural. **Revista RURIS**, Campinas/UNICAMP/SP, v. 4, n. 1, p. 85-131, mar. 2010.

SCHNEIDER, S. Situando o desenvolvimento rural no Brasil: o contexto e as questões em debate. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 30, n. 3, p. 511-531, jul.-set. 2010.

SCHNEIDER, S. Teoria Social, agricultura familiar e pluriatividade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 18, n. 51, p. 99-192, fev. 2003.

SILVA JUNIOR, R. D. **Etnoconservação, formulação teórica e suas possibilidades de intervenção sócio-ecológica.** 2006. 208 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, São Paulo, 2006.

SILVA, W. R.; VIELLIARD, J. Avifauna de mata ciliar. In: RODRIGUES, R. R.; LEITÃO FILHO, H. F. (Ed.). **Matas ciliares: conservação e recuperação.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Fapesp, 2009. p. 169-186.

SILVERMAN, D. **Interpretação de dados qualitativos: métodos para análise de entrevistas, textos e interações.** 3. ed. Porto Alegre, RS: Artmed, 2009.

SOUZA, C. R. Meio ambiente no espaço rural e os desafios para agricultura familiar. In: FERREIRA, A. D. D. *et al.* (Org.). **Do rural invisível ao rural que se reconhece: dilemas socioambientais na agricultura familiar.** Curitiba, PR: UFPR, 2012. p. 315-364.

ULLER-GÓMEZ, C.; SCHEIBE, L. F.; REIS, M. J. Agricultura familiar e áreas de preservação permanente: uma análise a partir das representações sociais dos colonos de Botuverá/SC. **Revista Internacional Interdisciplinas INTERthesis**, Florianópolis, SC, v. 6, n. 1, p. 179-217, jan./jul. 2009. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/interthesis/article/view/1807-1384.2009v6n1p179>>. Acesso em: 15 jun. 2012.

WOORTMANN, E. F. **Herdeiros, parentes e compadres**: colonos do Sul e sitiantes do Nordeste. São Paulo: Universidade de Brasília, 1995.

WOORTMANN, E. F. O saber camponês: práticas ecológicas tradicionais e inovações. In: GODOI, E. P. *et al.* (Org.). **Diversidade do campesinato**: expressões e categorias. São Paulo: Editora UNESP/Brasília, 2009. v. 2. p. 119-129.

WOORTMANN, E. F.; WOORTMANN, K. **O trabalho da terra**: a lógica e a simbólica da lavoura camponesa. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1997.

WOORTMANN, K. “Com parente não se neguceia”: o campesinato como ordem moral. **Anuário Antropológico**, Brasília, n. 87, p. 9-73, 1990.

**APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO ASSINADO PELOS  
PARTICIPANTES DA PESQUISA**



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO RURAL**

**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

Venho por meio deste documento, pedir a sua permissão para que você e sua família participem de nossa pesquisa. Meu nome é Janine da Silva Demenighi, sou estudante da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), de Porto Alegre, onde curso o Mestrado em Desenvolvimento Rural. Estou aqui em sua propriedade e localidade para desenvolver um trabalho que busca compreender a relação dos agricultores familiares de Caraá/RS com as Áreas de Preservação Permanente (beira de rio, arroios, vertentes). O nome desta pesquisa é “Áreas de Preservação Permanente e Agricultores Familiares de Caraá/RS: memórias e práticas”. A professora orientadora deste trabalho é a Prof. Dra. Rumi Kubo, do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da UFRGS.

Para a realização desta pesquisa, contamos com seu consentimento para realizar entrevista, fotografar, gravar e filmar os momentos do trabalho com vocês. A qualquer hora, você pode parar nossa conversa ou desistir de participar, sem trazer nenhum prejuízo a você. Informamos também que as informações obtidas serão utilizadas para fins científicos e de acordo com os objetivos deste projeto. Além disso, seu nome não será citado, de forma a preservar sua privacidade.

A pesquisa tem procedência acadêmica e destina-se à elaboração da dissertação de Mestrado em Desenvolvimento Rural, junto à Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Se você tiver qualquer dúvida, quiser saber mais sobre nossa pesquisa, fazer críticas ou sugestões basta entrar em contato a qualquer momento, através dos telefones abaixo.

Contatos da pesquisadora Janine da Silva Demenighi: (51) 9904-3941; e-mail: janinedsd@yahoo.com.br

Contatos da professora orientadora Rumi Kubo: (51) 3308-3281; e-mail: rumikubo2002@yahoo.com.br

Contatos da Universidade: Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural (PGDR/UFRGS). Av. João Pessoa, 31. Porto Alegre, RS. CEP: 90040-000. Telefone: (51) 3308-3281

Depois de eu ter sido esclarecido da pesquisa, de como vai ser feita, do direito que eu tenho de não participar ou desistir dela sem prejuízo para mim e ainda de como os resultados serão usados, eu concordo em participar desta pesquisa.

Caraá \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
Entrevistado

\_\_\_\_\_  
Entrevistadora/Pesquisadora

## APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTA

### ROTEIRO DE ENTREVISTA

**Projeto de Mestrado “Áreas de Preservação Permanente e Agricultores Familiares de  
Caraá/RS: memórias e práticas”**

#### **DADOS DE IDENTIFICAÇÃO**

Data:

Participantes:

Contatos:

Endereço:

Localidade:

Ponto de referência:

Distância do centro de Caraá:

Nome da propriedade:

Informações sobre a família:

| Nome/parentesco | Reside na área | Data de Nascimento | Ocupação/Profissão/<br>Aposentado | Escolaridade |
|-----------------|----------------|--------------------|-----------------------------------|--------------|
|                 |                |                    |                                   |              |
|                 |                |                    |                                   |              |
|                 |                |                    |                                   |              |
|                 |                |                    |                                   |              |

#### **HISTÓRICO DA FAMÍLIA E DA ÁREA (Início da Entrevista através da Linha do Tempo):**

Fale sobre a trajetória/história da família de vocês, bem como a história desse lugar onde vivem, apontando os acontecimentos mais importantes, as mudanças que foram ocorrendo no uso da terra, na natureza, o que foi mudando ao longo do tempo.

Questões para auxiliar (se necessário intervir):

1. Quando e onde vocês nasceram (incluindo os filhos)?
2. Quando vieram para Caraá (ainda Santo Antônio da Patrulha)? Por quê?
3. Quando vieram para a atual propriedade? Por quê?
4. De quem era a área (da família, foi comprada, ocupada...)?
5. Como eram os usos da terra (produção, lazer, preservação, caça, pesca...)?
6. Como era a natureza? O que lembram que havia de plantas, animais, matos, morros, como era a água?
- 7. Como usavam as áreas da beira de rio, arroios, vertentes (produção, lazer, preservação, caça, pesca...)? Que estratégias usavam diante da cobrança da legislação?**
8. O que produziam em cada período? Com ou sem veneno, adubo químico? Para autoconsumo e/ou comercialização?
9. Desde quando e para onde comercializam? Esses produtos são orgânicos, ecológicos?
10. Beneficiam algum produto? Desde quando? Que critérios/normas tiveram que obedecer?
11. Como ocorreu a dinâmica da saída dos filhos? Tiveram que contratar mão de obra?
12. Como se dava a relação com os vizinhos, comunidade? Havia momentos de troca, ajuda?
13. Como e quando as informações foram chegando (da fiscalização, Vigilância Sanitária, Emater, Sindicato dos Trabalhadores Rurais? Ocorreram muitas multas?
14. Já ouviram falar do Código Florestal? Quando e o que?
- 15. Já ouviram falar de Área de Preservação Permanente? Quando e o que?**
16. Já ouviram falar da Área de Proteção Ambiental que tem em Caraá? Quando e o que?
17. Participam de grupos, clubes de mães, dos encontros promovidos pela prefeitura/emater/sindicato, do encontro de Agricultura Familiar que o município realiza, de associações, ou cursos que contribuíram para o que fazem na terra?
18. Como se deu a alteração da renda ao longo do tempo (aposentadoria, trabalho fora da propriedade, produtos beneficiados, comercializados, autoconsumo...)? Que fatores contribuíram para uma melhoria?
19. Quais eram as principais dificuldades e potencialidades?
20. Como está atualmente a produção, comercialização, natureza, usos da terra, área na beira de rio, arroios e vertentes, relação com vizinhos/comunidade, renda, chegada das informações?

### **CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA (através do Desenho da área):**

Desenhem a área de vocês:

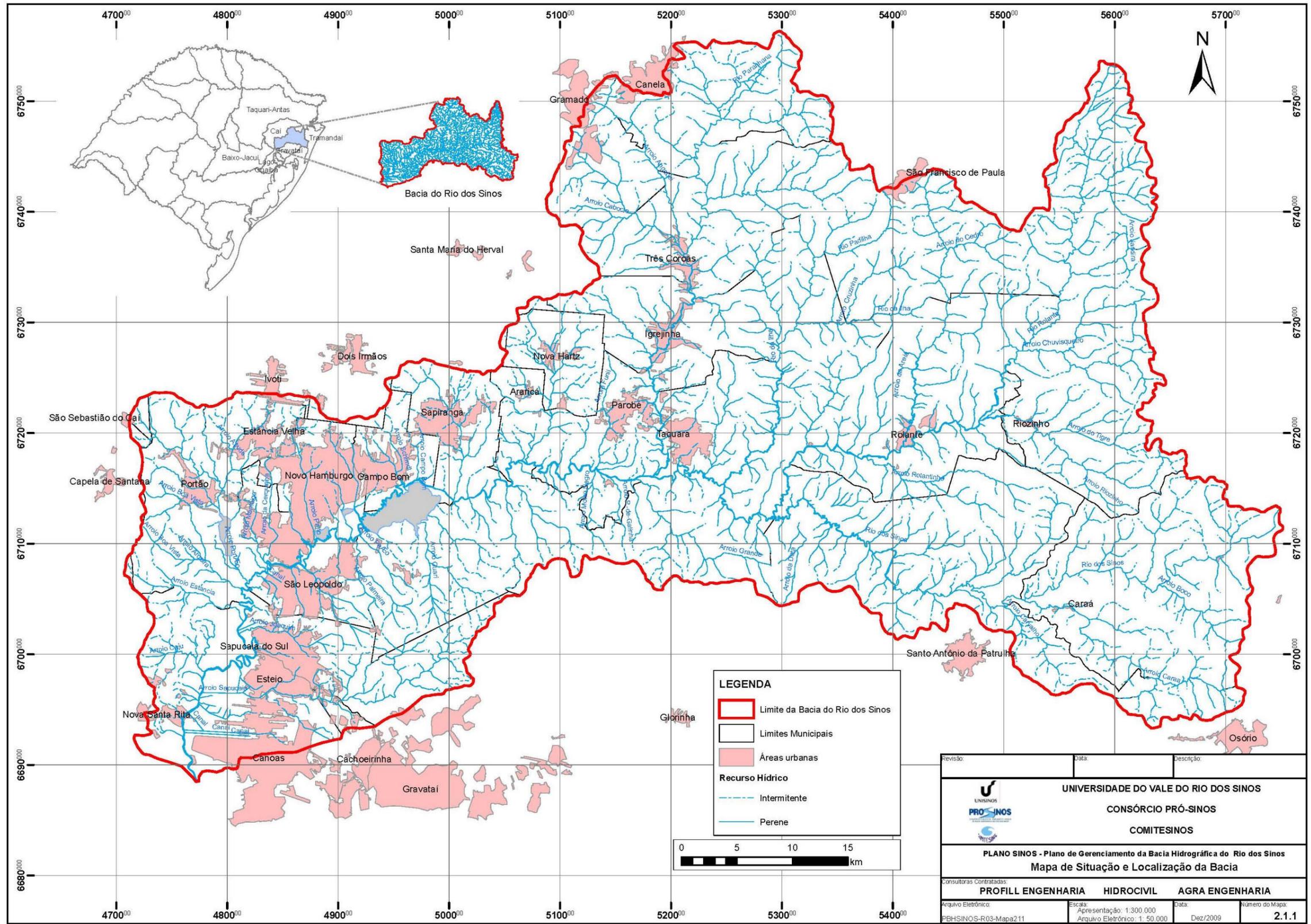
Questões a perguntar nesse momento:

1. Qual é a área total da propriedade?
2. Qual é a área de vegetação na beira de rios, arroios, vertentes?
3. Há Reserva Legal registrada? Qual é a área?
4. A propriedade encontra-se inserida na APA? Qual é a área?
5. Qual o tamanho da área em que é possível produzir?
6. Vocês possuem a documentação da propriedade?
7. De onde vem a água que vocês bebem (poço artesiano, caixa d'água, arroio, companhia de abastecimento, outro)?
8. O que é feito com o esgoto (sumidouro, somente fossa, fossa e filtro, tratamento pela companhia, outro)?
- 9. Para que serve a vegetação da beira de rios, arroios, vertentes, banhados? Que usos fazem da água desses locais?**
10. Que estratégias utilizam diante da legislação relacionada às áreas da beira de rios, arroios, vertentes? Já que a legislação está presente e cada vez mais sendo cobrada, como tem agido para se manter dentro da lei e não serem prejudicados?
11. Por que a mata (área de preservação permanente) ainda existe?
12. O que conhece sobre os animais e plantas que existem nas APPs?
13. Quais os pontos positivos e negativos da área?
14. Quais são as perspectivas de usos da área? O que pretendem fazer com as APPs?
15. Você conhece o Rio dos Sinos além de Caraá? Nos trechos mais baixos? E a nascente?
16. Para onde vai a água desse córrego, nascente, rio que existe em sua propriedade?
17. O que conhece/como percebe as áreas existentes na beira de rios, nascentes, arroios de Caraá, existentes além de sua propriedade?

## **PERSPECTIVAS E AVALIAÇÃO**

1. Como vocês se imaginam nos próximos anos, residindo nesse mesmo lugar? Fazendo quais usos da área?
2. O que representou essa pesquisa? Como foi para vocês me receber?
3. O que esperam desse projeto?

ANEXO A – MAPA DE SITUAÇÃO E LOCALIZAÇÃO DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO DOS SINOS



(PRÓ-SINOS, 2009)